

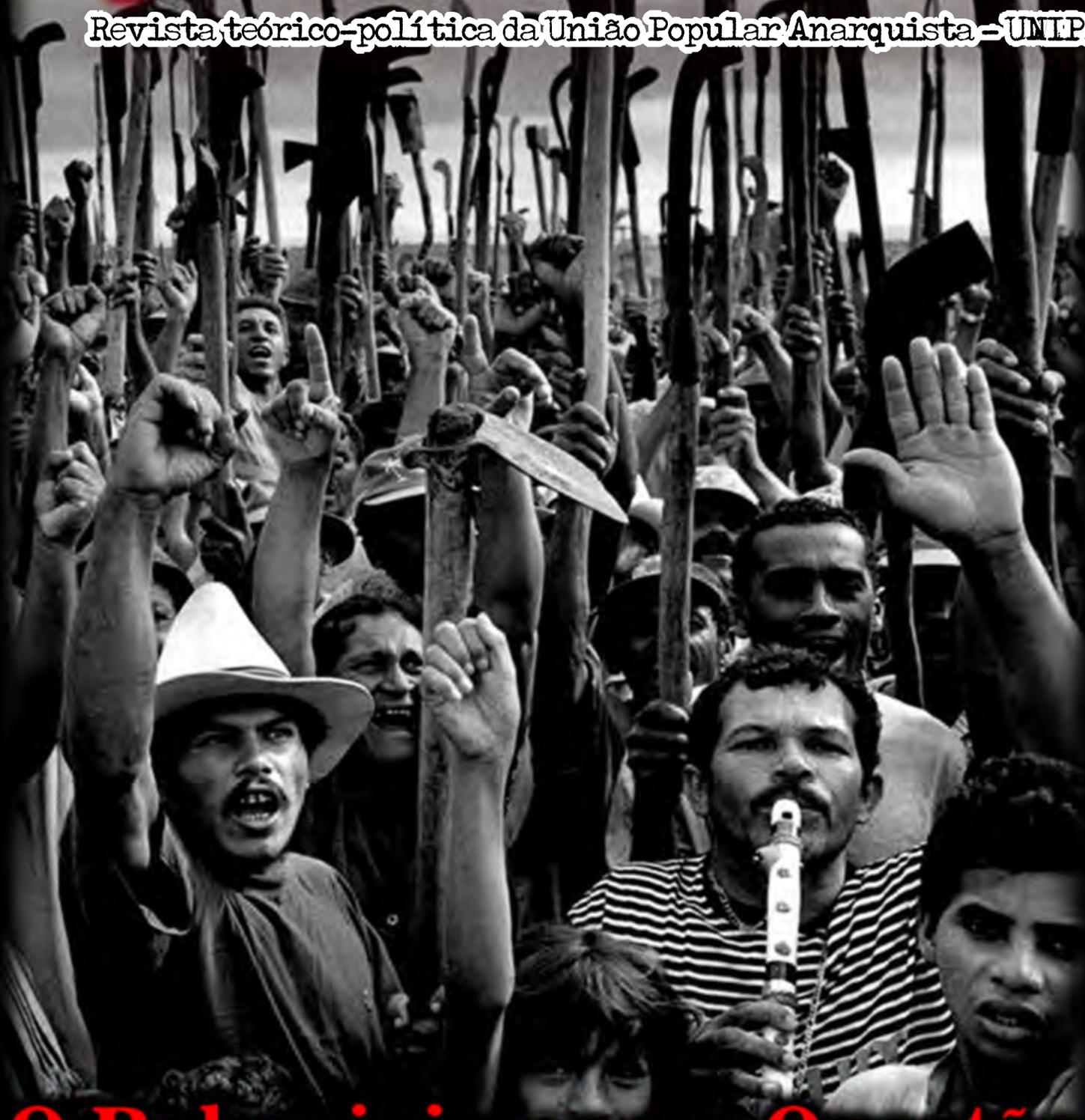
Viva

COMBATIVA

#4

JULHO DE 2021

Revista teórico-política da União Popular Anarquista - UNIIPA



O Bakuninismo e a Questão Nacional e Anticolonial

EDITORIAL

É com satisfação que lançamos a quarta edição da revista Via Combativa! A temática da questão nacional e anticolonial sempre permeou as reflexões e esforços teórico-políticos de nossa organização socialista revolucionária. Agora, temos a oportunidade de apresentar algumas sistematizações importantes em termos de pesquisa teórica, política e histórica.

O objetivo principal desta edição é apresentar as bases históricas e teóricas do anticolonialismo e do anti-imperialismo no anarquismo e avançar na aplicação do materialismo sociológico e da dialética serial à realidade brasileira e mundial. Importante ressaltar que tais esforços ganharam um corpo teórico-político importante a partir do nosso VII Congresso Nacional em 2019, cujas Resoluções podem ser lidas como complemento a esta 4ª edição.

Porém, ainda há muito a se fazer. Para nós, reconhecer a existência de uma base teórica e política do anarquismo não é um chamado ao comodismo, de que basta repetir ou aplicar o que foi dito por Bakunin ou outros anarquistas. Ao contrário. Reconhecê-la de forma honesta e coerente significa assumir a responsabilidade de seguir desenvolvendo-a, debatendo, avançando, lutando.

Mas retomar as bases bakuninistas é uma necessidade histórica que não podemos nos furtar para “estar na moda” ou sermos aceitos na academia e no senso comum. Não partiremos do zero nem tomaremos como base outras teorias que não explicam a realidade e muito menos servem à revolução integral.

Vemos que a negação ou menosprezo da teoria anarquista sobre a questão nacional e anticolonial tem sido um caminho tragicamente escolhido na história. Essa negação é quase sempre uma consequência da ignorância ou do oportunismo, além de todas as repressões ao anarquismo pelos poderes-saberes dominantes. Por isso negamos o ecletismo e o revisionismo no anarquismo e seguimos apresentando em nossa caminhada os acúmulos de um trabalho que, entre

outros objetivos, busca provar suas mentiras e deturpações.

Os frutos das nossas escolhas têm sido colhidos, aos poucos e com paciência. Em termos teóricos, são diversas teses que defendemos e seguimos desenvolvendo: da origem do anarquismo e sua filosofia materialista e dialética, da revolução integral, do capitalismo brasileiro, do sistema imperialista-colonialista, sobre o sindicalismo revolucionário, do levante popular de junho de 2013, dentre outras.

Nessa quarta edição da Via Combativa apresentamos cinco artigos que marcam a nossa preocupação. Há uma articulação teórico-programática entre os artigos. Os textos Anarquismo e questão nacional e Terra e liberdade formam uma continuidade de recuperação da teoria bakuninista sobre a questão nacional a anticolonial, indicando as linhas gerais da leitura de mundo para a intervenção política.

O texto O sistema das contradições econômicas realiza uma aplicação da teoria bakuninista na interpretação do desenvolvimento global do capitalismo, fazendo a crítica do desenvolvimentismo e do estatismo, por fim afirmando a necessidade da revolução integral.

Os textos Feminismo imperial ou mutualidade feminina e A luta do povo negro e a emancipação da classe trabalhadora abordam como imperialismo e colonialismo operam a dominação de classe, sexual e racial, especialmente no Brasil, indicando as linhas atuais de combate.

Através da Via Combativa, a UNIPA espera contribuir para a Unidade de todas as frações da classe trabalhadora brasileira rumo a emancipação. Neste 2021, também comemoramos os 150 anos de uma das mais importantes experiências revolucionárias do proletariado: a Comuna de Paris. Um episódio que nos chama a responsabilidade política e ensinamentos teóricos fundamentais: combater a conciliação de classes, defender a indissociação entre a revolução social e a guerra de libertação nacional, construir o protagonismo estratégico das frações camponesas e do proletariado marginal na luta de classes.

Que o conteúdo desta revista ultrapasse suas meras linhas escritas e se materialize em fatos e ações na luta e organização popular! Que a via combativa nos anime de corpo e alma!

Patriotas de todas as pátrias oprimidas!

Morte ao Estado-nacional e ao capitalismo!





Anarquismo e questão nacional:
teoria e programa da federação dos povos

Página 4

Terra e liberdade:
As raízes anticoloniais do anarquismo

Página 15



O sistema das contradições econômicas:
dos Impérios Coloniais aos Impérios Globais

Página 25

Feminismo imperial ou mutualidade feminina:
A diversidade como arma de dominação e a necessária luta mutualista das mulheres do povo

Página 36



A luta do povo negro e a emancipação da classe trabalhadora

Página 48

twitter.com/UNIPAbr
unipa@protonmail.com
uniaoanarquista.wordpress.com
facebook.com/uniaopopularanarquista



ANARQUISMO E QUESTÃO NACIONAL: *teoria e programa da federação dos povos*

O Estado não é a pátria; é a abstração, a ficção metafísica, mística, política e legal da pátria. As massas populares de todos os países amam profundamente seu país; mas é um amor natural e real; o patriotismo do povo não é uma ideia, mas um fato; e o patriotismo político, o amor do Estado, não é a expressão correta desse fato, mas uma expressão distorcida por meio de uma falsa abstração, e sempre em benefício de uma minoria exploradora. Pátria, nacionalidade, como individualidade, é um fato natural e social, fisiológico e histórico ao mesmo tempo; não é um princípio. (...) E é por isso que me sinto francamente e sempre um patriota de todas as pátrias oprimidas. A pátria representa o direito incontestável e sagrado de todo homem, de todo grupo de homens, associações, comunas, regiões, nações, de viver, sentir, pensar, desejar e agir à sua maneira, e assim é sempre o inegável resultado de um longo desenvolvimento histórico.

(Mikhail Bakunin, Carta aos meus amigos da Itália, 1871).

Introdução

Analisaremos neste artigo algumas das contribuições teórico-políticas do anarquismo para a chamada "questão nacional" ou lutas de libertação nacional, tendo como base o pensamento do socialista revolucionário Mikhail Bakunin. O pensamento de Bakunin não pode ser compreendido isoladamente, como uma história heroica, deve ser entendido no contexto das contradições sociopolíticas de seu tempo, inserido no que Silva (2017) denominou de "grande ciclo



de lutas operárias do século XIX”, entre 1848 a 1873.

É a partir desse grande ciclo de insurreições e guerras no século XIX que a teoria e ideologia anarquista é formulada, tendo participação decisiva de Bakunin em sua sistematização teórica e direção político-organizativa. O anarquismo que se consolida na década de 1860, tendo os seus principais marcos na fundação da Fraternidade Internacional em 1864 e a atuação na Associação Internacional dos Trabalhadores, possui como uma de suas bases a radicalização dos pressupostos do populismo revolucionário¹ e do mutualismo francês do período anterior. O balanço dos movimentos de libertação nacional na Europa foi tema importante abordado nos documentos da Fraternidade Internacional, ao lado da conclusão da necessidade da organização internacional dos revolucionários e das massas populares, como meios de derrotar a nova Santa Aliança que se formava.

A análise dos Estados e impérios em Bakunin se consolida como crítica ao estatismo², ao centralismo como princípio teológico e as contradições do sistema capitalista. Por outro lado, Bakunin avança de uma concepção centrada no povo-nação para agregar uma concepção de povo-classe, a partir da defesa da teoria do valor-trabalho e do papel do proletariado urbano e ocidental na luta revolucionária³. Mesmo assim, é importante dizer que o anarquista russo não abandonou sua perspectiva de autodeterminação dos povos-nações, mas a integra numa perspectiva mais ampla, articulando-a de nova maneira.

Com o passar do tempo, seja pela ação das correntes políticas nacionalistas e comunistas, ou pelo revisionismo do anarquismo, o debate sobre a questão nacional no anarquismo foi praticamente extinto ou reduzido a fórmulas su-

perficiais – muitas vezes sob um internacionalismo ingênuo ou um essencialismo/centralismo étnico. A perda da teoria anarquista da questão nacional tem levado à degeneração e adesão de anarquistas às “questões nacionais” de teorias nacionalistas, comunistas, liberais ou pós-modernas. Nesse sentido, retomar e aprofundar a teoria bakuninista da questão nacional auxilia a compreender a “crise do anarquismo” no século XX, e enfrentar a “crise de organização” da classe trabalhadora na atualidade.

1. Estatismo e autodeterminação dos povos

De onde lhes veio esta pretensão tão ridícula quanto arrogante, tão ridícula quanto funesta, de impor seu ideal político a dez milhões de camponeses que não o querem? É ainda, evidentemente, uma herança burguesa, um legado político do revolucionarismo burguês. Qual é o fundamento, a explicação, a teoria desta pretensão? É a superioridade, pretensa ou real, da inteligência, da instrução, resumindo, da civilização operária em relação a civilização do campo. Mas você sabe que, com tal princípio se pode legitimar todas as conquistas, todas as opressões? Os burgueses nunca tiveram outro princípio para provar sua missão de governar, ou, o que significa a mesma coisa, explorar o mundo operário. De nação para nação, assim como de uma classe para outra, este princípio fatal e que não é outro que a autoridade, explica e dá esse direito a todas as invasões e a todas as conquistas. Os alemães não se serviram sempre dele para executar todos os seus atentados contra a liberdade e contra a independência dos povos eslavos, e para legitimar a germanização violenta e forçada? É, dizem eles, a conquista da civilização sobre a barbárie. (...) Para mim, uma ou outra pretensão são igualmente odiosas, e eu lhe declaro que, tanto nas relações internacionais como nas relações entre uma classe e outra, estarei sempre ao lado daqueles que se quer civilizar por este processo. Vou me revoltar com eles, contra todos esses civilizadores arrogantes, que se chamem

operários, ou alemães, e, revoltando-me contra eles, servirei a revolução contra a reação.

(Mikhail Bakunin, Cartas a um francês, Setembro de 1870).

A epígrafe acima elucida como a teoria bakuninista articula as lutas de libertação nacional com as lutas da classe trabalhadora, numa dialética que compreende as questões nacional e social como complementares, fundando uma linha específica para as lutas de libertação nacional como parte da emancipação integral da humanidade.

No documento “Programa secreto da sociedade de emancipação da humanidade”, Bakunin (2014) defende uma grande Aliança Internacional dos Povos. Esta aliança seria uma organização composta por associações proletárias e países e territórios libertados. Em tal documento, ele delineia como poderia ocorrer tal aliança e aponta que os representantes e elites dos diferentes povos-nações não poderiam ser seus governos, pois estes eram exatamente seus inimigos. Também não poderiam ser as classes privilegiadas (nobreza, burguesia, burocracia), que estavam marcadas por interesses particularistas e egoístas e representavam a reação em toda Europa.

Nesse mesmo documento, Bakunin aprofunda a sua concepção da questão nacional a partir da dialética entre o princípio teológico e o princípio humanitário, que marca a consolidação de seu pensamento anarquista e de seu método materialista de análise da realidade. Tal debate estava fundamentado na dialética entre autoridade e liberdade, que aparece como princípios/sistemas opostos para se ordenar o real: 1) o teológico (autoridade); e 2) o humanitário (liberdade).

Para Bakunin, o teologismo foi fundamental para justificar a própria existência do Estado, na ideia de que o homem e as sociedades não possuíam a capacidade de se autogovernarem, e que se fazia necessário uma força superior e centralizada para fundar a ordem. Era um princípio antidemocrático por essência, que negava a capacidade de autodeterminação dos povos. Assim, a crítica bakuninista ao teologismo não se confunde com um ateísmo ingênuo, mas é uma

1 É realizada uma análise do populismo revolucionário no artigo “Terra e liberdade: as raízes anticoloniais do anarquismo”, nesta mesma edição.

2 O estatismo foi objeto de análise no artigo “O estatismo na história: experiência e teoria”, publicado no número 1 da Via Combativa.

3 Uma análise da perspectiva bakuninista do valor-trabalho encontra-se no artigo “Forças coletivas e classes sociais: o funcionamento da economia e sociedade”, publicado no número 1 da Via Combativa.

crítica radical ao idealismo no plano epistemológico e ao centralismo no plano político.

Segundo a ideia religiosa de todos os tempos, e principalmente segundo aquela do cristianismo, o homem, incapaz de chegar a verdade por si próprio, incapaz de encontrar a justiça e ainda menos capaz de realizá-la por si próprio, incapaz de se organizar, de estabelecer e conservar a ordem pública e agir pelo bem por si só – o homem precisa, para a verdade, de legislação divina, para reconciliação com Deus, da Igreja, e para a criação e a salvação da ordem pública e social, do Estado. (BAKUNIN, 2014a, p. 84).

Em seus primórdios, a partir das sociedades patriarcais, as primeiras formas de interpretação da realidade foram as formas teológicas (base do princípio da autoridade), que se relacionaram diretamente a formação das castas religiosas, das classes e dos Estados teocráticos. Ferreira (2016) aponta como Bakunin analisa este processo:

Dentre as instituições, no processo histórico, as famílias e comunidades patriarcais engendraram formas mágico-religiosas como expressão da sociedade e alienação de seu poder criativo, e logo, estas instituições transformaram-se em instituições centralizadas/centralizadoras. Estas instituições foram a Igreja e o Estado, que tinham como base a família patriarcal e as comunidades patriarcais, que serviram de modelo de autoridade para o Estado teocrático. (FERREIRA, 2016, p. 62).

O idealismo ocorreria quando uma ideia falsa ou parcialmente verdadeira, que surge em determinado momento para explicar uma realidade, se petrifica, ou se generaliza para outras realidades a qual não diz respeito, se mantendo no tempo e espaço, encarnada e defendida por instituições que se tornam reacionárias, que manipulam tais concepções distorcidas da realidade, exatamente no sentido de manter os seus privilégios.

Para Bakunin, o que ocorre com as concepções de “pátria” e “nação” é um processo semelhante. Se em um primeiro momento a nação apareceu como ideia “progressista” por questionar o poder das dinastias ou dos impérios colo-

niais, com o desenrolar da luta de classes e o controle definitivo dos órgãos de Estado pela burguesia, a nação oficializada e unitária tornou-se a ideia reacionária que passou a se impor e a tutelar de cima para baixo as coletividades reais, estabelecendo uma dialética particular entre Estado-nação e povos-nações.

A formação dos Estados nacionais modernos se configura historicamente através da centralização de poderes, riquezas e sistemas cognitivos. A “nação” sob a ótica dos Estados foi uma forma de centralizar cognitivamente e identitariamente o(s) povo(s) e os indivíduos no Estado, às custas da destruição das nacionalidades e culturas diversas e reais que existiam, para a fundação das “nações oficiais” e “unitárias”.

O processo histórico de centralização cognitiva foi levado as colônias em todo o mundo. Elas foram organizadas pelas metrópoles europeias por parâmetros cada vez mais racionais, científicos, o que aprofundou a exploração e a dominação. Esse processo tem referência, por exemplo, nas Reformas Pombalinas (1750 e 1777) no Império Português, que no Brasil combateu a língua geral e o tupi, instituindo a língua portuguesa, aplicando diversas outras medidas que visaram ampliar o controle colonialista. Esse processo levou ao epistemicídio dos povos colonizados que perderam o direito às suas línguas, e tiveram total ou parcialmente substituídas suas culturas e história pela história central e oficial do Império.

1.2 Internacionalismo e questão nacional

A análise da “matéria” é fundamental na filosofia de Bakunin, pois esta nunca existe sob forma unitária, ela só existe de forma diversificada e determinada, é a unidade composta. A natureza é, portanto, fundada sob múltiplas ordens e desordens relativas e simultâneas. Assim, a teoria bakuninista expressa a diversidade em um todo, e não a nega no todo (centralização). Neste sentido, a humanidade, as classes e as nações são entendidas como unidades compostas, atravessadas por múltiplas questões materiais, e não como unidades abstratas e separa-

das entre si.

Bakunin defende um sistema federalista e socialista baseado na liberdade da base até o topo, mais próximo da verdadeira pluralidade das sociedades e culturas humanas e ao sentido diverso da própria realidade material. A realidade do mundo humano foi pensada por ele como tendências para a diversidade e para a unidade.

Bakunin, inclusive, tende a exaltar os elementos de unidade da humanidade, visando sua fraternidade, mas sempre apontando para que os sistemas políticos e econômicos não caíssem em idolatrias do unitarismo ou da fragmentação absolutas. Para ele, a federação socialista expressa o equilíbrio dialético entre as dinâmicas de descentralização e centralização existentes na própria realidade. Com base nesta concepção, Bakunin define o que chama de “princípio das nacionalidades”, que nós entendemos como o direito à autodeterminação dos povos.

O direito absoluto que qualquer população, pequena ou grande, nação ou província, ou até distrito, tem de dispor de si própria segundo seu desejo, suas simpatias e seus interesses próprios, e sem nenhuma consideração pelo dito direito histórico, ou seja, pelo direito do passado contra aquele do presente, nem pelas necessidades políticas, estratégicas e comerciais, tanto do Estado do qual ela ainda faz parte como dos Estados vizinhos. (BAKUNIN, 2014a, p. 73-74).

Nesta concepção de autodeterminação e autogoverno, não deveriam determinar o presente de um povo nenhum princípio do passado (religioso, histórico, cultural) ou as necessidades imperiais da conquista (econômicos e políticos). O princípio das nacionalidades é a antítese da “política de Estado”.

Será preciso, francamente, declarar que abandonamos, através dele, a política dos Estados, para elevar ao seu lugar a única verdadeira política, ou o direito dos povos, o que dá no mesmo – ou seja, que se decreta a revolução na Europa. (...) O princípio das nacionalidades (...) deve matar um por um, em todas as partes, o sistema de centralização unitária, a burocracia, os corpos privilegiados, os exércitos permanentes, a monar-

quia, os Estados, para fundar, sobre suas próprias ruínas o sistema da federação voluntária e livre, inicialmente parcial, em seguida geral, dos povos, seu governo por si próprios, o armamento nacional, a organização democrática da sociedade e a federação republicana de todas as nações da Europa. (BAKUNIN, 2014a, p. 74).

O conceito de “política de Estado” surgiu no período populista revolucionário de Bakunin e foi sistematizado como parte da crítica à ideia de “teologismo das nações”, que nega as nações reais para afirmar as nações divinas ou oficiais. Ele afirma neste mesmo documento que os “(...) democratas, socialistas e revolucionários, só eles podem sinceramente adotar todas as consequências do princípio das nacionalidades supracitado” (BAKUNIN, 2014a, p. 74).

A liberdade social, a anarquia, dentro do materialismo de Bakunin, seria a organização da sociedade de baixo para cima de acordo com seus princípios, aspirações e necessidades naturais, portanto materiais, e não poderiam ser expressas por nenhum sistema político-econômico centralista e unitário apoiado na ideia de ordem anterior à humanidade e à liberdade, e sim democrático e federalista, onde a ordem seria expressão deste desenvolvimento desde baixo.

A crítica de Bakunin ao estatismo e aos impérios foi uma crítica epistemológica radical ao “centralismo” enquanto paradigma ordenador da realidade. Tal forma de conhecimento do real qualificada por Bakunin como “teologismo” é fundamentada na explicação de que a realidade possui uma causa primeira organizadora e fundante, que historicamente se transformou, primeiro em Deus, depois no Estado, na ciência entre outros e que, portanto, a sociedade e o mundo natural possuem a necessidade de um centro que lhes imponha uma organização de cima para baixo. Tais concepções negam constantemente a capacidade de autodeterminação dos povos e tendem a qualificar a natureza como a expressão de uma ordem absoluta, divina ou positivista, onde o poder central é mera expressão dessa realidade, ou como uma desordem absoluta que necessita ser organizada por um poder central (FERREIRA, 2016).

O desenvolvimento dessa cognição centralista, denominada por Bakunin de teologismo, que também era uma episteme das classes dominantes, esteve na base da fundação dos Estados-nações no século XVIII e XIX, assumindo uma feição homogeneizadora e uniformizante. Como parte deste processo estava a necessidade da burguesia em centralizar os capitais através de Estados territoriais⁴. Uma das consequências importantes sobre a sociedade foi a criação das nações e suas culturas oficiais de Estado, que passaram a ser impostas em todo território estatal, formando os Estado-nações contemporâneos.

Para Bakunin, os povos formados de múltiplas nações, culturas e religiões, nunca expressariam tal diversidade plenamente nas estruturas centralizadoras dos Estados e na verdade tenderiam a ser oprimidas por elas. Nesse sentido, o anarquismo enxerga uma contradição entre os diversos povos-nações, que compõem a humanidade e tendem para a diversidade, e os Estados-nações, que por suas estruturas tendem a uniformidade que produz divisões anti-humanitárias.

Bakunin se contrapôs à perspectiva centralista do estatismo através do materialismo baseado na ontologia da natureza e nas relações dialéticas entre natureza e sociedade, ordem e desordem, centralização e descentralização. Nos níveis político e econômico, essa perspectiva expressou-se no modelo do federalismo e do socialismo como descentralização do poder, da riqueza e das nacionalidades através da confederação de povos-nações, sem Estado, organizadas de baixo para cima.

Nas disputas no movimento operário italiano, os nacionalistas (mazzinistas) acusaram os anarquistas e a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) de buscarem a destruição das nações, oprimindo os povos e suas culturas. Bakunin respondeu categoricamente que não, seus objetivos eram destruir os artificiais Estados nacionais, que eram a negação dos povos-nações reais. Ele buscou construir um equilíbrio entre o

geral e o particular, defendeu uma proposta que não apontava nem para o centralismo localista e nem para o generalista.

A Internacional não destrói nacionalidades e nações; ela abraça todas elas sem suprimir nenhuma. Não pode fazer o contrário, pois seu princípio fundamental é a maior liberdade. A Internacional não faz guerra às pátrias naturais, faz guerra apenas às pátrias políticas, aos Estados; e deve fazer esta guerra, porque, querendo seriamente a emancipação plena e definitiva do proletariado, deve necessariamente tender para a abolição de todas as classes, ou seja, de todos os privilégios econômicos, e os Estados são apenas a organização e a garantia dos privilégios econômicos e a dominação política das classes. Fazendo guerra contra as classes, deve fazer guerra contra os Estados. Mazzini quer não só a preservação, mas também a ampliação do Estado italiano: portanto, ele deve querer e quer a preservação da classe burguesa, portanto, ele deve temer e odiar a Internacional, e ele a teme e odeia. (BAKUNIN, 2000a, p. 38).

A existência dos povos-nações não está em contradição com a pátria proletária internacional. A aliança internacional dos povos e trabalhadores não desemboca numa homogeneização que tenderia a se constituir em novos centros e modelos únicos a serem seguidos por todos. Bakunin afirma que em todos os Estados, as populações escravizadas eram a grande maioria, e que quando se organizavam contra a conquista e a exploração da “pátria

⁴ No livro *Seeing like a State* (1998), James Scott analisa como se processou o domínio do aparelho burocrático-fiscal do Estado sobre a natureza e a sociedade.

oficial”, criavam um poder popular capaz de destruir os opressores, sejam internos ou externos, através da “santa guerra civil”. A libertação nacional e social das pátrias populares não poderia ser dissociada da luta contra o Estado, a pátria (a cidadela) dos conquistadores e das classes privilegiadas.

Dobrados sob o peso do trabalho forçado em benefício exclusivo dos conquistadores, associados necessariamente em primeiro lugar para este trabalho, estes milhares de escravos, unidos pelo infortúnio e pela mesma servidão, acabam ajudando uns aos outros, associando-se e organizando-se livremente, e a partir daí começam a constituir por sua vez um poder, - o poder crescente do povo. E então a luta começa de novo; a Santa Guerra Civil, a única fonte e o único meio de libertação para o povo, começa, quer Mazzini goste ou não. (BAKUNIN, 2000b, p. 6).

A “guerra civil das pátrias populares” para ser vitoriosa, por seu caráter de classe e evidente extensão global da dominação e da resistência, deveria se fundir na revolução socialista internacional, na sua reunião sob a bandeira da pátria proletária internacionalista e federalista e na luta sem trégua, na guerra de destruição da pátria burguesa conquistadora e imperial, a Santa Aliança da reação.

2 Patriotismo, povo e Estado

Eu disse que o patriotismo, embora instintivo ou natural, enraizado na vida animal, nada mais oferece do que uma combinação particular de costumes coletivos: material, intelectual e moral, econômico, político e social, desenvolvido pela tradição ou pela história, em uma sociedade humana reduzida. (BAKUNIN, 1905, p. 41).

O patriotismo enquanto fenômeno natural é para Bakunin resultado tanto de um processo histórico e social como fisiológico. A partir do processo de humanização⁵, ele

5 Sobre a concepção bakuninista do processo de humanização, consultar BAKUNIN, Mikhail. Considerações filosóficas sobre o fantasma divino, o mundo real e o homem. In: FERREIRA, A.C.; TONIATTI, T.B. De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin. Niterói: Alternativa, 2014.

delimita duas formas de “patriotismo natural”: a “popular” e a “política”. É interessante perceber que não existem barreiras rígidas entre o patriotismo natural e seus desdobramentos, nem desenvolvimento único ou necessário, mas processos de continuidade e negação entre sociedade e natureza.

O patriotismo natural é entendido como o instinto animal vinculado ao princípio da autopreservação e de luta pela existência. É um instinto animal de proteção de si e de sua coletividade, que poderia ser entendido como uma espécie de “comunitarismo”, mas que tendeu também ao fratricídio, a etnocentrismos diversos, sob diferentes condições de pressão por sobrevivência, se colocando contra outras espécies ou outros agrupamentos humanos “estrangeiros”.

Mas esse patriotismo natural, em si, também é visto de maneira dialética, possuindo tendências contraditórias e complementares: uma das tendências é de restrição, que é fratricida e acaba por ser anti-humanitária; e outra tendência é de ampliação, que é socializante, que pode começar com a defesa da sua comunidade, podendo se alargar para coletividades cada vez maiores, até a humanidade e o próprio mundo natural em seu conjunto.

2.1 Patriotismo político e princípio da autoridade

O “patriotismo político”, como a virtude e culto do Estado, não é mais que o reflexo do culto divino. Assim, a “teologia estatista” estaria fundada na ideia de que os indivíduos e as unidades coletivas, classes, associações, comunas devem se sacrificar por um suposto interesse geral (externo e superior) que o Estado encarnaria, de acordo com seus ideólogos.

Para Bakunin, tanto o Estado como a Igreja negam a sociedade real, defendendo que apenas um princípio exterior e centralista, imposto desde cima sobre a sociedade, pode salvá-la de si mesma. Nesse sentido, a formação dos Estados-nações, onde o patriotismo político teve seu desenvolvimento máximo, foi marcada por um processo de centralização cognitiva e negação de diversas pátrias naturais e populares.

nin. Niterói: Alternativa, 2014.

Proudhon, em seu folheto sobre a unidade italiana, observou com razão que esta unidade ainda era apenas uma ideia, uma paixão inteiramente burguesa e de nenhuma maneira popular; que as populações do campo, pelo menos, permaneceram até hoje em grande parte estranhas a ela, e eu acrescentaria até hostis, porque esta unidade, que está em contradição por um lado com seu patriotismo local, por outro lado os trouxe até hoje apenas exploração impiedosa, opressão e ruína. (BAKUNIN, 1905, p. 45).

Nesse sentido o patriotismo político aliena a vinculação natural e real das populações com seus lugares de origem, tentando transformá-las pela imposição ou pelo doutrinamento, numa vinculação à pátria burguesa unitária e abstrata. Porém, por ser impulsionado pelo princípio da autoridade, pela opressão e exploração, esse processo acaba não apenas por perpetuar o sentido fratricida e bestial do patriotismo natural, mas ampliá-lo e transformá-lo em uma estrutura social anti-humanitária. É a consequente negação do direito dos povos às suas particularidades e a afirmação da guerra e da conquista em diferentes escalas.

A ideia de um Estado expansionista e racista expressa uma das maiores tendências do patriotismo político. A nação estatizada é, para Bakunin, o sacrifício da pluralidade das nações e povos reais em nome de uma pátria fictícia. Assim, a questão nacional aprisionada pelo princípio da autoridade, do estatismo e do capitalismo, é um problema crônico sem solução, sempre gerador de novas questões nacionais, pois a soberania de um povo via Estado significa a opressão e exploração de seu próprio povo e de outros povos-nações em benefício dos interesses das classes privilegiadas.

2.2 Pátria popular e princípio da liberdade

Outro desdobramento do patriotismo natural foi o que Bakunin denominou de “pátrias populares”. Diferente do patriotismo político, tais pátrias não podem ser compreendidas de maneira centralista, mas sim como pluralidade. Nesse sentido, são uma negação da Nação-oficial, incapaz de expressá-

-las, e não uma definição essencial em si mesma. Para Bakunin existem os mais diversos tipos de nacionalidades populares e elas não se confundem com os Estados a que estão subjugadas.

Tais pátrias populares tendem a expressar o instinto da solidariedade, da ampliação e não da restrição. Por serem expressões das massas trabalhadoras, elas estão centradas no mundo do trabalho de onde, para Bakunin, advém a justiça. O caráter social destas pátrias trabalhadoras, por suas condições e aspirações, tende a produzir a unidade espontânea, material. Assim, o princípio da liberdade, humanitário, natural, através da federação, tende a se desenvolver.

Não é o instinto popular, é a abstração, a abstração política, é o Estado que postula o patriotismo como um princípio e que o torna objeto de um culto religioso. O patriotismo popular, identificando-se com o livre desenvolvimento de uma comunidade natural, é naturalmente mais forte, mais intenso, mais real e a princípio mais selvagem na comuna; depois, tornando-se cada vez mais humano pelo desenvolvimento da vida coletiva, das necessidades, dos instintos, das ideias, se nada vier a interromper violentamente esse progresso natural e espontâneo ao topo, ela se alarga, enfraquecendo-se sempre como um instinto natural e selvagem, primeiro, pela federação livre das comunas das regiões, depois pela das regiões em um número ainda maior, um "conjunto nacional" maior que é chamado de nação a ser perdida, mais cedo ou mais tarde, sempre pelo mesmo caminho da federação livre na organização e na solidariedade da humanidade. (BAKUNIN, 2000b, p. 4-5).

Bakunin via de forma positiva um patriotismo popular que se desenvolvia entre o campesinato⁶ em suas diferentes relações com a terra e seus semelhantes. A constituição destas pátrias populares era uma realidade presente e ao mesmo tempo em constante

transformação, que não pode ser centralizada em um único formato. Bakunin também não desvincula esse processo de transformação das condições materiais de existência, apontando que enquanto houver o privilégio e a injustiça, a guerra e a conquista continuarão a ser a regra, e existirá luta fratricida entre povos.

Dessa forma, a pátria não deve ser entendida como princípio ou dogma, mas como fato natural vinculado ao direito à liberdade e à pluralidade humana. Tais povos-nações, por serem um desdobramento do patriotismo natural, não são nem uma virtude e nem um dever, são um fato. Pelas condições mais diversas (históricas e sociais, geográficas e biológicas) as sociedades se desenvolvem em características particulares, vinculadas à pertença, comunidade, terra, trabalho, língua em que se expressam e entendem o mundo.

Bakunin afirma que existe um desenvolvimento histórico no sentido da conformação das nacionalidades, porém elas não são baseadas nas abstrações teológicas ou políticas de eruditos do passado, mas sim materialmente, porque passaram para a realidade pensamentos e vontades do seu povo. Tais povos-nações não são imutáveis como as escrituras sagradas, estão em constante mudança. Na história, se existe "unidade" entre povos ela deve se manifestar espontaneamente. Bakunin também faz a crítica ao centralismo conservador e tradicionalista, nas perspectivas nacionalistas (ainda que subalternas) que visaram justificar uma unidade eterna para uma nação.

A libertação das nações oprimidas que se levantam contra o opressor imperialista, possui por base a justiça, o instinto de liberdade dos povos e das pátrias populares, mas a única forma de se realizar verdadeiramente na sua liberdade e na liberdade de todos os povos-nações é ao negar o centralismo do Estado e da nação oficial, e afirmar a autodeterminação na sua maneira mais consequente: a anarquia. Esse programa anti-imperialista e anarquista fica explícito em "Cartas a um francês", de 1871:

Abolição de tudo o que se chama direito histórico (de conquistas) e as conveniências políticas

dos Estados, em nome do direito supremo de todas as populações (da Europa e do mundo), pequenas ou grandes, débeis ou fortes (civilizadas ou não civilizadas), assim, como de todos os indivíduos, para disporem de si mesmos com inteira liberdade, sem levar em conta as necessidades e as pretensões dos Estados, sem outro limite para essa liberdade que o direito alheio. (BAKUNIN, 1977, p. 180).

A autodeterminação é um conceito ontológico na teoria bakuninista. A crítica a centralização diz respeito exatamente a capacidade dos povos trabalhadores se autogovernarem. Para tal, Bakunin defende um processo de descentralização do poder e da riqueza, que é política, econômica e cultural, que revoluciona a estrutura social de baixo para cima. A autodeterminação em Bakunin não pode, portanto, ser entendida de maneira separada da questão social, pois diz respeito à própria capacidade e escolha de ação dos trabalhadores sobre sua produção e o processo político, que se federam a nível local, nacional e internacional. Não existe libertação nacional sem revolução socialista, assim como não existe revolução socialista sem a libertação e autonomia dos povos-nações oprimidos.

3. Classe-povo e classe-Estado

(...) Denomino burguesia todo aquele que não é trabalhador nas fábricas, nas oficinas ou na terra; e o povo toda a massa dos trabalhadores propriamente dita, assim como os camponeses que cultivam com seus braços sua própria terra ou a terra de outro. (Bakunin, 1980, p. 207).

O conceito de "povo" em Bakunin aponta para uma crítica semelhante ao que atualmente faz o campo acadêmico da História global do trabalho (Van der Linden, 2013)⁷. Para o anarquista russo, povo era sinônimo de classe trabalhadora, tanto no aspecto campo-cidade como também centro-

⁶ Para uma análise das concepções bakuninista e marxista do campesinato, consultar o artigo "Anarquismo e questão agrária", publicado no número 3 da Via Combativa.

⁷ A História global do trabalho é um campo de investigação científica que busca superar dois aspectos da historiografia oficial: o eurocentrismo e o nacionalismo metodológico.

-periferia. Operários, camponeses, servos, escravos, assalariados ou desempregados, de países centrais ou periféricos, compunham a “classe-povo” dos trabalhadores.

Martin-Barbero (1997) aponta que o conceito de “povo” para o anarquismo expressa uma concepção que identifica processo de continuidade histórica entre as lutas das classes exploradas. Essa continuidade é percebida na ideia de experiência histórica coletiva das lutas populares, ou seja, formas de resistência forjadas pela experiência e pela reflexão popular, que é encarada por Bakunin como uma dimensão do trabalho, do fazer-se dos trabalhadores, ou da “classe-por-si” como afirma Ferreira (2014) e Nascimento (2017).

Bakunin ressalta a oposição entre “classes-povo” e a noção de “classes-estado”, que incluía a burguesia, a burocracia, o clero, a nobreza, e seus aspirantes da socialdemocracia, que introduziam dinâmicas estatizantes à classe operária dos países centrais. Quando Bakunin critica a ideia de “classe” dos marxistas, critica sua visão de uma classe excludente, corporativa, restrita ao operariado industrial dos países centrais integrados cada vez mais à ordem burguesa, ou seja, critica o advento da “aristocracia operária” enquanto classe com interesses particularistas. É a partir dessa crítica bakuninista que compreendemos os conceitos de “povo” e “massa” em toda a sua profundidade no anarquismo.

O pensamento de Bakunin identifica uma estratificação internacional da classe trabalhadora entre nações centrais e periféricas, percebendo pioneiramente a formação do duplo mercado de trabalho vinculado as estruturas do colonialismo-imperialismo europeu. Antes de Lenin, Bakunin percebeu a formação de uma aristocracia operária nas nações imperialistas, principalmente nos países germânicos e anglo-saxões, que se diferenciava da massa popular “esfarrapada”.

Essa mesma perspectiva o levou a defender o papel protagonista das massas trabalhadoras das nações oprimidas (camponeses, servos, escravos e o que hoje chamamos de proletariado marginal⁸) na revolução. Mas o conceito

de “povo” apareceu de duas formas no pensamento de Bakunin, tanto como “povo-classe”, mas também como “povo-nação”. A noção de povo-nação aparece principalmente de 1840 a 1860, com a formulação do populismo revolucionário. A concepção de povo-classe se consolida nas décadas de 1860-1870 com a integração da teoria do valor trabalho ao pensamento de Bakunin. Porém, não se deve fazer uma oposição mecânica entre as duas, mas compreender a complementariedade entre a questão nacional e de classe.

4. Crítica anarquista ao pangermanismo marxista

Esta tendência dos operários das cidades de formar uma nova aristocracia, uma nova classe dominante ou política, é lhes infelizmente, inerente em mais ou menos todos os países da Europa Ocidental. Desenvolveu-se durante séculos, pela separação que se deu sucessivamente na história entre o desenvolvimento relativamente muito rápido das cidades e a estagnação relativa dos campos. Agravou-se através da influência que a burguesia exerceu sobre o proletariado das cidades e pela participação direta deste último em todas as evoluções da política burguesa até os dias de hoje. (Bakunin, 2014b, p. 460).

Em sua crítica a posição da socialdemocracia alemã na I Guerra Mundial, Lenin (2011) afirmou que a grave degeneração desta tinha como causa principal a formação de uma aristocracia operária. Esta possibilitou a integração de setores do movimento operário alemão aos interesses do imperialismo, dando origem aos chamados “social-patrioteiros”. A crítica de Lenin estava correta, porém foi parcial e limitada as consequências práticas de um problema bem mais profundo. A partir da teoria bakuninista podemos entender como a própria concepção de mundo do marxismo atuou como uma força agente nesta integração do operariado aos interesses do Império alemão.

Em 1871, Bakunin analisou em “A Alemanha e o comunismo de Estado” que o socialismo baseado nos grandes Estados levaria fatal-

mente a luta entre povos-nações e a degeneração dos movimentos operários e socialistas da Europa. Antecipava assim, não só a capitulação da socialdemocracia alemã, como os crimes da política soviética no Leste Europeu⁹. De certa forma, tanto a linha reformista como a linha revolucionária do marxismo tiveram efeitos nefastos sob a perspectiva da questão nacional, aprofundando o conflito entre povos, e com as próprias massas trabalhadoras dos países socialistas.

Sim, o socialismo que preconiza a emancipação das classes operárias pelo Estado, pelos Estados, por vários grandes Estados dos quais cada um, tendendo necessariamente a oferecer todas as condições econômicas, políticas e estratégicas necessárias a sua conservação e ao desenvolvimento de sua larga existência, teria como consequência fatal a luta das nações e das raças, a negação mais completa e sangrenta da humanidade no seu exterior e, em consequência, a opressão mais tirânica e a exploração mais injusta internamente. (BAKUNIN, 2014b, p. 447).

Bakunin aponta que uma certa concepção “pangermanista” presente nos documentos das se-

⁹ Ida Mett em sua obra “O campesinato russo na revolução e na pós-revolução” (1975) faz uma crítica radical ao marxismo russo. Demonstra que toda a socialdemocracia russa deslegitimou historicamente a ação política do campesinato, e mesmo Lenin, apesar de corretamente defender a participação decisiva do campesinato na revolução, nega seus direitos políticos e econômicos no processo pós-revolucionário, retornando à teoria da revolução etapista da socialdemocracia/comunismo europeu. A posição marxista anti-camponesa será partilhada igualmente por Trotsky e Stalin. Em relação a desastrosa política de coletivização forçada, Trotsky a saúda como uma “vitória” da oposição de esquerda. Escreve em 1929 que “o proletariado deve inevitavelmente entrar em conflito com as grandes massas camponesas cujo apoio o levou ao poder”. Pelo lado stalinista, Preobrazhensky defendia que a lei fundamental da economia soviética era precisamente a lei da acumulação primitiva, e Stalin expressa esta ideia da forma mais brutal em seu discurso no XV° Congresso: “Não temos colônias, empréstimos nos são recusados, portanto, aqui está a nossa arma: o tributo levado ao campesinato”. (METT, 1975).

⁸ Para uma análise do protagonismo político do proletariado marginal, ver o artigo

“O levante dos marginalizados: análise sociológica dos protestos e manifestações populares no Brasil”, publicado no n. 3 da Via Combativa.

ções alemãs da AIT coadunam com a perspectiva imperialista de que diversos territórios como Holanda, parte da Bélgica, três quartos da Suíça e toda Escandinávia, devêssem estar sob um grande Estado alemão republicano, centralizado, proprietário, capitalista e ao mesmo tempo popular. Assim, não apenas a aristocracia e a alta burguesia estavam mergulhadas neste pangermanismo, mas os democratas burgueses alemães e a socialdemocracia sob o comando de Marx, Engels, Lassale e Liebknecht.

Segundo Marx, em carta privada a Engels durante a Comuna de Paris:

Se os prussianos vencerem, a centralização do Estado favorecerá a centralização da classe operária. Além disso, a supremacia alemã deslocará o centro de gravidade do movimento operário do ocidente da Europa, da França para a Alemanha, e basta comparar o desenvolvimento de ambos os países desde 1866 para se convencer de que a classe operária alemã está acima da francesa, tanto em teoria como em organização. O triunfo da primeira sobre a segunda representará ao mesmo tempo um triunfo de nossa teoria sobre a de Proudhon. (MARX, 1965, p. 234-251).

A concepção de que a centralização do Império Alemão beneficiaria a classe operária alemã demonstra como a perspectiva centralista se encontra arraigada no marxismo. Marx acreditou que Bismarck fazia um serviço ao proletariado, mas, na verdade, foi a socialdemocracia que fez um “bom” serviço ao imperialismo, como denunciou Bakunin.

E Bakunin verifica que este processo se dá de maneira peculiar.

E sabem como ele [Marx] lhes apresenta sua tendência? Sob um pretexto muito plausível, o da negação do princípio das nacionalidades, negação que seria perfeitamente justa se ela se fizesse em favor da internacionalidade, isto é, da humanidade, mas que se torna iníqua a partir do momento em que alguém a reclama em benefício de uma nacionalidade. Mas, como o Estado universal é impossível, ne-

gar as nacionalidades, o direito a autonomia das nacionalidades diferentes em favor do Estado, significa negá-los em proveito da nacionalidade que domina o Estado. (BAKUNIN, 2014b, p. 454).

E era exatamente o que Marx e Engels achavam, ainda que em relação a Comuna de Paris tenham mantido a nível privado, e a socialdemocracia repetiria de maneira muito mais catastrófica 50 anos depois na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Bakunin apontou que os operários alemães raciocinavam da seguinte maneira: “a questão das nacionalidades é aristocrática e burguesa, deve ceder terreno a emancipação do proletariado”. Até aí Bakunin está de acordo, mas os operários sob influência de seus chefes dizem, “devemos nos unir para fundar um grande Estado popular, banqueiro e proprietário único, porque somente ele pode emancipar o proletariado” (2014b, p. 455). Assim, Bakunin responde:

Seria o Estado Universal? (...) Não, tal Estado é impossível. Portanto, querem vários grandes Estados separados – é a negação do Internacionalismo – e separados por quê? De forma geográfica, etnográfica e histórica; pela raça, pela língua, pelos costumes, pelo caráter da civilização. Enquanto alemães, vocês querem, naturalmente, um Estado alemão, não podem querer, nem mesmo compreender, algum outro. Mas, então, quando chamam os trabalhadores que falam outras línguas, ao invés da sua, para vir fraternizar com vocês sob a bandeira de um Estado redentor único, vocês os convidam a se pangermanizar. Vocês querem que o Estado pangermânico popular de vocês, para o próprio bem do proletariado das outras nações, submetam estas nações a seu jugo. Vocês trabalham para o bismarckianismo sem o saber, assim como o burguês fidalgo faz prosa sem perceber. (Ibid., p. 455).

É interessante retomar a crítica bakuninista à perspectiva etapista e centralista de Engels, dos “povos sem história”, pois essa visão expressa como determinados Estados e nações supostamente “revolucionários” encarnariam o progresso histórico, sendo a sub-

missão dos outros povos uma fatalidade necessária.

Vou resumir. O princípio da maioria das nacionalidades torna-se justo, progressivo, favorável ao triunfo da humanidade, quando tem por corolário o da negação dos Estados. Torna-se um princípio anti-humano, conquistador, tirânico, a partir do momento em se pretende conservar o Estado, e os Estados. (Ibid., p. 456).

Como destacou Bakunin, a posição do proletariado alemão mudou em apenas quatro anos. Em 1868, defenderam um verdadeiro internacionalismo, apontando que não havia mais do que duas pátrias no mundo, a dos trabalhadores e da burguesia. Em 1872, em reunião em Viena, aclamaram o grande Estado popular alemão, declarando que os eslavos que pediam separação faziam o jogo da reação. Dessa maneira, afastaram o proletariado eslavo.

(...) pois se os trabalhadores eslavos podem e devem lhes dar a mão no terreno do Internacionalismo, desentulhado de todos os Estados, não poderão nem consentirão jamais a serem amalhados sob a bandeira nacional do grande Estado pangermânico. (Ibid., p. 456).

Para Bakunin, o principal responsável por esta política foi o Partido Operário Social-Democrata Alemão. Para este partido, a meta imediata dos operários era a conquista do poder político, entendendo que a emancipação e a organização do trabalho deve-se fazer pelo Estado. Para isso, o partido enviou representantes para o parlamento do Império. Bakunin considerou tal estratégia completamente errônea, mesmo quando são enviados parlamentares operários.

(...) primeiro porque um operário membro do parlamento deixa de ser um operário puro e passa a ser um homem de governo. Ele considera – mesmo que não queira, por pura força de sua posição – o povo, de cima, como uma massa mais ou menos tola ou passiva, que ele tem a missão de fazer feliz. E depois, porque na ordem política atual, em todos os países da Europa, os

parlamentos não são mais nada que válvulas de segurança para o Estado, ou máscaras atrás das quais se esconde o poder realmente despótico do Estado, fundado sobre o banco, a polícia e o exército. (Ibid., p. 457).

Mas um dos elementos mais interessantes é que Bakunin percebe que a doutrina dos comunistas alemães está baseada em uma perspectiva evolucionista e etapista da questão nacional.

O segundo efeito, igualmente necessário, é novamente, de acordo com o sistema de Darwin, a pangermanização sucessiva e lenta, mas certa, segundo os doutores, das populações não germânicas da Europa, para sua própria felicidade. (...) Como, entre todas as raças humanas, a grande raça indo-germânica se poliu através do próprio desenvolvimento da história, como a representante real, legítima, única, da humanidade inteira, excluindo todas as outras raças, então, dizem, dentro da raça indo-germânica, a raça propriamente tudesca mostra-se, hoje, a única capaz de tocar para frente os progressos da humanidade. (Ibid., p. 457).

Bakunin afirma que os pangermanistas desprezam não apenas os eslavos, mas também os latinos, e acreditam que a “jovem raça germânica” é quem herdará o futuro. Ele aponta que este pensamento não é apenas da burguesia, mas também partilhado por setores do proletariado alemão, e principalmente seus chefes, literatos e políticos socialdemocratas.

Os eslavos lhe parecem bárbaros por demais – e a prova é que os eslavos, abandonados a si mesmos, ao seu desenvolvimento autônomo, nunca souberam querer nem criar uma burguesia em seu seio, nem constituir um Estado. A natureza eslava, fundamentalmente hostil a estes dois elementos essenciais da civilização, tal como os alemães mais democratas e mais socialistas projetam, representa, portanto, a barbárie absoluta, a anarquia. Já se pode ver a consequência: de com acordo com esta teoria, na marcha progressiva da história, a raça latina re-

presenta a aristocracia, a raça eslava, a ralé, e a raça alemã, a burguesia. (Ibid., p. 459).

Bakunin formula uma percepção que identifica a segmentação nacional com a segmentação social do capitalismo. Ou seja, o capitalismo realmente superexplorou determinados povos, criando uma aristocracia operária principalmente nos países germânicos e anglo-saxões e um proletariado marginal nos demais países, essa análise se coaduna, ou nasce, a partir da interpretação socialista de Bakunin da questão nacional.

Um documento histórico que marca o posicionamento etapista e estatista do campo marxista é o “Bakuninistas em ação”, escrito por Engels em 1873, acerca do levante insurrecional espanhol, onde a greve geral foi utilizada e ocorreu sob a direção dos anarquistas. Neste documento, entre outras coisas, Engels aponta que os anarquistas e os trabalhadores estavam errados em lutar por uma revolução socialista na Espanha, pois as condições econômicas atrasadas do país exigiam que primeiro se constituísse uma república burguesa e o desenvolvimento industrial, que o correto seria os operários se organizarem em partido eleitoral para disputar tal Estado.

A Espanha é um país muito atrasado industrialmente e por esse fato não se pode falar de uma emancipação imediata e completa da classe operária. Antes que isso possa acontecer, a Espanha terá que passar por etapas prévias de desenvolvimento e deixar para trás uma série de obstáculos. A República oferecia a oportunidade para tornar mais curtas essas etapas para liquidar esses obstáculos. Mas esta oportunidade só podia aproveitar-se por intermédio da intervenção política, ativa, da classe operária. (ENGELS, 1873).

Engels faz a crítica da estratégia da greve geral em si, vista como ineficiente e inexecutável, apontando como a única saída para os trabalhadores a “intervenção política ativa”, isto é, a participação nas eleições da república. Historicamente a Alemanha e o seu partido social-democrata foram as expressões máximas dessa proposta de “intervenção política” da classe operária,

levando a uma integração e degeneração sistêmica de suas lideranças que aderiram paulatinamente as políticas do Império Alemão.

Vimos também como o determinismo econômico, em vez de conduzir a uma política radical da classe trabalhadora, levou a uma política de colaboração entre proletariado e burguesia, em nome da indústria e do Estado centralizado. Nesse sentido, o determinismo econômico marxista pôde ser instrumentalizado pelo nacionalismo burguês e vice-versa, dando origem propostas intermediárias como a defesa de políticas nacionais-desenvolvimentistas, democrático-populares, que retomavam idealizações do “Estado-nação” como etapa necessária para a construção do socialismo.

5. Questão social e questão nacional

A análise de Bakunin da questão nacional é internacionalista, pois seu objetivo principal é acabar com a supremacia de algum povo particular e conceder uma existência igualitária e libertária entre os povos-nações. Tal objetivo só seria possível com o fim dos Estados e do sistema capitalista. Os Estados levam não apenas a concentração de poder político e econômico, mas também ao expansionismo de uma nação oficial, seja por sua língua, cultura ou instituições econômicas.

Assim, a teoria bakuninista vincula de forma precisa a análise da questão nacional à questão de classe. Bakunin defendeu a aliança operária-camponesa, uma aliança entre a classe trabalhadora global, do campo e da cidade, do centro e da periferia do mundo.

Todos aqueles que fazem realmente questão do triunfo da revolução social devem deplojar esta separação nefasta que existe entre o proletariado das cidades e o proletariado dos campos. Todos os seus esforços devem tender a destruí-la, porque devemos estar, todos, bem conscientes de que enquanto os trabalhadores da terra, os camponeses, não tiverem dado as mãos aos trabalhadores das cidades para uma ação revolucionária comum, todos os esforços revolucionários das cidades serão condenados a fias-



cos inevitáveis. Toda a questão revolucionária está aí: é preciso resolvê-la, ou então perecer. (BAKUNIN, 2014b, p. 461).

A teoria revolucionária anarquista, articula, assim, uma linha de massas que unifica de maneira horizontal, sem sujeitos sociais oficialmente “escolhidos”, os trabalhadores do campo e da cidade, dos países centrais e periféricos. Condena assim todas as formas de centralismo, inclusive as tendências centralistas-estatistas que se desenvolvem de maneira reativa nas lutas anticoloniais e movimentos dos povos oprimidos, tal como o pan-eslavismo, ou mais recentemente correntes do pan-africanismo. A política da aliança operária-camponesa (que só ganhará maior relevância no marxismo a partir de Lenin, e sempre com a subordinação ao operariado), juntamente à questão anticolonial, estão formuladas pioneiramente no campo socialista do século XIX a partir do pensamento bakuninista.

Existe uma teoria anarquista da questão nacional, profundamente anti-estatista, anticolonial, federalista e socialista. Essa teoria foi marginalizada e sufocada historicamente por diferentes sistemas de poderes-saberes dominantes, precisamente por significar um paradigma ameaçador aos Estados e monopólios capitalistas. A partir dessa base teórica e da estratégia da revolução integral¹⁰, o anarquis-

mo fundou uma linha para a luta de classe e de libertação nacional que tinha o seu ponto culminante no projeto de uma Confederação Internacional das classes trabalhadoras e povos oprimidos.

Sujeitos históricos que tiveram as condições de se apropriar e desenvolver essa teoria, tomaram os discursos oficiais como verdadeiros e deslegitimaram sob diferentes formas a relevância, quando não a própria existência, da teoria bakuninista da questão nacional. No pior dos casos, tomados por ignorância ou oportunismos, decretaram que o anarquismo seria uma das faces do eurocentrismo (sic) e, portanto, não poderia contribuir com a compreensão das realidades e lutas na periferia global.

Por outro lado, o revisionismo operado na teoria anarquista após a morte de Bakunin, teve como consequência a desvinculação da linha de massas populista revolucionária e sindicalista revolucionária. O caso da revolução mexicana é exemplar: uma insurreição camponesa de caráter federalista e socialista, que alçou o lema populista “terra e liberdade”, sofreu uma dura reação da burguesia em aliança com os “sindicatos revolucionários” operários, que consideravam

e “revolução por etapas” foi analisada nas Resoluções do III Congresso da UNIPA, “Ir ao povo: as tarefas do proletariado e dos anarquistas diante da ofensiva neoliberal”, especialmente na Parte I, “Resoluções sobre a teoria e a prática revolucionária”.

os indígenas-camponeses “conservadores”, devido a elementos de religiosidade popular¹¹.

O caso da Confederação Operária Brasileira (COB) traz, no entanto, um exemplo mais próximo da nossa realidade. Apesar da importância das greves gerais insurrecionais nos centros urbanos no início do século XX, os anarquistas e sindicalistas brasileiros foram colocados diante do dilema da questão nacional e do campesinato, tal como postos por Bakunin. Uma revolução social no Brasil só poderia triunfar com a organização e ação direta das massas camponesas, dos povos-nações negros e indígenas.

Atualmente, a questão nacional segue como um dos eixos estruturante do capitalismo. A formação dos impérios coloniais esteve assentada na dominação de povos-nações em todo o mundo, consolidando uma estrutura de poder baseada na supremacia branca. Tal supremacia nunca foi biológica, mas sim social, e se trata de um projeto das classes dominantes dos países imperialistas e colonialistas modernos. Se por um lado, a questão de classe atravessa tais nações,

¹¹ O leitor encontra uma análise das sucessivas capitulações de anarco-comunistas, comunistas e nacionalistas no documento “Plataforma internacional do anarquismo revolucionário”, capítulo 2 “As grandes derrotas da revolução social: Rússia, Espanha e América Latina”. O mesmo está disponível em nosso site em português e respectivas traduções para o espanhol, francês e inglês.

¹⁰ A diferença entre “revolução integral”

por outro lado, não se pode ignorar a hierarquização social-étnica estrutural do racismo, que estratifica a própria classe trabalhadora a nível mundial¹².

Dessa forma, Bakunin aponta para a dialética da questão nacional e social, pois no sistema interestatal capitalista só se explica a primeira articulada à segunda. A libertação da classe só será verdadeira se libertar os povos oprimidos, e a libertação dos povos-nações só se realizará com a abolição das classes e do Estado. O conceito de autodeterminação, autonomia, liberdade e autogoverno dos povos é central, e estes começam desde as associações de trabalhadores do campo e da cidade, que se federam, estendendo-se para a cidade, a região, a nação e o globo, numa confederação internacional dos povos e trabalhadores livres.

Referências

BAKUNIN, Mikhail A. O patriotismo. Barcelona, Editora Atlante-Presa y Rosón, 1905.

_____. Cartas a um francês sobre a crise atual. In:

¹² Ver nesta edição, o artigo “A luta do povo negro e a emancipação da classe trabalhadora”.

Obras Completas Bakunin – Tomo 1. Edição La Piqueta, Madri, 1977.

_____. Obras de Bakunin – La Revolucion Social en Francia II. Madri: Jucar, 1980.

_____. Programa secreto da sociedade de emancipação da humanidade 1864. In: De baixo para cima e da periferia para centro: escritos de filosofia de Mikhail Bakunin. 2014a.

_____. Alemanha e Comunismo de Estado. In: De baixo pra cima e da periferia para centro: escritos de filosofia de Mikhail Bakunin. 2014b.

_____. Oeuvres complètes. Amsterdam, Netherlands: International Institute of Social History; Netherlands Institute for Scientific Information Services; Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences, 2000. (CD-ROM).

_____. Carta aos meus amigos da Itália, 1871. Oeuvres completes, 2000a.

_____. Artigo Contra Mazzini, 1871. Oeuvres completes, 2000b.

ENGELS, Friedrich. Bakunistas em Ação. Jornal “Der Volkstaat” em 3 de Outubro, 2 e 5 de Novembro de 1873.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. A classe por si: Teoria econômica

e política em Proudhon e no proudhonismo. Revista Em Debate, n. 11 (2014): 1º semestre 2014.

_____. Pensamento e práticas insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI. Niterói, Editora Alternativa, 2016.

LENIN, V. I. O Imperialismo: etapa superior do capitalismo. Campinas: FE/Unicamp, 2011.

MARTIN-BARBERO, Jesus. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.

MARX, Karl. Karl Marx and Frederick Engels - Selected Correspondence. Moscow, Progress Publishers, pp. 234-251, 1965.

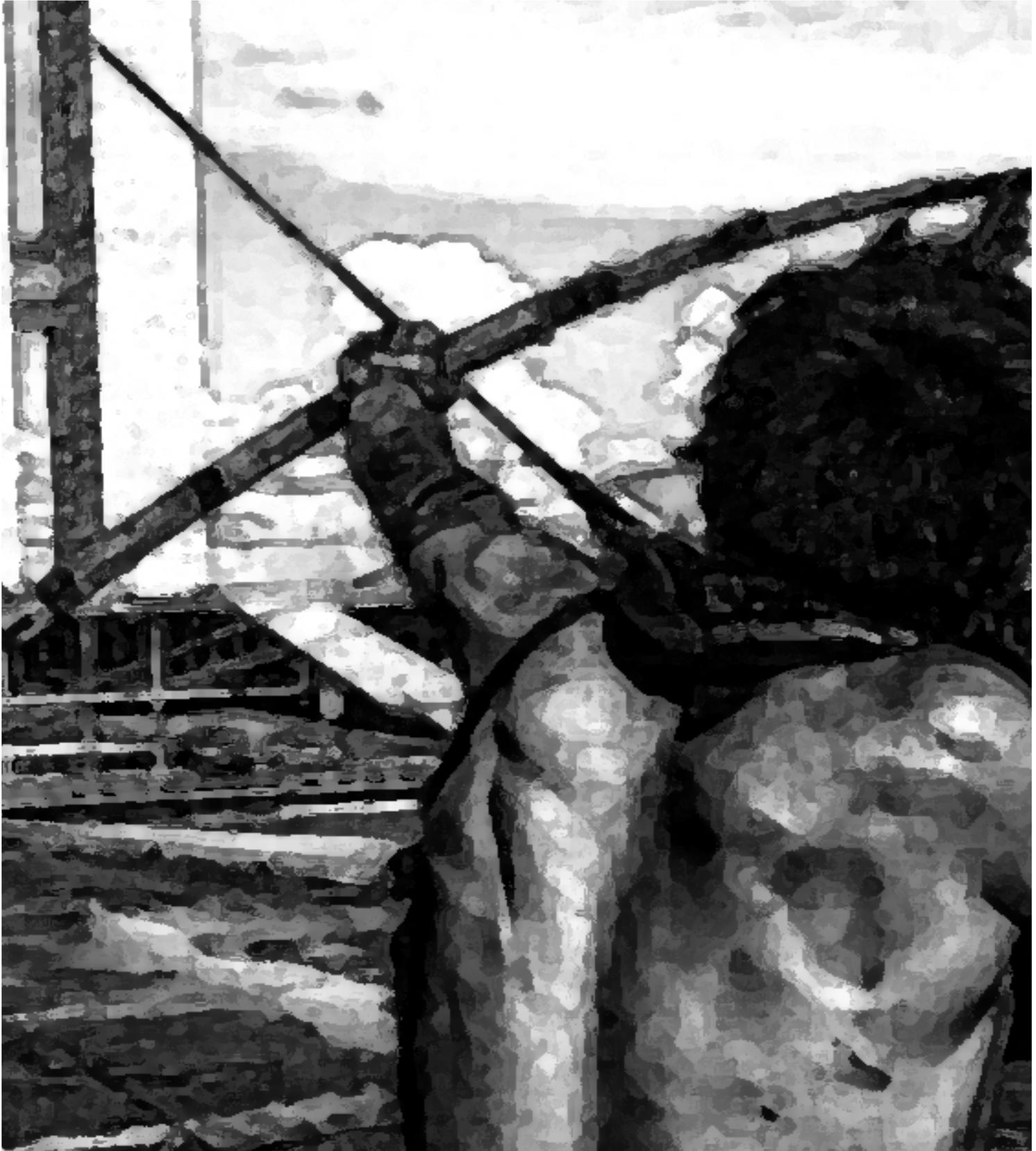
METT, Ida. O camponês russo durante e após a revolução. Porto, Portugal: Livros da Estrada, A Regra do Jogo, 1975.

VAN DER LINDEN, Marcel. Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho. Editora: Unicamp Ano: 2013.

SILVA, Selmo Nascimento. Greve e lutas insurgentes: a história da AIT e as origens do sindicalismo revolucionário. UFF, Niterói, 2017.



TERRA E LIBERDADE: *as raízes anticoloniais do anarquismo*



Introdução

O revolucionário russo Mikhail Bakunin produziu entre as décadas de 1840 e primórdios de 1860, uma importante contribuição para a análise dos Estados-Imperios europeus e sua dominação sobre diversos povos. Esta perspectiva marcou a trajetória política não apenas de Bakunin, mas de um setor revolucionário da Europa que passou da luta anti-imperialista para a luta socialista. Neste período, Bakunin desenvolveu uma dura crítica ao Estado-nação apontando para a autodeterminação dos povos e da classe trabalhadora.

De acordo com a análise dos textos deste período e o contexto histórico geral, podemos dizer que Bakunin formulou uma concepção “populista revolucionária”¹ baseada em dois eixos principais: 1) o anti-imperialismo, centrado na crítica aos Estados-Imperios; 2) o protagonismo do campesinato no processo revolucionário. É possível dizer que Bakunin foi um dos primeiros socialistas a realizar uma crítica radical à conquista colonial sobre os povos e defender a necessidade e a legitimidade da resistência anticolonial.

Entre as décadas de 1840 a 1860, Mikhail Bakunin já possuía uma crítica ao centralismo político e a exploração econômica. Elementos desse período foram aprofundados no seu pensamento e prática anarquista nas décadas de 1860 e 1870, gerando mudanças e desenvolvimentos importantes em sua concepção teórica. A partir do resgate do populismo revolucionário, do contexto histórico e geopolítico, demonstraremos que não existiu uma separação mecânica (ou antagônica) entre uma primeira fase do pensamento de Bakunin, erroneamente definida como “nacionalista” ou “republicana radical”, e uma segunda fase anarquista. Em 1871, no auge de sua atuação política, continua afirmando: “sigo sendo francamente um patriota de todas as pátrias oprimidas” (BAKUNIN, 2000g).

O “jovem” Bakunin dedicou a maior parte de seu esforço intelec-

tual e político aos movimentos de libertação dos povos eslavos, em sua maioria camponeses, oprimidos em termos de nacionalidade. Esta fase de sua vida política revela alguns fundamentos importantes do seu pensamento anarquista: a) um programa antiestatista para as lutas de autodeterminação dos povos; b) a crítica ao colonialismo interno presente na Europa através da dominação sobre os povos eslavos; c) a contraposição ao desenvolvimentismo e estatismo das concepções liberais e comunistas da questão nacional.

1. Estados imperiais, colonialismo interno e revoltas do campesinato eslavo

Toda a história da Alemanha é propriamente uma luta contra a raça eslava – a Prússia, esta pedra angular do poder atual da Alemanha, não é nada além de um cemitério eslavo. Todos os alemães creem instintivamente que tem a missão de civilizar, isto é, de pangermanizar os eslavos. Esta ilusão pode ter, para eles, consequências muito amargas. Os alemães, apesar de todos os horrores que cometeram contra as populações eslavas, não as conseguiram destruir. Hoje não é mais possível. A raiva que os alemães souberam despertar em todos os corações eslavos contra eles, constitui a força e união das populações eslavas, e deu nascimento ao pan-eslavismo. Pangermanismo e pan-eslavismo são igualmente detestáveis, mas cada um deles produz o outro, respectivamente; são tão inimigos e tão inseparáveis quanto o são a igreja e o Estado.

Para destruir o pan-eslavismo e o pangermanismo há somente um meio: afogar, simultaneamente, todos os dois na humanidade, através da abolição dos Estados. (Bakunin, Alemanha e comunismo de Estado, 1872)

Para compreender o significado da questão nacional no pensamento de Bakunin é necessário reconstituir, ainda que brevemente, as estruturas político-sociais do Leste Europeu.

Primeiramente, o que era a questão nacional no século XIX?

O conceito de “nação” tal como entendemos surge historicamente no século XVIII (ANDERSON, 1993) e tem como base dois fenômenos: a) as disputas imperiais e b) as revoluções liberais e anticoloniais. As disputas imperiais dizem respeito à formação dos Estados modernos e do sistema interestatal capitalista, que tem no tratado de Vestefália (1648) e no Congresso de Viena (1815) dois momentos importantes. As lutas anticoloniais e liberais (americana, caribenha, latino-americana, francesa) concebem a “nação” de uma perspectiva republicana baseada na participação popular nas estruturas do Estado, confrontando as monarquias e dinastias.

No período que compreende a vitória das revoluções nacionais-burguesas (a Americana de 1776, as independências caribenha e latino-americana) até a Unificação Alemã em 1871, tendo como um dos marcos as revoltas de 1848, vemos a consolidação de uma outra contradição dialética entre Estados-nações e povos-nações². A contradição anterior entre dinastias e nações se “resolve” com a integração das burguesias nos aparatos de Estado, deixando as estruturas deste intactas. A partir disso se desenvolve uma centralização político-cognitivo na ideia de “nação oficial” e “unitária”, como a nova ideologia legitimadora das classes dominantes no poder. A ideia do “direito histórico dos Estados”, produto das conquistas coloniais, permanece na espinha dorsal dos recém-fundados Estados nacionais europeus.

Por outro lado, o que era a questão eslava no século XIX?

O termo “eslavo” ou “slovenin” deriva das palavras slovo (língua, palavra) ou slava (glória, grandeza), que pode ser entendido como “povo que fala a mesma língua”. Da palavra “slovenin” e das relações sociais escravistas que se desenvolveram na parte oriental da Europa, derivam o termo “sklábos” (grego antigo), e posteriormente no português “sclavus” e no inglês “slave”, que se tornaria sinônimo de “escravo” (HOUAISS, 2001). Assim, o povo eslavo foi identificado

² Um elemento importante levantado por Rubens Fernandes (1982, p. 15), é que no idioma russo, a palavra “narod”, que significa “povo”, também denomina “nação”.

pelo sistema dominante como os escravos europeus por excelência. O fato da palavra escravo derivar de um povo específico não é algo de menor importância.

Foi entre os séculos XV e XVIII que foi gestada a geopolítica imperial que condicionou a existência eslava sob quatro impérios absolutistas até o século XX: a) Império Russo; b) Reino da Prússia (no século XIX - Império Alemão); c) Sacro Império Romano-Germânico (no século XIX - Império Austríaco) e d) Império Turco-Otomano. Os eslavos foram escravizados por quatro Estados dinásticos, durante, no mínimo, três séculos. Eram povos-nações oprimidos em seu próprio território, submetidos a dominação política, econômica, cultural e religiosa.

Tal processo foi contraditório. Ocorreu a formação de alguns Estados eslavos entre os séculos XIII e XV, que paulatinamente foram conquistados e colonizados pelos impérios citados acima. Esse processo foi responsável pela criação de uma reduzida aristocracia eslava, que eram ilhas em meio a imensidão de camponeses e outras nacionalidades oprimidas que compunham, segundo Bakunin (2000a), uma massa de 80 milhões de pessoas em meados do século XIX.

Os Impérios do Leste se desenvolveram e se consolidaram em estruturas monstruosas que aprisionaram despoticamente inúmeros povos-nações através da “enganação e do crime”, nas palavras de Bakunin. As políticas imperiais e coloniais tiveram duas expressões principais no século XIX: a política da “nacionalidade oficial” do Império Russo e a “germanização forçada” (*Kulturkampf*) do Império Alemão. Ambas centradas numa política de centralização dos sistemas cognitivos, de poder e riqueza, que tinham na ideia de uma nação/raça oficial sua principal característica³.

A dominação dos Impérios do Leste foi perpassada por uma dominação cognitiva, a constituição de uma visão centralista da nação,

uniformizadora, que buscou eliminar os traços de toda diversidade cultural do campesinato eslavo, culminando na política da germanização forçada, cristianização ou extermínio. Essa concepção estava na base do desenvolvimento do Estado moderno e sua dominação sobre a natureza e a sociedade.

A Prússia foi de fato um “grande cemitério eslavo”, como afirma Bakunin na epígrafe deste tópico. No século XIX, ocorreu o processo de recrudescimento do colonialismo interno sobre os eslavos, principalmente poloneses. O historiador Stawinski (1976) aponta que a partir da conquista e das partições da Polônia, que se iniciaram em 1795, ocorreu um aumento crescente da expropriação da terra pelos prussianos, proibição da língua, cultura e religião polonesas.

Por outro lado, o Império Russo, após a oficialização do catolicismo ortodoxo em 1721, passou a impor uma dominação político-religiosa sobre as massas eslavas que ancestralmente eram politeístas ou de outras variações do catolicismo, elemento responsável por uma série de conflitos entre o império e as nações eslavas na Bielorrússia, Polônia e Ucrânia. No trecho abaixo, Bakunin fala sobre a imposição da língua oficial e da servidão na Ucrânia, a “Pequena Rússia”.

(...) um império que não é eslavo, que é russo apenas no nome e que sempre enganou, traiu e vendeu os eslavos; um império que nunca soube respeitar qualquer direito ou mesmo qualquer costume popular, que hoje, por exemplo, impõe despoticamente à população da Pequena Rússia a língua da Grande Rússia, da mesma forma que no século passado lhes impôs a servidão; um império que desde o início de sua existência nada mais fez do que explorar, saquear, subjugar, caçar, sufocar, massacrar povos e indivíduos em benefício exclusivo de seu formidável rebanho de funcionários e para a maior glória de seu verdadeiro Deus: o Czar. (BAKUNIN, 2000f, p. 5).

É importante pontuar que as diferenciações de classe e o acesso aos direitos políticos e civis no Leste Europeu estavam atravessados pelas questões religiosas, linguísticas, enfim, étnicas, que funda-

mentavam um tipo de “colonialismo interno”. Assim, os poloneses perderam terras e foram submetidos a perseguições; a servidão na Ucrânia era imposta junto a imposição linguística russa; na Lituânia e províncias bálticas, a servidão se relacionava com a discriminação religiosa. Bakunin aponta em *Confissões* (1851) que a primeira metade do século XIX foi marcada por uma retomada de centros eslavófilos que resgatavam as línguas, culturas e lutas dos povos eslavos, e que em alguns casos se transformaram em centros anti-imperiais importantes.

Por outro lado, os Impérios do Leste Europeu foram profundamente marcados pela integração no nascente sistema-mundo capitalista. A conquista sobre as diversas tribos camponesas eslavas se institucionalizou em um sistema colonial que articulou a grande propriedade da terra, o Estado territorial centralizado, uma forma de exploração do trabalho que ficou conhecida como “segunda servidão” e um sistema internacional de comércio entre a Europa Ocidental e a Europa Oriental, que começava a interligar os quatro cantos do globo. (SKAZKINE, 2013; FRANK, 1977).

A Europa Oriental se integrou no nascente sistema-mundo capitalista como produtora de matérias primas, baseado internamente no fortalecimento do trabalho forçado. Cristóbal Kay apontou como a relação entre a Europa Ocidental e Oriental se apresentou como um dos primeiros casos de subdesenvolvimento e dependência. Por sua vez, Mazzeo (1986) analisou como a imposição do trabalho forçado esteve vinculada ao surgimento do capitalismo, expandindo-se de forma mais ou menos paralela no Leste Europeu, depois para a escravidão nas Ilhas do Mediterrâneo e posteriormente para as Américas e África.

As relações de dependência entre Leste e Oeste Europeus, constituíram relações centro-periferia dentro do continente. O modelo do Leste não se desenvolveu isoladamente a partir do século XVI, como um “bastião feudal”, ele se constituiu como parte integrante, porém dependente, do nascente sistema-mundo capitalista.

Essa relação de dependência, no entanto, não pode ser confundida com o colonialismo clássico. Os

3 O nacionalismo alemão (pangermanista e imperialista) desenvolvido principalmente no século XIX, foi o eixo fundamental para a formação do Império Alemão e o fortalecimento e legitimação da sua política de dominação imperial-colonial que atingiria o ápice com o nazismo no século XX.



Impérios do Leste possuíam sua independência. Porém, a relação dos impérios com as populações camponesas da região foram, de fato, relações coloniais. A teoria latino-americana do “colonialismo interno” (CASANOVA, 2006; e outros) traz uma importante contribuição para entender este processo. Um dos principais mecanismos do colonialismo no Leste Europeu foi a já citada “segunda servidão”: a institucionalização de uma forma de “servidão escravista” de exploração do trabalho das populações eslavas nas grandes propriedades de terra da nobreza latifundiária.

Skazkine (2013) destaca que historiadores alemães como Knapp, W. Von Brunneck e Lamprecht desenvolveram no século XIX, uma análise francamente racista acerca dos povos eslavos e da “segunda servidão”, apontando, entre outras coisas, que os eslavos possuíam uma “natureza dócil” própria ao trabalho escravo e viam o aumento da servidão e da pobreza dos eslavos como uma consequência da sua própria natureza e cultura atrasadas. As ideologias racistas se desenvolveram na Europa, no próprio processo de dominação de

seus escravos internos, os povos-nações oprimidos.

Assim, a formação social dos povos eslavos, como uma população de maioria camponesa, pobre, serva ou interiorizada nas florestas interfronteiriças, sem uma grande indústria e Estados-nações desenvolvidos, lhes valeu a alcunha produzida pelos intelectuais dos impérios ocidentais de “povos atrasados”, “povos sem história”, “bárbaros”, “nação reacionária” (RODOLSKY, 1980) ou até mesmo de “indígenas da Europa”⁴. A denominação de “povos sem história” cunhada por Engels, por exemplo, é sintomática dos preconceitos de origem nacional e, principalmente, de uma teoria estatista-desenvolvimentista no marxismo.

2. Povos-nações contra o Estado

O ciclo intercontinental⁵ de in-

4 Hitler, expoente de um pangermanismo radical e racista, se refere aos povos eslavos como “índios” da Europa, que estavam condenados ao mesmo fim dos indígenas americanos: ao extermínio e a dominação.

5 Durante a Primavera dos Povos houve revoltas populares fora da Europa, tais

surgências populares dos anos de 1848 e 1849, conhecido como Primavera dos Povos, mas também de Primavera das Nações (CIPKO, 1990), foi um momento central para a emergência da questão nacional na Europa e de sua introdução nas análises socialistas. Para Bakunin, este debate estava vinculado a outras duas questões: a questão eslava e a questão camponesa.

Um fenômeno central foi a emergência do pan-eslavismo enquanto movimento nacional revolucionário dos povos eslavos. Na década de 1840, o pan-eslavismo oscilava entre correntes conservadoras e revolucionárias⁶, porém, com o passar dos anos, devido a “política de Estado”, de acordo com Bakunin, e a cooptação imperial russa do movimento, a corrente conservadora passou a ser majoritária.

como a Insurreição Praieira em Pernambuco (Brasil).

6 Bakunin afirma que os elementos políticos que fundamentam o pan-eslavismo têm início com o dezembrismo russo e a Insurreição de 1825 contra o Czar, na ideia de Federação Eslava e do fim da servidão defendidas por Pavel Pestel (BAKUNIN, 2000h).

A realização do Congresso Geral dos Eslavos em 1848, em Praga, sucedido por uma insurreição esmagada, expressou as debilidades desse movimento. Bakunin lançou dois documentos nesse ano com o intuito de defender uma linha revolucionária no congresso e no movimento eslavo: "Os princípios fundamentais de uma nova política eslava" e "Apelo aos eslavos – por um patriota russo".

Para Bakunin, por serem vítimas de uma dominação estrangeira e sofrerem suas consequências como a desmoralização e desorganização social, os eslavos deveriam se libertar da opressão e não reproduzi-la, a sua política deveria levar a quebra do mecanismo de centralização colonial baseado na conquista, principal política dos impérios. A "política eslava" deveria negar a "política de Estado" e a afirmar a "política dos povos-nações" livres.

(...) excluindo para sempre de suas políticas, tanto externas quanto internas, a diplomacia e a conquista, qualquer coisa que tenha o objetivo de fundar artificialmente ou mecanicamente qualquer poder central em detrimento da liberdade dos indivíduos ou das nações. A nova política da raça eslava não será, portanto, uma política de Estados, mas uma política de nações, uma política de povos livres e independentes. (BAKUNIN, 2000a, p. 1).

A "nova política" para os eslavos possuía uma linha específica de libertação nacional anticentralista baseada na negação da construção de Estados-nações imperiais como estratégia de libertação. Bakunin defendeu em 1848, a federação dos povos eslavos de baixo para cima como forma de combater tanto a centralização como a dispersão a que estavam submetidos.

Do ponto de vista de Bakunin, a liberdade só poderia se realizar com a renúncia das pretensões imperialistas, estatistas e conquistadoras. As nações tendiam a diversidade-pluralidade, e por consequência à federação. Os Estados tendiam ao centralismo e a homogeneidade, por consequência, eram fonte permanente de negação das nacionalidades populares e oprimidas.

Em "Apelo aos eslavos", ele defendeu que só havia dois caminhos para os povos na Europa: a revolução ou a contrarrevolução. O movimento eslavo deveria tomar partido em relação a elas. Os reacionários conspiravam organizada-mente em toda Europa, os revolucionários deveriam fazer o mesmo. Contra a guerra de conquista em nome dos "direitos históricos dos Estados", defendidos pela Santa Aliança, Bakunin clama pela guerra revolucionária de libertação de todos os povos contra os impérios.

Ele defendeu que não haveria liberdade na Europa enquanto houvesse povos dominados. Aqui temos as raízes da linha internacionalista e a perspectiva de que as lutas anticoloniais deveriam integrar-se em uma perspectiva ampla de libertação.

Os povos que haviam sido arrastados por tanto tempo para a cadeia da diplomacia finalmente sentiram vergonha e reconheceram que o bem-estar das nações não podia ser assegurado enquanto houvesse, em algum lugar na Europa, um único povo curvado sob o jugo. Que a liberdade dos povos, para ser adquirida em algum lugar, tinha que ser adquirida em todos os lugares, e pela primeira vez os povos exigiam, como uma só voz, liberdade verdadeira e completa, liberdade sem reservas, sem exceção, sem impedimentos. Todos gritaram: "abaixo os opressores!". "Liberdade para os oprimidos, para os poloneses, para os italianos, para todos!". Não mais guerras de conquista, mas a última e suprema guerra, a guerra da Revolução para a emancipação de todos os povos! (BAKUNIN, 2000b).

Bakunin entendia os impérios como entrecortados por uma pluralidade de nações, etnias, religiões, culturas. Não apenas constatava, mas acreditava que cada um desses povos possuía o direito à existência. Ele contrapunha os Estados imperiais com a proposta de múltiplas federações nacionais que negassem o centralismo e a política da conquista, e se associassem numa federação internacional. Apesar do histórico de conflitos entre eslavos e alemães, por exemplo, a revolução só triunfaria se existisse uma aliança fraterna entre estes povos,

não com suas burguesias ou nobrezas, mas entre o povo trabalhador.

A dialética entre o "direito dos povos" e o "direito histórico dos Estados" é central na compreensão bakuninista da questão nacional e colonial. Para o revolucionário russo, os povos-nações possuíam direitos em si, naturais-materiais, derivados de suas aspirações, condições de existência e culturas, que não necessitavam do Estado como forma política e que eram contrários a lógica centralista do estatismo. Fica expresso, dessa maneira, o fundamento da política de autodeterminação dos povos. Já o direito histórico dos Estados era fruto da conquista, fundado sobre a violência e a escravidão sistemática das massas, estava na base da justificação dos impérios europeus.

Por outro lado, Bakunin já analisa em "Apelo" (1848) que a contradição entre as "políticas nacionais" se relaciona com um conflito de classes entre as massas populares e as classes privilegiadas. No polo das massas populares, ele via a preponderância do campesinato nas revoluções, mas também dos trabalhadores em geral. As dinastias, a nobreza, o clero e a burguesia estavam no terreno das classes privilegiadas. A revolução camponesa era inevitável e necessária e não tardaria em explodir e varrer todo os Impérios do Leste, como afirma em trecho de "Minha defesa" (1850).

Uma revolução camponesa na Rússia dará um golpe mortal ao governo, destruirá este Estado, e tal revolução é inevitável. Nada pode desviá-la, mais cedo ou mais tarde ela deve irromper, e ela irá irromper, tanto mais terrível, tanto mais destrutiva, quanto mais tarde ela for. (BAKUNIN, 2000d).

No período insurrecional entre 1848 e 1849, Bakunin formulou a base da sua política anticolonial: o movimento popular de libertação dos eslavos deveria negar a "política de Estado", ou seja, negar a colaboração com os impérios e classes privilegiadas, assim como criar uma política baseada na ideia de federação, que negasse a conquista e a centralização como caminhos de libertação. Nesse sentido, defendeu a constituição de um exército popular eslavo que deveria

promover a guerra revolucionária camponesa e dissolver os impérios, fundando uma federação socialista eslava associada a uma federação internacional.

3. Populismo revolucionário e construção do socialismo

Não podemos ter outra coisa senão o desejo de fundar o reino de um povo. São as pessoas que amamos, nelas reside nossa fé, queremos apenas o que elas querem. E qual é o desejo delas? Repetimos com o Kolokol: terra e liberdade! Ela não precisa de parte da terra russa, mas de toda a terra, que é a propriedade inalienável do povo russo. (BAKUNIN, 2000e)

O populismo (narodnismo), foi a corrente mais expressiva do socialismo russo e do processo de luta contra o absolutismo na Rússia do século XIX. Podemos dizer que Bakunin foi um de seus fundadores ao lado de Herzen, Ogarev, Danielson, Mikhailovsky, Tchernvsky, Tkatchov, Lavrov, que clamavam por "terra e liberdade" e a destruição do Império Russo. Porém, o pensamento de Bakunin não pode ser confundido com o populismo russo em geral, que ao longo de seu desenvolvimento histórico (1860-1890) abarcou diversas correntes republicanas, niilistas, protomarxistas e a revolucionária anarquista.

3.1 A importância da tradição camponesa

Um momento importante do populismo russo foi a fundação em 1862, da organização clandestina "Terra e Liberdade" (Zemlya y Volya), impulsionada por Bakunin, Ogarev, Michajlov, Selgunov dentre outros, tendo por objetivo a solidariedade à Polônia e à insurreição do campesinato eslavo em todo o Leste Europeu (BAKUNIN, 2000e). Terra e Liberdade foi uma das organizações fundadoras do populismo russo. Nesse início da década de 1860, Bakunin desenvolveu atividade na construção desta organização, que ao que consta teve curta duração (1862-1863)⁷.

O programa que Bakunin defendeu nesse período foi o socialismo baseado nas tradições e revoltas populares eslavas. Criticou o aburguesamento do socialismo ocidental e trouxe para a construção do socialismo a própria experiência dos povos eslavos colonizados.

A terra na tradição do campesinato eslavo era vista como um bem comum e pertencente a comuna, onde seus membros possuíam acesso, usufruto, mas ninguém era proprietário. Ida Mett (1975, p.20) afirma que antes da revolução de 1917, "não escapava a ninguém que o camponês russo acreditava piamente que 'a terra não pertencia a ninguém'".

Na década de 1840, viu-se a defesa desta perspectiva na ideia de transformação da terra dos impérios em "propriedade nacional", ou seja, propriedade coletiva do povo. O solo e a terra eram propriedades inalienáveis do povo russo. A comuna camponesa, a *obschina*, e sua assembleia comunitária, o *mir* (ou a *zadruga*, para o campesinato eslavo dos outros países do Leste Europeu), se tornaram modelos para o programa socialista de Bakunin e dos populistas russos.

Na Rússia, não se trata mais exclusivamente da abolição da servidão e da LIBERDADE DAS PESSOAS, mas também do direito à terra. Os camponeses raciocinam muito claramente sobre este assunto e não dizem: a terra de nosso senhor, mas: NOSSA TERRA. O caráter social da revolução russa é assim estabelecido, ele também emerge da própria natureza do povo, de sua organização comunitária. A terra pertence à comuna, os camponeses são apenas os usufrutuários; a lei de sucessão se aplica apenas aos bens móveis, mas não à terra, e a cada 20-25 anos a terra é redistribuída. Interferir nesta organização comunitária, mesmo com a melhor das intenções, não é permitido. Isto significaria uma sentença de morte para cada senhor. (BAKUNIN, 2000c).

O programa da organização Terra e Liberdade sintetizava a concepção de Bakunin neste período:

a revolução é a tomada da terra pelo povo e a sua autodeterminação nas comunas rurais federadas. Esse lema se colocou diretamente contra as propostas centralistas, que pretendiam concentrar a propriedade no Estado, fosse ele "operário" ou "burguês". Para Bakunin, a comuna rural teria esse papel, sendo a terra propriedade coletiva do povo, podendo ser trabalhada coletivamente ou individualmente pela posse, regulado por suas associações comunais. O programa da organização Terra e Liberdade pode ser definido então como o direito à terra para todo o povo e a sua gestão de baixo para cima.

Para Bakunin, a propriedade coletiva elimina os monopólios privados ou estatais, deixando à comuna camponesa o controle da terra.

De uma forma ou de outra, e isto num futuro muito próximo, toda a terra deve ser propriedade de todo o povo, todos os direitos pessoais à terra devem ser abolidos, para que não haja nem pequenos nem grandes proprietários, nem monopolistas, mas que cada russo possa, por direito de nascimento, possuir a terra em comum com os outros. (...) Com base neste mesmo direito, cada indivíduo, qualquer que seja sua casta, deve ser capaz de se juntar a uma comunidade existente, ou, juntando-se a outros indivíduos, formar uma nova comunidade. (BAKUNIN, 2000e).

Por outro lado, o populismo revolucionário tinha como estratégia a guerra insurrecional camponesa e popular, defendendo tanto a constituição de um exército revolucionário, como a ação de organizações clandestinas e táticas de guerrilha. Essa estratégia, tendo em vista a formação social da Rússia, pode ser estendida para compreender movimentos de libertação nacional em outros países periféricos e semiperiféricos no século XIX e XX.

Elemento importante do populismo revolucionário é a recusa a qualquer chauvinismo nacionalista. A frase muito conhecida de Bakunin "a liberdade de um, só existe na liberdade de todos", foi antecedida pela ideia de que não existe povo livre, até que todos o sejam, presente no documento de 1848,

7 Foi criada na década de 1870, outra organização chamada Terra e Liberdade, vinculada ao populismo, esta segunda é

mais conhecida. Sobre a organização de 1862 existem poucos documentos e formações.



“Nova política eslava” (BAKUNIN, 2000a). Dessa forma, Bakunin criticava a estrutura colonial-imperial do período e não visava criar uma supremacia, mas destruí-las para a libertação dos povos-nações.

As principais contribuições do populismo revolucionário para a luta dos povos, representadas no lema “terra e liberdade”, pode ser resumida como: a) a crítica ao centralismo burguês ou socialista baseado nos modelos da Europa Ocidental; b) incorporação dos saberes e lutas dos povos originários ao projeto revolucionário; c) defesa da insurreição camponesa-popular; d) defesa de um socialismo agrário e camponês; d) defesa da federação das comunas camponesas; e) direito à autodeterminação dos povos-nações; f) defesa do armamento nacional; e) crítica à “política de Estado” como negação da emancipação dos povos-nações.

3.2 Para além do modernismo e do conservadorismo

O populismo russo dialogou com duas correntes de pensamento “eslavistas”⁸: uma ocidentalista e outra chamada de filo-eslava. O filo-eslavismo foi identificado como corrente conservadora que enxergava no povo russo instituições eternas e imemorais, separadas e

opostas ao Ocidente. Por outro lado, os ocidentalistas acreditavam que haveria progresso na Rússia a partir de reformas que introduzissem as instituições ocidentais e a racionalidade moderna, como a democracia liberal e a liberdade individual.

O populismo russo surge da crítica a essas duas perspectivas. Ele buscou construir uma análise original para o Leste Europeu, extraindo elementos que consideravam positivos do pensamento ocidental e da realidade russa, ao mesmo tempo que combatendo o problema dessas duas perspectivas: o absolutismo russo e a civilização burguesa ocidental.

Bakunin e os populistas buscavam unir as lutas dos povos “tradicionais” e seus métodos (revolta camponesa, banditismo, religiosidade popular, propriedade coletiva etc.) com concepções “modernas” da revolução social (socialismo, federação, ciência etc.). Os saberes construídos pelo campesinato eslavo ao longo dos séculos eram concebidos como uma força coletiva criadora da revolução. Para Bakunin, a experiência histórica coletiva era central na formação do povo como força revolucionária. Nesse sentido, ideias como a de um socialismo construído de baixo para cima (e de um “socialismo camponês”, no caso da Rússia) foram centrais para a formulação do pensamento populista revolucionário.

Na elaboração de seu pensamento político, Bakunin não partia

do “essencialismo” ou idealização dos eslavos e do campesinato, mas da força coletiva e da experiência histórica acumulada pelos povos, concepção que o permitiu aprofundar posteriormente sua linha em relação a experiência e a força coletiva do movimento operário ocidental.

O populismo revolucionário concebia que a luta socialista se apropriasse dos métodos de luta “tradicionais” dos povos subalternos não porque são tradicionais, ou melhores que os “modernos”, mas porque são métodos de luta utilizados pelos povos a partir de suas experiências concretas e que contêm princípios válidos de justiça. Mudá-los de cima para baixo, a partir de um suposto único método correto, seria uma forma de centralismo, uma reconstituição da autoridade e da reação. Por outro lado, da perspectiva do materialismo bakuninista, tudo está sujeito à crítica, mas esta crítica deve ser feita de baixo para cima, pela base.

Os populistas representaram uma inflexão no debate entre modernidade e tradição. Ao questionar o etapismo dos liberais e comunistas ocidentais, se permitiram pensar a construção do socialismo vinculado a formas de organização popular que vinham de baixo, dos saberes subalternos e não somente da grande indústria, da racionalidade estatal ou do cientificismo iluminista. Nesse sentido, o pensamento de Bakunin se configurou

8 O eslavismo reuniu teorias elaboradas pela intelectualidade russa (*intelligentsia*) e diversas organizações político-sociais (FERNANDES, 1982).

em um pensamento insurgente contra o conservadorismo ou modernismo colonial.

4. Defesa marxista da modernidade colonial

Em novembro de 1848, Bakunin lançou o documento "Apelo aos eslavos", conclamando o campesinato a insurgir-se contra os impérios e formar uma federação socialista. No ano seguinte, Engels lança pelo jornal Nova Gazeta Renana (NGR) o documento "O pan-eslavismo democrático", que era uma resposta crítica a Bakunin.

Neste documento, Engels aponta que durante a insurreição de 1848 foram levantados sonhos de fraternidade entre os povos, mas sem qualquer base prática. Ele afirma que as considerações de Bakunin são delirantes, pois clama pela unidade entre diferentes povos com graus de civilização desiguais e com demandas políticas subordinadas a esses graus. Sob uma retórica "materialista", Engels questiona o próprio internacionalismo e a aliança entre os trabalhadores do centro e da periferia.

Um dos exemplos dessa concepção é quando Engels faz a defesa da anexação da Califórnia aos Estados Unidos da América, que até então era território do México, afirmando que os yankees levariam a civilização aos "índios preguiçosos do México" (ENGELS, p.2, 1848).

O marxista Rodolsky (1980, p. 161-162) critica esta posição de Engels, pois justificava a guerra de conquista, e neste caso específico das relações EUA-México reproduzia uma visão distorcida, pois os principais motivos da anexação da Califórnia e do Texas foi o México ter abolido a escravidão em 1829, e os defensores dessa anexação serem os senhores de escravos do Sul dos EUA. Na verdade, a suposta "modernização" defendida por Engels era conservadora e escravocrata.

No caso dos povos eslavos, Engels afirma que não possuíam futuro, pois lhes faltavam as condições históricas, geográficas, políticas e industriais de sua independência. Para o comunista alemão, os séculos de submissão aos impérios fizeram com que estes povos não tivessem uma história própria. Um dos elementos centrais é que nunca constituíram um Estado forte. Aponta uma série de fatores ge-

ográficos e étnicos da inviabilidade de conceder independência aos eslavos em territórios vitais para os interesses alemães. Aqui está a fundamentação da ideia de Engels dos "povos sem história". A frase abaixo resume tal concepção:

Os povos que nunca tiveram uma história própria, que desde o momento em que atingem os primeiros e mais duros graus de civilização já estão sob domínio estrangeiro, ou que só são forçados a atingir os primeiros graus de civilização pelo trabalho de um jugo estrangeiro, não têm viabilidade e nunca serão capazes de alcançar qualquer autonomia. E este foi o destino dos austro-eslavos (...). (ENGELS apud RODOLSKY, p. 126-127).

Engels (1848) também ironiza, afirmando que os eslavos agiam como mal-agraçados depois dos alemães "levarem" a civilização aos povos "bárbaros" através do comércio, da indústria e de uma exploração rentável da agricultura em contraste com os rudes camponeses.

E tudo isso em agradecimento pelo esforço que os alemães fizeram para civilizar os tchecos e eslovenos de cabeça dura, e para introduzir o comércio, a indústria, a agricultura lucrativa e a cultura em suas casas! Mas o jugo imposto aos eslavos sob o pretexto de civilizá-los é precisamente um dos grandes crimes dos alemães e dos Magiares! (ENGELS, p.3, 1848).

Nesse mesmo documento, Engels apresenta a germanização como um processo benéfico, pois o que aconteceu entre esses povos foi nada além da influência natural da nação mais desenvolvida sobre a subdesenvolvida. Nesse sentido, ele desqualifica a luta desses povos. Além disso, defende como necessidade histórica a centralização monárquica que uniu alemães e magiares⁹, que supostamente beneficiou estes "povos sem história". Para Engels, a centralização econômica demandava a centralização

política. O pan-eslavismo e suas lutas por autodeterminação colocavam-se contra esse centralismo tão celebrado pelo comunista alemão.

Num certo momento, Engels defende que os eslavos não deveriam ter espaço nos movimentos republicanos, apontando que a proibição aplicada aos croatas de falarem a própria língua no parlamento húngaro era muito branda e complacente frente a verdadeira forma que esses "povos reacionários" deveriam ser tratados.

Alicerçada nessas concepções, a política de Engels, Marx e do NGR diferenciava "nações revolucionárias" de "nações reacionárias". Isso tendeu a uma política nacionalista que encobriu as diferenciações de classe (Rodolsky, 1980; Bernardo, 2009; Bakunin, 2000e). Além disso, identificava as nações dos países centrais, da Europa Ocidental, como as nações revolucionárias por excelência.

Um dos efeitos marcantes dessa concepção do conflito entre nações revolucionárias e reacionárias foi a defesa de Engels e dos membros da NGR de uma política abertamente eslavofóbica, de aniquilação de povos inteiros: "A próxima guerra mundial fará desaparecer do planeta não apenas as classes e dinastias reacionárias, mas todos os povos reacionários. E isso também será um progresso" (ENGELS apud RODOLSKY, 1980, p.80).

A concepção determinista econômica permitia que Engels articulasse os interesses do proletariado com o desenvolvimento da modernidade burguesa, constituindo o que chamou de "nações revolucionárias". Dessa forma, o Estado-nação unitário era uma tarefa histórica a ser cumprida, como vemos em artigo de 1847, que resume tal concepção.

Já a burguesia, com sua indústria, seu comércio e suas instituições políticas trabalha em todas as partes para arrancar de seu isolamento as pequenas e fechadas localidades que só vivem para si, colocando-as em relação recíproca, fundindo seus interesses com outros (...) e a partir das muitas localidades e províncias até agora independentes entre si, formar uma grande nação que tenha interesses, costumes e visões comuns. A burguesia já é significativamente centralista (...). O proletariado

⁹ Os húngaros ou magiares são um grupo étnico, originário dos montes Urais, que invadiu a Europa Central e estabeleceu-se na Bacia dos Cárpatos no século IX, fundando um Estado que seria posteriormente conhecido como Hungria.

democrático não só necessita da centralização tal qual começou a burguesia, como deverá até executá-la com amplitude ainda muito maior. (ENGELS apud RODOLSKY, 1980, p. 87).

A análise da centralização política e econômica não era apenas uma constatação, mas uma política defendida pelos comunistas alemães. Tal centralização era vista como pré-condição para a construção do Estado comunista. Essa perspectiva aplicada à análise da questão nacional, levou a defesa da concepção de “nação”, identificando-a com o Estado unitário. Corroborava-se, assim, com a construção da própria ideia de uma nação oficial.

Para Bakunin, o pensamento de Marx e Engels integra a ala esquerda do chamado pangermanismo, corrente que pregava a unificação alemã em um Estado centralizado. Os textos marxistas desse período apontam que os alemães terminassem a tarefa iniciada no século XI, ou seja, a conquista teutônica sobre os eslavos, visando formar a grande nação germânica, o que pode ser constatado no artigo de Engels e Marx de 1852, no New York Dayle Tribune:

(...) Este fato apenas provou a tendência histórica e, ao mesmo tempo, a força física e intelectual da nação germânica para subjugar e assimilar seus antigos vizinhos, e esta tendência absorvente por parte dos alemães, sempre foi e ainda é, um dos meios mais poderosos através dos quais a civilização da Europa Ocidental se espalhou para o Leste deste continente, que só poderia cessar quando o processo de germanização tivesse atingido os limites de uma nação grande, compacta e unitária (...). (ibid, p. 105-106).

As “pequenas” nações que exigiam a autodeterminação frente a Estados e impérios eram consideradas reacionárias, pois contra a “marcha da história”. Engels apontou que as pequenas nações estavam condenadas a desaparecer e que os povos anexados e centralizados pelo Estado nacional, que insistiam em existir e se afirmar, eram contrarrevolucionários.

Não há país europeu que não possua em nenhum canto uma ou várias ruínas de povos, os restos de uma população anterior contida e subjugada pela nação que mais tarde se tornou a portadora do desenvolvimento histórico. Aqueles remanescentes de uma nação implacavelmente pisoteados pela marcha da história, como disse Hegel, esses remanescentes de povos, tornam-se cada vez, e continuam a sê-lo até seu total extermínio ou desnacionalização, portadores fanáticos da contrarrevolução, assim como toda sua existência já é um protesto contra uma grande revolução histórica. (Ibid., p. 122).

A teoria bakuninista vai na contramão da visão de Engels. Bakunin foi um entusiasta da libertação eslava e dos povos oprimidos, mas sua análise da questão nacional esteve vinculada à perspectiva anticentralista e classista. O programa defendido por Bakunin, seguindo a tradição populista revolucionária, era terra e liberdade. Para o revolucionário russo, o processo de autodeterminação dos povos-nações não seria resolvido através de um Estado unitário, de cima para baixo, como pensava Engels, mas através da insurreição popular. Era fundamental não apenas mobilizar a massa camponesa, mas expressar seus interesses como o controle coletivo da terra, a liberdade da servidão e da tutela colonial.

Aqui está um dos elementos centrais que diferenciam as concepções de Engels e Marx da de Bakunin: enquanto para os primeiros os interesses do proletariado se integram no projeto de construção de um Estado-nação unitário e democrático-burguês, etapa necessária do desenvolvimento capitalista e que o proletariado deveria assumir inclusive as tarefas inconclusas da burguesia; para Bakunin os interesses dos povos-nações se fundem com os interesses da massa trabalhadora e a questão nacional é entendida como parte da questão social. Ou seja, para Marx e Engels a questão nacional se resolve no terreno político com o Estado-nação, já para Bakunin a questão nacional se resolve no terreno da luta social, com a insurreição popular-camponesa e a federação socialista internacional.



5. Anticolonialismo anarquista

Muitas análises sobre Bakunin e a questão nacional nos anos 1840-1860 não reconstroem o processo histórico de subordinação dos povos eslavos na Europa através do desenvolvimento do colonialismo interno, não identificam a crítica pioneira e socialista do revolucionário russo ao modelo de modernização burguês, urbano e ocidental, por fim, não realizam uma análise de classe. Ficam no debate mecânico sobre nação e Estado, ou seja, até que ponto Bakunin defendia nação e depois não, e em que medida a ideia de federação pode ser um Estado ou não. É um debate que perde a dimensão histórica-social concreta.

O fato é que Bakunin representou a primeira crítica socialista às noções de modernização e colonialismo presentes na ideologia burguesa e na socialdemocracia europeia. A sua crítica à colonização dos povos eslavos, o fez questionar a tese do desenvolvimentismo e da centralização do Estado como corolário do processo de libertação. As críticas ao estatismo e ao industrialismo se relacionam com a crítica ao pangermanismo, que representou a glorificação de um império industrial alemão. Esses elementos colocam Bakunin na contramão das perspectivas modernizantes (liberais ou comunistas) e conservadoras (religiosas ou monarquistas).

Não à toa o anarquismo expandiu-se da Europa para os países periféricos e semiperiféricos no final do século XIX, levando consigo a tradição populista e sindicalista revolucionária. Da tradição populista emergiram experiências históricas importantes: o magonismo e o zapatismo na Revolução Mexicana de

1910; a Makhnovitchina na Revolução Ucraniana de 1917-1919; e o papel dos anarquistas na Comuna da Manchúria na Coréia entre 1929 e 1932. Todas sob o lema de "terra e liberdade", baseadas nos territórios livres defendidos pela insurreição camponesa, de caráter federalista e socialista.

Nesse sentido, o populismo revolucionário de Bakunin fundamentou a primeira política de autodeterminação dos povos dentro do campo socialista. Sua análise do estatismo é necessariamente anticolonial e em termos históricos, sua crítica ao império colonial o levou a negar o estatismo em si.

O anarquismo possui raízes profundas na experiência de luta anti-imperialista, surgido da radicalização da crítica ao colonialismo interno europeu sobre os povos oprimidos. Por isso, resgatar o populismo revolucionário de Bakunin é importante para analisar corretamente aquilo que até hoje é marcado por apagamentos e distorções: a teoria anarquista da questão nacional e sua estratégia anticolonial, capaz de ser estudada e verificada, que está baseada em um método teórico-filosófico específico, o materialismo sociológico e a dialética serial¹⁰, e em uma linha política e de massas coerentemente articuladas.

Referências

ANDERSON, Benedict. Comunidade Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Fondo de Cultura Económica, Mexico - DF, 1993.

BAKUNIN, Mikhail. Princípios Fundamentais da Nova Política Eslava [1848]. Oeuvres complètes (CD-ROM), IISH, Amsterdam, 2000a.

_____. Apelo aos Eslavos – por um patriota russo [1848]. Oeuvres complètes (CD-ROM), IISH, Amsterdam, 2000b.

_____. Situação na Rússia [1849]. Oeuvres complètes (CD-ROM), IISH, Amsterdam, 2000c.

_____. Minha Defesa [1850]. Oeuvres complètes (CD-ROM), IISH, Amsterdam, 2000d.

_____. Aos russos, poloneses e todos meus amigos eslavos

[1862]. Oeuvres complètes (CD-ROM), IISH, Amsterdam, 2000e.

_____. A Questão Eslava [1867]. Oeuvres complètes (CD-ROM), IISH, Amsterdam, 2000f.

_____. Carta aos meus amigos da Itália [1871]. Oeuvres complètes (CD-ROM), IISH, Amsterdam, 2000g.

_____. Causa do Povo: Romanov, Pugachev ou Pestel [1862]. Oeuvres complètes (CD-ROM), IISH, Amsterdam, 2000h.

BERNARDO, João. Marxismo e nacionalismo: o anti-eslavismo de Engels e Marx. Passapalavra, 2009.

CASANOVA, Pablo Gonzalez. El colonialismo interno. Clacso, Buenos Aires, 2006.

CIPKO, Serge. Mikhail Bakunin and the National Question. The Raven, 3: 1, 1990.

ENGELS, Friedrich. Le pan slavisme democratique. Nova Gazeta Renana, 1848.

FERNANDES, Rubem C. Dilemas do Socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas

Russos. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

FRANK, André Gunder. Acumulação Mundial: 1492-1789. Rio, Zahar, 1977.

HOUAISS, A. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MAZZEO, Antônio. O Escravidão Colonial: Modo de Produção ou Formação Social?. Revista Brasileira de História, volume 6, nº 12, SP, 1986.

METT, Ida. O camponês russo durante e após a revolução. Porto, Portugal: Livros da Estrada, A Regra do Jogo, 1975.

RODOLSKY, Roman. Friedrich Engels e o problema dos povos sem história. Cuadernos Pasado y Presente, México, 1980

SKAZKINE, Sergey. Problemas fundamentais da "segunda servidão" na Europa Central e Oriental. Crítica Marxista, 2013.

STAWINSKI, Alberto Victor. Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul (1875-1975). Porto Alegre: EST/UCS. Caxias do Sul, 1976.



10 Ver o artigo "A filosofia bakunista: dialética da ação e o materialismo sociológico" na Via Combativa n. 1, maio de 2009.

O SISTEMA DAS CONTRADIÇÕES ECONÔMICAS: dos Impérios Coloniais aos Impérios Globais



Há unanimidade entre os historiadores em caracterizar como período das “revoluções burguesas” a política europeia entre a Revolução Francesa (1789) e a Primavera dos Povos (1848). A revolução burguesa tornou-se não somente elemento da descrição da história, mas modelo político assumido por certas forças políticas, especialmente a social-democracia e comunismo internacionais. Entretanto a noção predominante de “revolução burguesa” é um conceito marxista que, resumidamente, entende que o desenvolvimento das forças produtivas determinariam à formação da burguesia enquanto classe independente.

A centralidade atribuída à esfera econômica produziu lacunas e fragilidades na historiografia e na teoria das revoluções, que condenam os estudiosos e os militantes a eterna espera do surgimento de “condições objetivas”, determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas e da classe revolucionária do capitalismo industrial: o operariado.

O “determinismo econômico” aplicado à teoria do desenvolvimento capitalista e da revolução, centrou-se num tipo ideal de revolução burguesa que não se verificou na maior parte dos casos. A evolução do capitalismo mostrou que frações das aristocracias coloniais e feudais compuseram com as burguesias através dos Estados fortes, que garantiram processos de modernização capitalista que dispensavam tanto “burguesias fortes” quanto aliança com os “proletariados industriais”.

A revolução burguesa acabou tornando-se um pré-concebido teórico que não apreendeu a maior parte dos casos empíricos de desenvolvimento capitalista (movidos pelo Estado e por alianças reacionárias das “burguesias industriais” com *junkers*, senhores feudais, colonos) e na prática política, mostrou-se como irrealizável ou justificativa para políticas de colaboração de classes. Na realidade, os múltiplos setores das antigas classes dominantes feudais e coloniais modernizaram-se e tornaram-se as “burguesias realmente existentes”, muito distintas da burguesia heroica de 1789, que desapareceu com o declínio da revolução francesa.

Na prática política, o determinismo econômico serviu como fun-

damento para a política que postergava a revolução socialista para um futuro indeterminado, no qual supostamente “a revolução burguesa” teria sido ultrapassada e seria possível a revolução socialista – por conta do amadurecimento das condições econômicas. Ao mesmo tempo, ao colocar o Estado como elemento teoricamente secundário, abriu-se no plano político a possibilidade para a “fetichização” do Estado, a afirmação do Estado neutro como “árbitro” das classes e de sua modificação por dentro, movimento realizado pelo marxismo da II internacional (socialdemocrata) e III internacional (comunista) nas suas fases maduras.

A análise de Bakunin sobre o período das “revoluções burguesas” permite uma interpretação diferenciada do processo. O bakuninismo considera que as “revoluções burguesas” foram revoluções políticas, ou seja, modificaram o regime político derrubando as monarquias absolutistas e implementando a democracia representativa, porém a estrutura de poder e, especialmente, a exploração econômica foram reproduzidas depois das revoltas, pois “toda a política burguesa seja qual for a sua cor ou nome, não tem senão um fim: a manutenção da dominação burguesa; e a dominação burguesa, é a escravidão do proletariado” (BAKUNIN, 1979, p. 56). Ao identificar o caráter conservador das “revoluções burguesas”, Bakunin desenvolve a teoria da revolução social, que se opõe radicalmente à política burguesa

Todos os seus interesses [da burguesia] são contrários à transformação econômica da sociedade; e se também as suas ideias lhe são contrárias, se essas ideias são reacionárias ou moderadas, como hoje politicamente se denominam; se o seu coração e inteligência repudiam esse grande ato de justiça e de emancipação a que chamamos de revolução social; se têm horror à real igualdade social, isto é, à igualdade política, social e econômica, simultaneamente. (Id, p. 62).

A teoria bakuninista da revolução social e proletária resulta de sua perspectiva materialista que pressupõe a dialética entre a política e a economia. Portanto, o capitalismo não é entendido por uma

determinação “econômica a priori”. Politicamente, a consequência, é a ruptura com a fetichização do Estado como árbitro acima das classes que deriva exatamente da subestimação da sua função na economia capitalista.

Do ponto de vista bakuninista, a estrutura do sistema capitalista possui dois pilares fundamentais: a propriedade privada, que determina a exploração do trabalho coletivo do proletariado pela burguesia, e o Estado, que determina a concentração do poder político e, consequentemente, a dominação burguesa. Por isso, Bakunin afirma que a burguesia é um “*corpo político e social, economicamente separado da classe operária*” (Id, p. 16).

A estrutura de desigualdade social, econômica e política, determinada pela propriedade privada e pelo Estado é responsável pela luta de classes, ou para utilizar a expressão de Bakunin, pela guerra de classes que opõe burguesia e proletariado. Essa estrutura, consolidada plenamente depois da revolução de 1779-1793, tornou toda e qualquer revolução burguesa uma contrarrevolução; a burguesia e suas frações não seriam senão forças reacionárias. A revolução não poderia passar pela aliança com a burguesia nem pela conquista do Estado. Essa diferença teórica marca a polêmica dos anarquistas (ou bakuninistas) com os comunistas (ou marxistas).

O presente artigo tem por objetivo desenvolver uma análise geral das teorias e conceitos acerca do desenvolvimento capitalista enquanto sistema internacional, de maneira a elaborar uma síntese histórica com base nas teses bakuninistas. Nesse sentido é preciso buscar uma periodização do capitalismo que permita classificar suas várias etapas. Assim, a ideologia e a teoria bakuninista permitem a elaboração de uma distinta interpretação do capitalismo, do papel das classes, suas frações e do Estado, visando fortalecer a classe trabalhadora em sua guerra contra a burguesia.

1 Os Estados nacionais modernos e o colonialismo: gênese do capitalismo

Em seu livro História do Capitalismo, Michel Beaud afirma que as primeiras etapas da “longa mar-

cha” para o capitalismo, isto é, do *processo complexo onde se imbricam a formação de burguesias (mercantis e bancárias), é a afirmação do fato nacional e a constituição dos Estados modernos, a ampliação das trocas e a dominação em escala mundial, o desenvolvimento das técnicas de transporte e de produção, a colocação em prática de novos modos de produção. (BEAUD, 1994, p. 19).*

Pode-se concluir que se iniciou no século XVI a construção de um sistema econômico mundial, unindo Europa Ocidental e Oriental, América, África e Ásia, sobre o controle dos burgueses e monarcas europeus. Era a gênese do capitalismo, em sua fase comercial-mercantil. A dominação e a exploração das colônias exercidas pelas metrópoles europeias eram garantidas pelo “pacto colonial”. Este estabelecia o monopólio comercial entre a colônia e sua respectiva metrópole.

Sobre a exploração do nosso continente, escreve Eduardo Galeano:

É a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até os nossos dias, tudo se transformou em capital europeu (...). Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e consumo, os recursos naturais e os recursos humanos (GALEANO, 2002, p. 14).

Grosso modo, as colônias forneciam metais preciosos, escravos, produtos tropicais e especiarias, entre outros produtos primários, e a metrópole fornecia maior diversidade de produtos manufaturados, além de recolher os impostos das colônias. Era o início da divisão internacional do trabalho (DIT) sob o comando dos impérios europeus.

Importante considerar que no Brasil as casas de engenho não exportavam a cana, mas sim seus derivados (açúcar e álcool) a partir de uma manufatura moderna para a época. Esta existência de transferência tecnológica para países não-centrais não negou a DIT. A DIT se baseia na especialização produtiva entre territórios e, naquele momento, pela exportação de capitais

para as metrópoles extraídas das colônias. A transferência tecnológica revelou, mais a frente, que o capitalismo pôde se desenvolver na periferia sob certas condições, como a dependência, a superexploração e a repressão da força de trabalho dirigida pelos Estados.

Com relação ao período entre os séculos XV e XVI, devemos considerá-lo como de gestação do capitalismo, dentro dos quadros do mercantilismo. Ou seja, a conquista da América foi uma condição indispensável para a formação do capitalismo. Nesse período da gênese do sistema capitalista desenvolveram-se as ideias mercantilistas que constituíram uma tentativa de criar um modelo econômico e administrativo centralizado pelos Estados Modernos. Entre os seus princípios destaca-se a balança comercial favorável e o intervencionismo estatal na economia. Sendo que a intervenção estatal não se limita às medidas protecionistas, incluem as políticas expansionistas coloniais, que demandavam investimentos no desenvolvimento bélico e militar das frotas marítimas.

O estudo da gênese do capitalismo permite a compreensão da tese bakuninista da dialética entre a política e economia, onde o Estado é um instrumento de concentração de poder e de acumulação de capitais. Portanto, como afirmou Bakunin, o Estado Capitalista é o próprio exercício da conquista, garantindo a acumulação cada vez maior de capitais para as potências coloniais europeias a partir da subordinação e da exploração de enormes contingentes humanos da América, da África e da Ásia, gradativamente proletarizados.

A partir dos Estados das monarquias absolutistas e do seu "direito divino", observa-se um processo de fortalecimento e expansão contínua e progressiva da centralização do poder político. Denomina-se de estatismo o sistema de centralização burocrática do poder e de legitimação/sacralização das instâncias e instituições centralizadoras. Ao estabelecer a centralização política na figura do rei e ao institucionalizar a ideologia do "absolutismo divino", o Estado Monárquico¹ é a primeira forma de

manifestação do estatismo, inaugurando uma razão de Estado e o culto do Estado que legitimam sua existência e sua expansão.

Simultaneamente aos Estados monárquicos, a nobreza e a burguesia mercantil ergueram os Impérios coloniais. A formação dos impérios é uma exigência da dinâmica expansionista e conquistadora do Estado, como já mencionado, e da necessidade contínua de acumulação de capitais e da exploração burguesa. Entretanto foi a partir do final do século XVII que o Estado capitalista foi transformado pelas revoluções políticas da burguesia em um Estado burguês sob o qual é construído o capitalismo industrial e imperialista.

2 O capitalismo industrial e financeiro

Pode-se identificar a Revolução Gloriosa Inglesa (1688-1689) como o primeiro marco do controle estatal pela burguesia, pois a Declaração de Direitos (*Bill of Rights*), assinado em 1689 por Guilherme III, limitou os poderes do monarca e ampliou os poderes do parlamento burguês. Essa nova estrutura política, construída a partir do liberalismo político, foi um dos fatores determinantes para a Revolução Industrial Inglesa de 1760. Três ações fundamentais após Revolução Gloriosa comprovam isso: 1) aprovação pelo parlamento do processo de cercamento dos campos, que integrou a produção rural ao sistema capitalista concentrando as terras e convertendo os camponeses expropriados em mão-de-obra barata; 2) a fundação do Banco da Inglaterra (1694), que, associado à Companhia das Índias, promoveu a produção de algodão (matéria-prima da indústria têxtil) nas colônias; 3) a criação do exército permanente, que garantiu a proteção da propriedade privada e reprimiu as primeiras revoltas operárias.

Ainda no final do século XVIII a Independência dos Estados Unidos da América (1776) e, principalmente, a Revolução Francesa (1789) selaram os destinos do Estado Absolutista e da nobreza e colocaram o Estado sob o comando da burguesia. Sendo assim, as revoluções políticas que se esten-

deram na Europa entre 1789 e a década de 1930, realizadas a partir das alianças da burguesia com os camponeses e as massas urbanas em nome da "igualdade", garantiram a ascensão da burguesia a posição de classe dominante. Toda estrutura burocrática do Estado republicano representativo² erguido após a derrubada do "Antigo Regime" constituiu um instrumento determinante da dominação de classe, da manutenção das desigualdades e da produção de novas formas de exploração das classes trabalhadoras.

Analisando sua fase industrial e financeira, o capitalismo enquanto sistema mundial passou por três grandes etapas históricas de desenvolvimento: o capitalismo concorrencial, o capitalismo monopolista e o capitalismo monopolista de Estado. Cada uma dessas etapas conheceu um tipo específico de dialética entre economia e política, entre a organização interna do Estado e estrutura do mercado e das forças econômicas.

Do ponto de vista histórico, a "Primeira Época", o capitalismo concorrencial, se deu entre 1760-1870; a Segunda Época, o capitalismo monopolista, entre 1871-1930; a Terceira Época, o capitalismo monopolista de Estado de 1930-1980; a transição para uma "Quarta Época", que podemos chamar provisoriamente de capitalismo "ultra-monopolista", desde 1980 aos dias atuais.

Nesses marcos, o capitalismo é entendido como uma realidade social e histórica específica fundada na exploração do trabalho coletivo pela burguesia, onde os trabalhadores são privados dos frutos produzidos pela sua força coletiva, e pela centralização do poder político pelas burocracias estatais. O Estado é o exercício institucionalizado do poder/domínio da classe burguesa sobre o proletariado, garantindo proteção jurídica e militar para a acumulação de capital

2 Sobre o Estado republicano, lemos a seguinte afirmativa de Bakunin: "Um Estado republicano, com base no sufrágio universal, poderá ser muito mais despótico, até mais despótico do que o Estado monárquico, quando, sob pretexto de que representa a vontade de todo mundo, oprimir a vontade e o livre movimento de cada um de seus membros com todo o peso de seu poder coletivo" (BAKUNIN, 2012, p. 65).

1 Sobre o Estado monárquico absolutista e sua ideologia, ver BAKUNIN, Mikhail. Federalismo, socialismo e antiteologismo.

São Paulo: Cortez Editora, 1988. Disponível em <uniaioanarquista.wordpress.com>.

da burguesia, para a legalidade da propriedade privada dos meios de produção e para reprimir a força de trabalho quando esta se revolta ao não suportar sua exploração.

O ciclo de reprodução do sistema capitalista está centrado na exploração do trabalho coletivo, que é o produtor de valor, portanto para completar o ciclo é necessária a reprodução da mão-de-obra do trabalhador. O salário é o meio de repor à força de trabalho, entretanto, a força coletiva não pode ser paga individualmente no capitalismo; isso só seria possível com o trabalhador se apropriando integralmente do fruto de seu trabalho.

Aqui reside a exploração da mais-valia, isto é, a burguesia se apropria do produto do trabalho coletivo. Para aumentar seus lucros e manter a reprodução do sistema capitalista, a burguesia precisa aumentar a exploração do trabalho, portanto o aumento da riqueza da burguesia é diretamente proporcional à miséria do proletariado. Essa contradição provoca uma *taxa crescente de desigualdade entre burgueses e trabalhadores e entre os próprios trabalhadores*. Sendo assim, um aspecto decisivo da análise do capitalismo é identificar e caracterizar o processo contínuo de crescimento da taxa de desigualdade, ou seja, de exploração da força coletiva ao longo da história.

2.1 Da concorrência ao monopólio: o capitalismo do século XIX

As revoluções burguesas e o surgimento da “economia política” no final do século XVIII expressam a formação do liberalismo econômico e político como crítica do “intervencionismo e do estatismo” característicos do mercantilismo (BOTTOMORE, 1988, p. 52). No plano da organização social, correspondeu a consolidação do capitalismo caracterizado pela concorrência e pelo predomínio do capital industrial sob a forma de “lucro”, extraído da exploração do trabalho e na venda de mercadorias.

Entre 1850 e 1870 um processo se consolidaria: a tendência ao desaparecimento das pequenas empresas e a concentração de capital nas grandes empresas. Trata-se de um processo de concentração e numa escalada de expansão internacional garantida pela “brutalidade organizada dos Estados”, que

viabilizaram “a grande exploração financeira, comercial e industrial, a grande espoliação internacional; alguns milhares de homens internacionalmente solidários entre si e dominando, através do poder dos seus capitais, o mundo inteiro” (BAKUNIN, 1979, p. 12).

Surgiram então os monopólios que rapidamente se generalizaram em setores importantes da economia. Ao mesmo tempo, os avanços da Segunda Revolução Industrial (1848-1870) exigiam novos investimentos por parte dos industriais. Estes, portanto, recorreram aos bancos, surgindo uma aliança entre o capital industrial e financeiro. Tal aliança gerou a concentração empresarial e a supremacia dos bancos. Organizações empresariais foram formadas para controlar os diferentes setores da produção e dominar o mercado internacional.

Os bancos assumiram um papel cada vez mais importante nesta etapa do capitalismo, tendência que Bakunin identificou como a *bancocracia*, isto é, o poder do capital bancário na coordenação da divisão do trabalho, como uma das características desse período (BAKUNIN, 2003). E esse poder concentrado no capital bancário criou as condições para a nova fase do capitalismo pois

no capitalismo monopolista, o sistema de crédito passa a dominar e a operar com os mercados de mercadorias de modo a orientar a divisão social do trabalho na medida em que aloca o crédito, transferindo-o do setor lucrativo para os não lucrativos. O juro torna-se a forma predominante sob a qual a mais valia é apropriada. (BOTTOMORE, 1988, p. 285).

Já Márcio Pochmann afirma que após-1870 a tendência à monopolização e concentração de capitais se intensificou.

A maior escala de produção imposta pelo processo industrial de novos bens (energia elétrica, automóveis, química, petróleo, aço, entre outros) requeria, por consequência, grandes aportes de investimentos e elevada escala de produção, somente realizáveis por meio de um significativo movimento de cen-

tralização e de concentração do capital, bem como com a intervenção do Estado e de bancos de investimentos. O surgimento de grandes empresas, por meio de fusão [trustes] e cartéis, e a união dos capitais industrial e bancário (financeiro) viabilizam, para poucos empresários, a possibilidade de produção e difusão de uma nova onda de inovação tecnológica. (POCHMANN, 2005, p. 20).

Michael Beaud aponta no mesmo período a intensificação dos monopólios a partir da formação dos cartéis (que surgem primeiro na Alemanha) e dos trustes (invenção estadunidense que garante o poder de grandes corporações como Rockefeller, Carnegie e Morgan já em 1893), observando que estes são estratégias para superação da “grande depressão” econômica que assolou o sistema capitalista entre 1873 e 1914. Além dessas estratégias empresariais, o autor destaca a importância da expansão imperialista para a reprodução do capitalismo.

É no contexto do capitalismo monopolista que, segundo Marcio Pochmann, a Primeira Divisão Internacional do Trabalho se desenvolveu sob a hegemonia econômica e militar da Inglaterra (POCHMANN, 2005). Assim, cinco impérios industriais (Inglaterra, Alemanha, França, Estados Unidos e Japão) eram responsáveis por 80% do comércio internacional, enquanto que países satélites da América Latina, África, Ásia e Europa Oriental, que estavam sob o domínio dessas potências, tinham suas economias centradas em monoculturas agrícolas (o café representava 61% das exportações brasileiras, o algodão 87% das exportações egípcias, o tabaco e o açúcar 60% das exportações indonésias) (IBID, p. 21).

Paralelamente a concentração de capitais, os grandes Estados europeus alcançaram o patamar de Impérios Coloniais, sendo o imperialismo ao mesmo tempo o meio e o fim de sua política. O controle das rotas marítimas e dos territórios apenas confirmam as características concretas do estatismo, e as pré-condições para a consolidação de Estados como Impérios.

A realização de maiores taxas de lucro esteve associada a criação de uma segmentação na

classe trabalhadora internacional, que foi dividida pela estrutura do colonialismo-imperialismo por um duplo mercado de trabalho. Este duplo mercado era caracterizado por um nível superior, no qual eram praticados maiores salários e concedidas certas garantias, e um nível inferior, em que praticava a superexploração. Em termos concretos, esse duplo mercado pode corresponder à oposição centro-periferia, urbano-rural, ou a uma combinação variada e complexa. O que é importante é que

O duplo mercado de trabalho visa dividir organicamente o proletariado em duas categorias conforme a forma de exploração à qual se submete: a dos trabalhadores integrados ou estabilizados, que se reproduzem integralmente no setor capitalista; a dos trabalhadores migrantes que só se reproduzem parcialmente. Este mercado duplo constitui-se através de diversas discriminações de que as duas principais são as seguintes:

- A primeira baseia-se na distinção entre salário direto e salário indireto. Os subsídios familiares, os subsídios de desemprego, o encargo das doenças ou das incapacidades de trabalho são atribuídos de maneira discriminatória.

- A segunda discriminação funciona devido ao fato de certos ramos da indústria ou certos setores manterem uma instabilidade de emprego e praticarem salários baixos a fim de afastar trabalhadores integrados. (MEILLASSOUX, 1976, p. 195-196).

O imperialismo leva a superexploração dos países da periferia, divide o proletariado periférico do central, e dentro dos países segmenta entre integrados e desprotegidos. Ou seja, ao percebermos o imperialismo operando através do duplo mercado de trabalho, reolocamos também o foco da análise e da luta anti-imperialista no seu devido lugar: a exploração do trabalho.

Assim como Bakunin havia indicado, a questão reside no problema original da propriedade privada, nas relações de classe e exploração que ela engendra³. Em

³ "A escolha que consiste em afastar do debate o problema da exploração do tra-

última instância, o imperialismo nada mais é que o próprio capitalismo e o estatismo reorganizado internacionalmente. Não há espaço, de acordo com tal análise, para nenhuma ilusão quanto a relação das burguesias nacionais com o imperialismo. Ao mesmo tempo, percebemos o significado das divisões impostas ao proletariado pela economia capitalista.

2.2 O capitalismo do século XX e o novo culto ao Estado

Entre 1870 e 1930, o monopolismo acentuaria a política imperialista e a disputa entre as potências, que resultaria na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e depois numa fase de crise do capitalismo, que só seria resolvida pelo desenvolvimento da intervenção do Estado na economia de forma essencialmente autoritária⁴.

Depois da eclosão da II Guerra Mundial e com a cisão consolidada entre os "blocos" capitalista e do socialismo real (que também desenvolveu um Estado ultra-centralizado, exemplo para a centralização política no Ocidente), formaram-se as condições econômicas, políticas e ideológicas para a consolidação do capitalismo monopolista de Estado, que iniciaria sua formação no período entre-guerras (1918-1930). Desse modo, o período entre 1930

balho e por consequência o da luta de classes, para analisar o subdesenvolvimento apenas através das trocas, não deixa de ter implicações ideológicas. Se, com efeito, o subdesenvolvimento tem a sua causa e sua explicação nos mecanismos do comércio internacional, será entre Estados, como as instituições internacionais pretendem regulamentar. A luta dos povos contra a miséria e a dominação passaria pela mediação indiscutida de seus governos." (MEILLASSOUX, 1976, p. 153).

⁴ O fascismo na Itália e o nacional-socialismo na Alemanha expressam exatamente o desenvolvimento de uma fase superior do estatismo, ou seja, de afirmação da intervenção do Estado e de seus poderes. Em outros países tal processo também se daria. Mas é importante lembrar que já na fase do capitalismo monopolista, ocorreram transformações do Estado no sentido de aperfeiçoamento da sua centralização política: a unificação alemã e italiana nos anos 1870 ilustram bem isso, e é interessante que o fascismo e o nazismo tenham surgido exatamente em países em que existe uma vasta produção intelectual que defende o papel do Estado centralizado, como Hegel e Maquiavel.

e 1980 é caracterizado

pelo papel do Estado (articulado com o sistema de crédito e os mercados) na coordenação da divisão social do trabalho. Através das políticas públicas de inspiração keynesiana, através da produção de bens e serviços pelo setor público (seja como mercadorias, seja fora do mercado, como no caso da educação gratuita), e através da fixação de um enquadramento para o planejamento normativo ou de política de distribuição de renda, o Estado nessa nova fase, desempenha um papel ativo que afeta a estrutura da economia. (BOTTOMORE, 1988, p. 286).

A emergência do capitalismo monopolista de Estado colocou em cena setores do movimento sindical, que movidos pela ideologia reformista, principalmente social-democrata, defendiam a intervenção estatal na economia. O que houve foi um pacto fordista-keynesiano entre a burguesia e os setores pelegos do sindicalismo, reeditando a colaboração de classes. Aqui identificamos dois mecanismos fundamentais para a acumulação de capitais: a reprodução da força de trabalho através da criação dos salários indiretos via sistema de seguridade social (MEILLASSOUX, 1976) e o colaboracionismo dos sindicatos pelegos.

Segundo René Dreifuss, o período pós-Primeira Guerra também é marcado pelo processo de gestação da elite orgânica internacional⁵, com a organização nos Estados Unidos do *Council on Foreign Relations*, em 1921, e do *Committee for Economic Development*, em 1942. Esses grupos que atuam como verdadeiros "estados-maiores" da burguesia fomentaram não só o New Deal, mas também "instrumentalizaram o keynesianismo

⁵ A partir de Dreifuss pode-se considerar que a elite orgânica tem duas características centrais: de córtex político da burguesia, isto é, "tem funções conectivas e organizativas, intervindo no interior das classes dominantes, almejando uma articulação hegemônica e procurando regular relações conflitivas", e de Estado-maior burguês, ou seja "estabelece a mediação entre a estrutura da classe dominante e o conflito de classe (...), o que implica na consolidação de uma liderança de classe dominante numa frente móvel de ação" (DREIFUSS 1986, pp. 26-27).

como 'uma poderosa arma intelectual', depurando-o pragmaticamente" (DREIFUSS, 1986, p. 44). Portanto, é correto afirmar que a formação da elite orgânica internacional e a constituição do capitalismo monopolista de Estado foram processos dialeticamente simultâneos que criaram as condições para o desenvolvimento um do outro.

Outra marca dessa fase monopolista de Estado é, a partir de 1930, o desenvolvimento de uma Segunda divisão internacional do trabalho com o processo de formação das economias semi-periféricas entre as nações satélites, isto é, antigas colônias e países sob o domínio imperialista passam a fazer parte das nações industrializadas. Assim, a exportação de capitais e transferência de plantas industriais para Estados satélites permitiu a reprodução do sistema capitalista, pois garantiu a "oxigenação de empresas e setores de atividade econômica que se encontravam em declínio no centro capitalista" (POCHMANN, 2005, p. 25).

O processo de reprodução da força de trabalho nos Estados satélites é fundamental para o entendimento do capitalismo enquanto sistema global, portanto duas questões devem ser apresentadas e analisadas: 1) o processo de destruição das relações econômicas e sociais não capitalistas das nações satélites; 2) o sistema de dependência entre os Estados imperialistas e os Estados periféricos.

A destruição das relações sociais e econômicas não capitalistas e sua substituição por relações engendradas pelo capital não é uma exclusividade do capitalismo industrial e financeiro, pois desde o final do século XV, com a expansão colonial, esse processo encontra-se em curso. A novidade é que a expansão imperialista a partir do século XIX foi, também, a expansão da contradição entre burguesia e proletariado. Entretanto, os impérios não necessitam destruir inteiramente as estruturas tradicionais encontradas nas regiões e nações satélites, como afirma Claude Meillassoux.

Meillassoux não só considera que o capitalismo convive com relações não capitalistas, mas também se utiliza dessas relações, preservando-as, no processo de exploração, de acumulação e de reprodução econômica, e convertendo tais relações, o que provoca

a transformação de seus conteúdos e significados, ou seja, destruindo-os e impondo a lógica capitalista. No caso da economia doméstica ou camponesa, ele demonstra que o imperialismo permite a existência da economia doméstica por que essa economia permite uma depreciação do nível salarial no campo, inserindo esses trabalhadores na esfera inferior do mercado de trabalho. Desse modo, a contradição inerente à estrutura capitalista, a oposição entre capital e trabalho, é reproduzida nas nações satélites através da manutenção de relações não capitalistas.

A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) produziu uma das versões da teoria do capitalismo dependente como "sistema das nações subdesenvolvidas". Segundo os cepalinos, a dependência é o resultado das trocas econômicas desiguais entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Esses teóricos da dependência cometeram um grande equívoco quando deslocaram o foco da exploração do trabalho para as trocas desiguais, pois negligenciaram a contradição central do capitalismo: capital *versus* trabalho.

Seguindo essa tese, passamos a considerar que a transferência de plantas industriais para Estados satélites garantiu a reprodução capitalista porque causou a ampliação da acumulação de capitais a partir da exploração da força de trabalho, seja utilizando-se de relações não-capitalistas, seja pela reprodução das relações capitalistas semelhantes aquelas das potências capitalistas.

Com a expansão do capitalismo industrial para a periferia, tanto com a implantação de indústrias, quanto com a exploração de atividades extrativistas e agrícolas para abastecer a atividade fabril e o consumo, a burguesia estende sua dominação criando um duplo mercado de trabalho. A consequência desse processo foi o aumento da superexploração do trabalho coletivo e o aumento da taxa crescente de desigualdade na periferia, uma realidade que é ampliada nas últimas décadas do século XX e início do século XXI.

A intervenção do Estado não garantiu como na Europa Ocidental e EUA a formação de um amplo proletariado industrial integrado na esfera superior do mercado de tra-

balho. Era impossível que o modelo "fordista-keynesiano" se reproduzisse na América Latina e Brasil exatamente pelas características principais do imperialismo estarem ligadas a superexploração do trabalho, o que inviabilizava um compromisso no estilo europeu.

A "revolução burguesa" através de um Estado nacionalista e intervencionista, que promoveria reformas populares e equidade social não ocorreu por que não poderia ocorrer. A estrutura imperialista e o duplo mercado, que garantia as maiores taxas de lucro na periferia, impossibilitava isso. A intervenção do Estado (mesmo nas formas democráticas burguesas) esteve associada a repressão dos trabalhadores e lutas populares. O desenvolvimento industrial apenas acentuou as desigualdades sociais e a repressão da força de trabalho.

Um conjunto de direitos ao proletariado nos países centrais integrados na esfera superior do mercado de trabalho esteve asentado na superexploração do proletariado nos países periféricos do capitalismo. Esta foi uma forma que a burguesia imperialista maneja o duplo mercado de trabalho, garantindo a taxa de lucro pela repressão na periferia e neutralizando o proletariado sobretudo europeu pela colaboração de classes. Eliminar a burguesia como classe e a apropriação privada do capital é fundamental para garantir direitos universais aos trabalhadores.

3 Globalização e neoliberalismo: as políticas para um capitalismo ultra-monopolista

No final dos anos 1960, o modelo fordista de organização da produção mostrava seu desgaste. O modelo industrial iniciado a partir dos EUA dos anos 30 e ampliado para os principais países europeus no pós-guerra, evidenciou seu esgotamento.

Com a estagnação dos anos 1970, a taxa de valorização do capital produtivo diminuiu em relação aos "anos de ouro" do fordismo-keynesianismo. O aquecimento inflacionário dos EUA em 1972, a Crise do Petróleo em 1973 e o desmoronamento do sistema Breton Woods⁶ fez com que os países ca-

6 Em 1944, os delegados de 45 países não-comunistas participaram de uma

pitalistas centrais procurassem reverter esse quadro por meio da: 1) desaceleração do consumo através de uma política de achatamento salarial; 2) reestruturação de seus parques produtivos; e 3) liberalização e desregulamentação financeira e comercial.

Essas políticas foram agrupadas e sistematizadas sob a bandeira do “neoliberalismo”, e as teses ufanistas sobre “globalização”. Podemos dizer que

O neoliberalismo reativa e faz uso novo, isto é, numa situação histórica nova marcada pelo capitalismo monopolista e pela expansão dos direitos sociais, de figuras fundamentais da velha ideologia econômica burguesa (as virtudes da empresa privada e do mercado), produzidas no capitalismo concorrencial do século XIX, figuras que nunca deixaram de questionar a legitimidade das reformas do capitalismo no século XX. Numa palavra, trata-se de uma velha ideologia que desempenha uma função política nova e, em parte, paradoxal: a de exaltar o mercado em benefício dos monopólios e contra os direitos sociais. (BOITO JR., 1996, p. 1).

O neoliberalismo é a velha ideologia liberal que voltou a se tornar hegemônica na sociedade capitalista, mas sob novas condições históricas e com uma nova função. O neoliberalismo é uma ideologia que prega as reformas do Estado e faz a apologia da reestruturação produtiva, exatamente para defender os interesses do grande capital monopolista, comercial, financeiro e industrial. A principal característica do liberalismo é fazer a crítica “do Estado”, defender a diminuição

conferência em Bretton Woods, estado de New Hampshire, nos Estados Unidos, com o propósito de reformar o sistema monetário internacional. O conjunto de medidas adotadas naquela oportunidade passou a ser conhecido como Sistema Bretton Woods, e compreende tanto iniciativas para lidar com desequilíbrios externos dos diversos países participantes, quanto a definição do aparato institucional para prover liquidez e financiar o desenvolvimento econômico, como o FMI e o Banco Mundial. O novo acordo internacional deixa de vincular o ouro ao câmbio, sendo o dólar o padrão internacional para regulação da taxa de câmbio. (BAUMAN, 2004).

das “funções de governo”, e o aumento da “liberdade” de comércio e o mercado auto-regulável.

Essa ideologia permaneceu presente de maneira periférica durante o período do capitalismo monopolista de Estado, mas surgiu já nos anos 1940. Nos anos 1970, a crise da acumulação do capital construiria o contexto em que emergiriam dois grandes líderes de países imperialistas que apostariam no neoliberalismo: Margaret Thatcher e Ronald Reagan⁷. Em 1975, a revolução microeletrônica marcou uma ruptura nos padrões de produção, que junto com as tendências ideológicas neoliberais das frações burguesas, possibilitou as mudanças na ordem econômica.

Assim, o neoliberalismo se apresenta como uma plataforma política tanto para a reestruturação das empresas quanto de reformas do Estado. O que os EUA e países europeus fazem é tentar impor esta plataforma aos países da periferia do capitalismo (América Latina, África, Ásia), o que estão progressivamente conseguindo.

3.1 Efeitos da globalização neoliberal: menos Estado ou mais Estado?

Diante da globalização neoliberal, surgiram teses sobre o “enfraquecimento do Estado”, o desmonte do “Estado” e etc. Mas o que está acontecendo com o neoliberalismo, ele produziu menos Estado ou mais Estado? Essa é uma questão fundamental. As análises (inclusive as neoliberais) que falam de um “Estado mínimo” confundem a eliminação das atribuições do Estado-Providência típico do fordismo com a redução do papel do Estado “em si”. Isto é um erro.

Na realidade, o papel do Estado se deslocou: ele cumpre uma função mais estratégica de intervenção na política monetária e fiscal, ou seja, uma operação econômica financeirizada, e não produtiva; e

⁷ Thatcher em especial se tornaria a madrinha do novo contexto político. Decretando a falência da ideia de socialismo, ela pronunciou o que se tornaria a fórmula básica do novo credo neoliberal: “Não há e nem nunca houve essa coisa chamada sociedade, o que há e sempre haverá são indivíduos.” Fórmula que ela completou com um princípio lapidar, de fundo moral, para abençoar o espírito da concorrência alternativa: “a ganância é um bem” (SEVCENKO, 2001, p. 36).

também uma importante função “policial”, no sentido de aumento do controle social e repressão sobre os pobres – que crescem em escala geométrica pelo mundo. “Pois à atrofia deliberada do Estado Social corresponde a hipertrofia distrófica do Estado Penal: a miséria e a extinção de um tem como contrapartida direta e necessária à grandeza e a prosperidade insolente do outro” (WACQUANT, 2001, p.80).

Isso significa que entre 1983-1997 (período de auge do neoliberalismo), a população carcerária cresceu na Inglaterra 43%; na França 39%; Itália 20%; Espanha 192%; Portugal 140%; Holanda 240%; nos EUA a população carcerária não somente cresceu como gerou um novo negócio: as penitenciárias privadas, que em 1983 ofereciam 4630 vagas e em 2001, 276 mil vagas (WACQUANT, 2001). Nesse sentido, o Estado tem expandido seus mecanismos repressivos e de controle social. O Brasil se destaca entre os países com maior população carcerária do mundo e com forte crescimento nas duas últimas décadas.

Mas não é somente através da repressão que o Estado exerce suas funções estratégicas. Também através do controle da política monetária (taxa de juros e taxa de câmbio), o Estado continua atuando como um agente econômico, agora como um banco. Além disso, os próprios investimentos do Estado continuam representando uma parcela importante da economia. Segundo dados do próprio FMI a participação dos gastos governamentais no produto interno dos países passou da média de 28,5% em 1960 para 43,3% em 1980; 46,1% em 1990; e 47,1% em 1996 (DO-WBOR, 1998).

Por isso o neoliberalismo é essencialmente um regime de liberdade para o capital imperialista e de opressão nacional e de classe para o proletariado. Mas a crítica do neoliberalismo não pode se desvirtuar num “culto da intervenção salvadora do Estado”, como se fosse um juiz que “atua acima das classes sociais”. O Estado assegurou ontem, como assegura hoje, os interesses da burguesia enquanto classe dominante. Ele pode cumprir essa missão através do intervencionismo ou do neoliberalismo.

Por isso não se pode condenar de forma romântica e saudosista o

“desmonte do Estado”, pois o Estado é o mesmo, o que mudou foi à função que ele cumpre em relação a economia e a luta de classes. O Estado só visa assegurar a exploração das massas pelo capital; ontem através da concessão de benefícios setoriais, hoje pela eliminação desses benefícios. Mas é a mesma tendência autoritária, monopólica e “bancocrática” do capital se realizando na atual época histórica.

O neoliberalismo foi então a fórmula ou receita para enfrentar a crise do capitalismo. Nos anos 1970, uma das primeiras políticas implementadas pelos impérios foi o abandono das regulações salariais de inspiração keynesiana para uma política de maior achatamento salarial que diminuísse o consumo e levasse a diminuição do crescimento dos países, reduzindo a acumulação de capital produtivo. A mudança desta política só foi possível diante da colaboração dos sindicatos sob hegemonia da política reformista dos partidos socialistas e social-democratas europeus⁸. Com a mundialização do capital nos anos 1970, tem início uma regulação salarial “concorrencial”⁹. Os países passam a adotar manutenção de uma inflação baixa, com altas taxas de juros e com câmbio flexível.

Portanto, foi com a intervenção e articulação do Estado que tornou-se possível a reestruturação produtiva e a mudança em direção a um modelo toyotista de acumulação, porque foram os governos nacionais que patrocinaram o fim da regulação keynesiana nos países capitalistas centrais, para que a burguesia pudesse ampliar a exploração da força de trabalho e pressionar a uma redução global da taxa de salários. Os dados a seguir mostram exatamente os efeitos de redução do emprego industrial provocados por tais políticas. A queda do nível de emprego no centro em relação a semiperiferia, expressa o movimento de mundialização e exportação de capitais.



A segunda medida adotado pelos Impérios foi a reestruturação dos seus parques produtivos. A implementação do modelo de organização da produção tinha como objetivo principal o aumento da produtividade, seja através do emprego de novas tecnologias (mais valia relativa), seja através da maior exploração da força de trabalho (mais valia absoluta). O terceiro ponto foi à adoção de uma política de liberalização e desregulamentação financeira e comercial. Desapareceram as condições necessárias para a repressão financeira que forçava a maior valorização produtiva do capital e o compromisso com o pleno emprego, por meio das políticas keynesianas.

Sob o impacto das políticas neoliberais adotadas pelos Estados para reverter a crise dos anos 1970, temos uma ampliação da esfera de abrangência da propriedade privada através da incorporação dos antigos setores estatizados (através dos programas de privatização), do aumento da importância dos mercados financeiros e comerciais. Uma vez que é mais seguro e vantajoso para os acionistas e multinacionais o ganho através dos juros do capital financeiro, principalmente em curto prazo (factível), do que através do lucro adquirido pelo capital produtivo. Agora, é preciso que o capital físico (os meios de produção) e, sobretudo, os assalariados, tenham a mesma “liquidez”, a mesma flexibilidade, com a possibilidade de serem descartados, de serem “liquidados” no sentido comum da palavra. (Chesnais & Bihl, 2003).

A “incerteza” econômica levou os grupos industriais a contribuir para financeirização da economia. Com a possibilidade de ganhos no curto prazo, os grandes grupos industriais passam a destinar seus fluxos de capitais para o mercado de ações e títulos nas bolsas de valores. A lógica do capital financeiro atinge o capital industrial. O mercado financeiro, então, surge do fortalecimento do capital privado dos grandes grupos indus-

triais que aumentam na década 1980. Durante os 30 anos de ouro do fordismo houve um acúmulo de capital por parte dos fundos de pensão e investimento, que com a liberalização do mercado financeiro e comercial começou a ser um dos mais importantes investidores.

A liberalização comercial e financeira intensificou a concorrência entre as grandes corporações que vão passar a concentrar mais capital e formar oligopólios para manter seu domínio por todo o globo. Será através do investimento em novas tecnologias para desenvolver novos produtos e conquistar mercado que será marcada a concorrência mundial entre as megacorporações, que centralizarão e concentrarão cada vez mais capitais. Por outro lado, aumenta-se e intensifica-se a exploração do trabalho de duas maneiras. Nos países satélites através da instalação de parques industriais que necessitam de mão-de-obra de forma intensiva. Nos Impérios com aumento do setor de serviços e a utilização de novas tecnologias.

4 A nova divisão internacional do trabalho

As transformações desde o final da década de 1960, criaram as condições objetivas para o início de uma nova divisão internacional do trabalho, impulsionada pela reestruturação empresarial, nos marcos da Revolução Técnico-Científica e do toyotismo, e pela expansão dos investimentos diretos no exterior (IDE).

A dinâmica da III DIT é controlada pelos grandes oligopólios transnacionais que impõem novos padrões de exploração das forças coletivas em escala mundial e determinam a circulação de capitais e produção de mercadorias. As corporações transnacionais buscam áreas mais lucrativas, ou seja, com força de trabalho mais barata e subsídios oferecidos pelos Estados periféricos.

A subordinação dos Estados periféricos aos interesses das corporações permitiu a transposição de partes da cadeia de produção a partir da ampliação da esfera inferior ou precarizada do duplo mercado de trabalho. A estratégia de exploração do trabalho coletivo em escala planetária possui dois níveis diferenciados: a utilização de serviços diretos, como transporte, dis-

8 Ver BIHR, Alain. Da Grande Noite a Alternativa: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo: 1998.

9 Ou seja, passa a prevalecer a negociação entre patrões e empregados sem a regulação estatal.

tribuição e circulação de produtos, pelos compradores finais e a implantação de linhas de montagem de equipamentos ou produtos de baixo valor agregado e baixa exigência tecnológica.

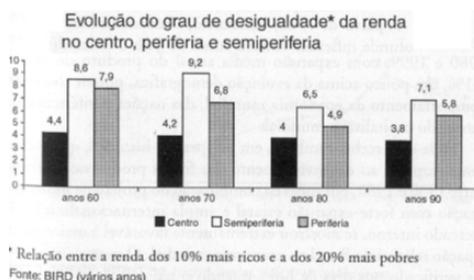
O exemplo a seguir ilustra bem a dinâmica imposta pelas corporações transnacionais.

A Empresa Japonesa do Futuro: A Uniden é uma indústria japonesa de porte médio, especializada na fabricação de equipamentos para telecomunicações. Toda sua produção, 70% das vendas e mais de dois terços de seus empregados estão fora do Japão. A companhia, que fabrica telefones móveis, rádios e receptores para transmissão via satélite, fechou suas fábricas japonesas em 1979 e instalou-se, inicialmente, em Taiwan e Hong Kong. Em 1989, com os aumentos nos custos de produção nessas bases, transferiu suas unidades produtivas para as Filipinas e a China. Mantendo no Japão apenas sua direção e a área de Pesquisa e Desenvolvimento, a Uniden está implantando quatro diretorias com idênticas funções e objetivos: uma em Forth Worth no Texas, outra em Bruxelas, outra em Hong Kong e a última em Tóquio. A vigiar esse plano, cerca de 4.500 dos 5.500 funcionários da empresa estarão no sudeste da Ásia, 500 na América

do Norte, 100 na Europa e apenas 400 no Japão (Folha de São Paulo, 18 de junho de 1991).

O exemplo da empresa japonesa Uniden mostra como as corporações transnacionais deslocam geograficamente suas plantas produtivas sempre que existe a oportunidade de maior lucratividade, ou seja, maior oportunidade de aumentar exploração do trabalho coletivo.

Com a mundialização do capital há um aumento das áreas industriais em países semiperiféricos, já que as empresas multinacionais vão em busca de maiores taxas de mais valia, tanto absoluta quanto relativa, que torne mais lucrativo o capital produtivo. A expansão dessas áreas industriais aumenta a concorrência salarial internacional com uma forte oferta de mão-de-obra. Isso afeta, sobretudo, a concorrência entre os países semiperiféricos. Consequentemente há uma transferência das desigualdades de renda do centro para as periferias, como mostra a tabela abaixo.



Não por acaso será na Ásia

que as empresas capitalistas buscarão a saída para maior lucratividade, exploração da força de trabalho. Com mais de 1/3 da população mundial concentrada na região, esta se torna um lugar atrativo para as grandes corporações mundiais em busca de vantagens para aumentar seu lucro e retorno aos acionistas. A total desregulamentação das relações capital-trabalho possibilita uma grande oferta de mão-de-obra submetida aos regimes análogos à escravidão.

Com a ampliação da mundialização do capital ocorrerá a concentração e centralização de poder e capitais. A nova divisão internacional do trabalho provoca um desequilíbrio crônico médio muito alto entre a taxa de oferta da força de trabalho maior que a taxa de demanda de força de trabalho, que leva a diminuição progressiva da taxa de salários. Ao mesmo tempo, as reformas do estado e a reestruturação produtiva, permitem novos modelos de contratação e regulação das relações trabalhistas de forma precarizada.

A mundialização financeira se intensifica, devido ao desenvolvimento de inovações financeiras com informatização dos mercados, potencializa o volume de transações de curto prazo, pressionando a eliminação de controles cambiais, a liberalização das taxas de juros e a desregulamentação bancária. Essa nova realidade fará com que



auamente a valorização do capital financeiro, principalmente fictício, ampliando o processo de concentração de capitais.

Na concorrência mais acirrada no mercado por novos produtos, as empresas precisam investir em pesquisa e desenvolvimento. O aumento do capital orgânico fixo (tecnologia e sua manutenção) eleva ainda mais a pressão para diminuição dos salários. Diante da nova dinâmica, a organização de produção toyotista é utilizada para coordenar todo o fluxo produtivo e comercial de mercadorias, diminuindo a ociosidade do trabalho e as possíveis perdas na produção e comercialização.

Assim, o fundamental para uma empresa é controlar todo seu processo, desde a concepção até a venda da mercadoria. Com a internacionalização, as corporações assumem um papel maior nos sistemas produtivos nacionais. A expansão dessas corporações pelo globo tem como tendência o aumento do comércio intrafirma, onde a própria corporação controla o fluxo de mercadoria entre a matriz e as filiais.

Um importante aspecto da nova DIT é a expansão dos investimentos diretos no exterior (IDE). Apesar do avanço no fluxo de recursos estrangeiros em países satélites, o IDE permanece muito fortemente concentrado nas economias imperiais. Apesar de mais recentemente uma parte importante dos IDE tenha sido direcionada aos países satélites. Isso porque são os impérios que monopolizam o setor de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia das grandes corporações.

Ao mesmo tempo a intervenção econômica, política e militar dos Estados torna-se essencial, tendo em vista a necessidade de garantia da propriedade privada, ou seja, a estabilização dos fluxos da produção e comercialização de mercadorias sem interrupções, a manutenção da "paz". Será através da articulação entre os impérios que haverá uma efetiva organização de uma elite orgânica internacional. Será com o domínio dos Estados centrais que haverá uma maior articulação dessa elite que consolidará o ultra-monopolismo e o neoimperialismo¹⁰ através de organismos

multilaterais, como G-8, OCDE, OMC e Fórum Econômico de Davos.

É a combinação dessas políticas adotadas pelos países centrais que definirá os rumos do capitalismo. Há com essas políticas tomadas pelos Impérios a concentração e centralização de capital e poder. Ou seja, a formação de oligopólios e o acirramento da disputa estatal entre os Impérios. Essa combinação que eclodirá com uma nova tendência imperialista na concorrência mundial por energia, mercados para comercialização e produção. A concentração de capital é visível. Com o neoimperialismo e o desenvolvimento do ultra-monopolismo ocorre um aumento da desigualdade econômica, tanto internamente nos países centrais como na relação entre os Estados imperiais e satélites. Além disso, a competição entre os oligopólios¹¹ se torna cada vez mais acirrada. Há uma onda de fusões-aquisições das empresas. A disputa por mercado intensifica-se mundialmente.

Os fluxos de riqueza proveniente da exploração da força de trabalho são elevados à esfera financeira, ou seja, é através do aumento da mais valia, na esfera da exploração de trabalho que possibilita o aumento dos investimentos do capital financeiro nas ações das grandes corporações. A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de certa força coletiva de trabalho, apropriada pelos capitalistas. O processo de "privatização" de todas as esferas econômicas (até mesmo a moeda, com o desenvolvimento da moeda eletrônica, os cartões) tende a aumentar a desigualdade e a miséria entre os trabalhadores. O processo de trabalho apropriado pelos acionistas é que possibilita o aumento do fluxo do mercado financeiro.

Toda essa nova organização do capitalismo é possibilitada pelo desenvolvimento do estatismo. O Estado passa a atuar como principal regulador financeiro através: 1) da adoção de uma política cambial flexível, com rigor monetário para

controle inflacionário; 2) da securitização da dívida pública; 3) da desregulamentação financeira; e 4) da política de flexibilização do trabalho e do desmonte da rede de proteção social.

A relação Estado-economia torna-se fundamental para os anseios da burguesia internacional. A disputa por mercados, territórios e energia torna-se mais estratégica e com isso amplia a concorrência entre os estados, principalmente por aqueles que querem acender ou retornar ao posto de império. Temos nesse caso um exemplo muito claro: a disputa pelas reservas energéticas da Ásia, África e América Latina. A recente onda de ataques e invasões no Oriente Médio e na Ásia Central está relacionado com a disputa entre EUA-EU e Rússia-China pelo controle produtivo e comercial das reservas de energia. A disputa inter-imperialista pela região vem se acirrando e mostram o caráter estratégico do Oriente Médio enquanto fornecedor de petróleo para os Estados centrais.

Os processos econômicos e políticos narrados acima (de reestruturação produtiva e reforma do Estado) permitem a caracterização da atual fase do sistema capitalista como "ultra-monopolista", isto é, um padrão de acumulação flexível que substitui a acumulação fordista, a imposição de novos padrões de desenvolvimento científico e tecnológico, a intensificação das fusões-aquisições formando alguns poucos conglomerados de empresas que dominam o mercado mundial, a transnacionalização da produção, a mundialização financeira; a implantação das reformas estatais neoliberais que destroem o Estado-keynesiano ou desenvolvimetista, produzindo uma nova dinâmica de acumulação, concentração e centralização de capitais que conseqüentemente, ampliou a exploração do trabalho coletivo e a taxa de desigualdade.

Ao mesmo tempo, está associada a militarização do Estado e expansão de suas funções policiais repressivas, mesmo sob a forma democrática. Um novo ciclo de expansão econômica dentro desses moldes é o que estamos caracterizando desde os anos 2000 como uma nova onda global de colonização, através da disputa inter-imperialista pela apropriação de terras e recursos naturais e estratégicos

ver UNIPA. Terra e liberdade: a insurreição dos povos contra o colonialismo e os impérios – Resoluções do VII CONUNIPA, 2019.

11 Oligopólio, segundo Chesnais, é um grupo de empresas que tem a capacidade de disputar e sustentar determinadas cadeias mercantis e que mantém intercâmbios intra-firmas.

10 Sobre o conceito de neoimperialismo

por todo o mundo, especialmente nos países periféricos¹².

Considerações finais

Poderíamos dizer que o capitalismo ultra-monopolista se caracterizou pela: 1) Flexibilização (comercial, tributária, trabalhista), o que significa eliminar ou diminuir os regulamentos legais que impedem as empresas de obter o lucro; 2) Internacionalização e concentração de capitais (os setores que até duas décadas eram controlados por monopólios estatais ou empresas nacionais, passam para o controle de multinacionais); 3) Volatilidade – os investimentos realizados podem em razão da flexibilização serem retirados pelas empresas a qualquer momento (como o fechamento de fábricas da Ford por todo o Brasil); 4) desestruturação do mundo do trabalho, no sentido da terceirização (eliminação de empregos na produção e abertura na área de serviços), precarização (em razão da eliminação de direitos trabalhistas e diminuição dos salários pela flexibilização) e desemprego (causado pela reestruturação produtiva e internacionalização), ou seja, ampliação da esfera inferior do mercado de trabalho ou o que podemos também chamar de proletariado marginal.

A desestruturação das relações de trabalho é a principal característica desta etapa. Ela implica na precarização e no aumento das taxas estruturais de desemprego, bem como da rotatividade da força de trabalho. Há uma crise da base econômica das forças coletivas do proletariado que debilitou suas forças no plano político. Por outro lado, houve e há uma hegemonia das forças social-democrata e plega nos movimentos de trabalhadores que explica a conciliação e não-resistência contra a reestruturação produtiva, sendo, na verdade, co-responsáveis pela mesma.

A crise do sindicalismo é, portanto, fruto da combinação de mudanças econômicas e da experiência política sindical. Este fenômeno é produzido tanto por causas externas – como a reestruturação produtiva – como internas – a degeneração das organizações sindi-

cais. Mas de nenhuma forma trata-se de um fenômeno superficial. Ela diz respeito à própria relação dos trabalhadores com a sociedade e o Estado. E somente mudando essa relação é possível superar a crise do movimento sindical que é apenas uma face da crise das forças coletivas.

O que é peculiar ao capitalismo ultra-monopolista, “neoliberal”, “globalizado”, em termos de relações de trabalho e exploração é a extensão da esfera inferior do duplo mercado de trabalho, tanto no centro quanto na periferia. O capitalismo abdica do “mercado de massas” fordista e restringe com o isso o volume quantitativo de proletários integrados, aumenta o número de proletários marginais, ou seja, aqueles que estão na parte inferior do mercado de trabalho ou fora dele, expulso pela lógica da rotatividade.

Nesse sentido, a revolução burguesa que só se materializa sobre a forma de revoluções industriais e tecnológicas, implica hoje no aumento da desigualdade de classe e no aprofundamento da crise do proletariado enquanto classe. O retorno ao projeto de uma revolução “democrático-burguesa”, “nacional” se mostra cada vez mais utópico.

O fortalecimento dos monopólios e oligopólios de capital financeiro e industrial associados, amparados pelos Estados nacionais, mostra que tal revolução inviável no século XX, o é ainda no século XXI. As burguesias e suas frações tem interesse no fortalecimento da concentração de poderes e capitais através da plataforma de superexploração do trabalho. A revolução burguesa sob forma de revoluções industriais ou políticas será sempre uma contra-revolução social.

O Estado não é apenas um produto do antagonismo entre as classes sociais. O Estado é, também, um produtor do sistema de contradições econômicas entre burguesia e proletariado. Reforçar o Estado capitalista dirigido pela socialdemocracia pela via eleitoral para fazê-lo reduzir as desigualdades, ou reforçar o “Estado proletário” dirigido pela ditadura do partido comunista após um processo revolucionário para fazê-lo definir até o fim das classes, não é só teoricamente inviável, mas o foi nas experiências dos séculos XX e XXI em termos globais e ao longo

do tempo.

Aos revolucionários de todo mundo, cabe experimentar outra teoria e estratégia da organização política e econômica da sociedade e da violência libertadora baseada na livre associação dos trabalhadores, dualizando e destruindo as relações estatistas e capitalistas pelo poder popular.

Referências

BAKUNIN, Mikhail. A política da Internacional. in: O socialismo libertário, SP: Global, 1979.

_____. Federalismo, socialismo e antiteologismo. Edições UNIPA, série biblioteca anarquista v.2, 2012.

_____. Estatismo e Anarquia. São Paulo: Imaginário; Ícon, 2003.

BAUMAN, Renato et Al. Do Padrão Ouro a Bretton Woods. Economia Internacional. Teoria e Experiência Brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier/Editora Campus, 2004).

BEAUD, Michel. História do Capitalismo: de 1500 aos nossos dias. Editora: Brasiliense, 1994.

BOITO JR, Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. Crítica Marxista, nº 3, São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. RJ: Zahar, 1988.

CHESNAIS, François; BIHR, Alain. Abaixo a propriedade privada. Le Monde Diplomatique - Brasil, Acervo Online, setembro de 2003.

DREIFUSS, René A. A Internacional Capitalista: Estratégias e Táticas do Empresariado Transnacional 1918- 1986. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Editora Paz e Terra, 2002.

Meillassoux, Claude. Mulheres, celeiros e capitais. Porto: Afrontamento, 1976.

POCHMANN, Marcio. O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

SEVCENKO, N. A corrida para o século XXI. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

WACQUANT, Loic. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

¹² Ver UNIPA. Terra e liberdade: a insurreição dos povos contra o colonialismo e os impérios – Resoluções do VII CONUNIPA, 2019.

FEMINISMO IMPERIAL OU MUTUALIDADE FEMININA: *A diversidade como arma de dominação e a necessária luta mutualista das mulheres do povo*



A conjuntura internacional e nacional coloca como tema estratégico as políticas discriminatórias. A crise hegemônica do sistema neoimperialista implica, cada vez mais, um processo de ataque as mulheres e povos oprimidos (eticamente, nacionalmente, religiosamente), de modo que o racismo e machismo-patriarcalismo são fortemente revitalizados no início do século XXI.

Porém, este fato, não deve encobrir outro: as políticas imperiais criaram suas próprias formas de “combater a discriminação”, induzindo a divisão interna das lutas contra as opressões e incitando a ilusão da emancipação através do mercado e do Estado¹. É necessária a crítica das ideologias racistas e do multiculturalismo liberal, que operam dividindo as lutas e reproduzindo o sistema.

O capitalismo “pós-moderno”, aquele que, entre outras características, supõe ter ultrapassado os limites da modernidade capitalista ao reconhecer a “diversidade” e promover políticas da “identidade”, deslocou a luta antidiscriminatória para a reprodução do imperialismo e da economia-mundo capitalista. A partir da análise do feminismo neorracista, burguês ou imperial, demonstraremos que a apologia da “diversidade” é a renovação da ideologia imperialista e colonial que tenta disfarçar o racismo e o fundamentalismo sob o argumento de proteger a diversidade.

Os componentes principais do pós-modernismo foram elaborados nos EUA como reação às lutas antidiscriminatórias de caráter revolucionário. Teve como centro o Partido Democrata e seu liberalismo “relativista”. Foi uma tentativa de adaptar as ciências humanas e as artes à nova forma de desenvolvimento capitalista e ao paradigma dominante nas ciências naturais, marcado pelo ultrarelativismo. Serviu ao interesse da burguesia nascente na Califórnia em oposição à elite conservadora do Partido Republicano e para eliminar o antirra-

cismo e a política antidiscriminatória de massas e revolucionária em ascensão na década de 1960.

Esta burguesia cumpriu papel fundamental na elaboração da nova ideologia do Império. Apropriou-se da legitimidade das lutas antidiscriminatórias para mascarar a opressão que promove. O caráter supostamente “crítico” do pós-modernismo esconde sua acomodação à ideologia imperial, visando dar-lhe legitimidade. A ideologia “pós-moderna” integrou e coroou o “feminismo burguês e imperial” defensor da libertação da mulher pelo mercado e o “feminismo radical” negador do conflito de classes e promotor da “guerra de sexos”, assim como o racismo científico do século XIX tentou substituir a luta de classes e a guerra social pela noção de “guerra de raças”². Essa ideologia se mundializou graças à presença colonial, a atuação das organizações multilaterais e a estrutura de poder imperialista nos diversos territórios.

Tendo em vista a importância e ascensão em diversas partes do mundo da luta de massas das mulheres trabalhadoras contra o patriarcalismo e o machismo, é fundamental entender as lutas antidiscriminatórias de um ponto de vista da classe trabalhadora e revolucionária que pretende destruir as desigualdades e opressões estruturais do capitalismo.

Começamos pela análise crítica do “feminismo” petista e de suas cisões, como PSOL e PSTU, assim como o chamado “feminismo radical”. Vejamos como são apenas a assimilação mecânica e acrítica da ideologia do Império que precisa ser combatida.

1 O caso do Brasil: luta contra o machismo ou generalização de uma prática repressiva neorracista?

No Brasil temos uma situação curiosa. Partidos eleitorais de massa, como o PT, o PCdoB e o PSOL, e outros menores como o PSTU, assi-

milaram um componente em seus programas: a chamada “luta contra as opressões”. Essa pauta tem sido abordada mas de forma subjetivista e não supõe uma prática coletiva de resistência. É baseada na ideia da relatividade absoluta, na liberdade absoluta que leva a autoridade absoluta do indivíduo: daí a identidade com a política de regimes autoritários e suas práticas discricionárias de linchamento público.

Historicamente o PT construiu relações políticas com os liberais dos EUA. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), principal base de massas petista, desenvolve ações conjuntas com a central sindical AFL-CIO. Essa aliança ofereceu as condições para que no Brasil fosse assimilada como progressista a noção liberal de “opressão” tal qual elaborada pelo imperialismo norte-americano. Nesta perspectiva, a luta contra o machismo resumiu-se a delações e linchamentos públicos “rituais” (os escrachos), dirigidos sistematicamente aos opositores de interesses do PT, que tenta ser no contexto brasileiro, um equivalente do Partido Democrata nos EUA.

Ao mesmo tempo, se promoveu a ideologia da competição entre mulher e homem no mercado e no Estado com o objetivo de alcançar para as mulheres posições de poder em empresas capitalistas e no Estado burguês. A formação de um feminismo imperial-burguês no Brasil acompanhou a assimilação do PT e seu bloco sindical-popular à ideologia do Império. Por isso, para combater a ideologia pós-moderna e imperial no Brasil e outros países latino-americanos, é necessário analisar criticamente suas raízes no liberalismo estadunidense. Vejamos como essa ideologia, cinicamente defensora da “diversidade” e da luta contra as “opressões”, foi produzida por um sistema opressor e racista que marcou a teoria e as táticas do feminismo burguês e imperial.

2 As metamorfoses do racismo: da diversidade racial absoluta à diversidade cultural e de gênero absoluta

Para entender essa retrógrada ideologia burguesa-imperial de retórica “progressista”, analisaremos como se construiu em contraposição à luta antidiscriminatória revolucionária e de massas.

1 Sobre a crítica ao mercado e ao Estado na luta da população LGBTI, ver A Rebelião de Stonewall e a luta LGBT: Insurgência e apoio mútuo como legado de Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera. Comunicado nº 64 da UNIPA, 28 de junho de 2019. Acesso em <<https://uniaooanarquista.wordpress.com/documentos/comunicados/>>

2 É a partir dessa base que muitas teóricas autointituladas “feministas radicais” combateram a teoria das classes sociais e da luta de classes, na qual se basearam os movimentos revolucionários até os dias atuais, com a criação da ideia das “classes sexuais” que define os homens biologicamente como uma “classe” e as mulheres como outra “classe”.

Primeiro faremos uma história da relação do liberalismo americano com o racismo. O liberalismo nos EUA, desde a Revolução de Independência (1776), viveu uma contradição incômoda: como a autonomia individual e a liberdade poderiam ser o fundamento de uma sociedade cuja economia estava organizada em torno do trabalho escravo? Grande parte dos liberais coexistiram com essa contradição, reconhecendo a liberdade e autonomia constitucionais apenas para a população branca. Isso permitiu a coexistência do liberalismo do norte com os “escravocratas do Sul”.

Apesar das diferenças, o norte e o sul tinham uma unidade, a referência religiosa: o cristianismo puritano fundamentalista da reforma. Esta ideologia tinha alguns componentes fundamentais: 1) o individualismo exacerbado; 2) o culto à disciplina moral e do trabalho como subordinação à autoridade e meio de prosperidade; 3) a doutrina da predestinação, que considerava que todos os indivíduos eram predestinados ao nascer. Esses três componentes formaram a base da mentalidade dos produtores rurais escravistas do sul, mas também dos liberais do norte, podendo ser considerada a cultura hegemônica dos EUA.

A Guerra de Secessão de 1861, supostamente resolveu tal contradição, dando aos afrodescendentes igualdade: mas não o fez, na realidade criou as condições para a rápida expansão do capitalismo fundada no mito do “trabalho livre” (dos negros recém-emancipados e dos imigrantes, agora assalariados). O racismo se acentuou nos EUA no final do século XIX, com a expansão do capitalismo monopolista pelas empresas de petróleo, perfuração de poços e construção de ferrovias. Este processo exigia terras: e nas terras demandadas pelo capital estavam escravos libertos e os ameríndios.

Muitos grupos tinham alianças interétnicas que garantiam seus territórios contra as tentativas de conquista; nas grandes cidades, o sindicalismo revolucionário internacionalista se apresentava como alternativa à divisão racial da sociedade americana, defendendo a união dos imigrantes independentemente da origem nacional e étnica na luta contra a exploração. Esse pluralismo popular, de baixo,

obviamente não interessava à expansão capitalista. As doutrinas instigadoras da divisão e competição de raças impediam a unidade e foram uma estratégia de “dividir para conquistar”.

A estratégia de emancipação do anarquismo nos EUA entre 1880 e 1890 era amparada na perspectiva de Bakunin³ sobre a emancipação social e da mulher.

Não há dúvida que a emancipação do casamento dará um golpe mortal, o último golpe, na família patriarcal, teológica e sagrada – verdadeiro embrião-protótipo do Estado teológico e sagrado. Mas não vejo aí nenhum mal. Esta família foi e ainda continua a ser, mesmo que num grau consideravelmente enfraquecido, a ama de leite de todos os despotismos. A autoridade terrível do pai, do esposo, do irmão mais velho, e em geral dos irmãos sobre as irmãs, e de todos sobre os servidores. Esta solidariedade hierárquica da família, representando, de uma só vez, a aristocracia mais orgulhosa e a monarquia mais absoluta, eis o forte sagrado de toda opressão, de toda igualdade, de todas as injustiças políticas e sociais. Que mal há em que esta fonte do mal desapareça? Ela já tende a desaparecer em todo lugar, hoje. Em princípio, segundo a lei, ela continua mais ou menos a mesma – sempre, com pequenas modificações, esta velha instituição da autoridade patriarcal do pai, do esposo e do irmão – mas os modos mudaram; mas o espírito do século, em todo lugar, mostra-se mais forte que a lei – e a família antiga, patriarcal, este sanctum sanctorum⁴ do estado centralizador, divino, monárquico, está visivelmente acabando. Os modos atuais, em todos os países, apesar de todas as leis, tendem, evidentemente, à instituição da família livre. A família, para ser livre, será dissolvida? De forma alguma, a não ser que se pretenda que tenha por origem e

3 BAKUNIN, Mikhail. Programa de uma sociedade internacional secreta da emancipação da humanidade - 1864. In: De baixo pra cima e da periferia para centro: escritos de filosofia de Mikhail Bakunin. Niterói, Editora Alternativa, 2014.

4 Sanctum sanctorum: lugar sagrado.

por base não uma lei inerente à natureza humana, mas não sei qual mandamento vindo de cima, estranho e contrário a esta natureza (...) É sempre a mesma, a antiga questão da autoridade e da liberdade. Nossos adversários pretendem que para organizar, manter, conservar e moralizar a família, é necessária a mão opressiva e potente da autoridade (BAKUNIN, 2014).

A posição de Bakunin é clara: machismo e patriarcalismo são fundamentos do Estado. Para combater o Estado é preciso combater o modelo patriarcal de família. Logo, não é possível realizar a destruição do Estado, a revolução social, sem a emancipação da mulher, e não é possível à mulher se emancipar no quadro do Estado que sempre reforça essa subordinação.

Ocorreram diferentes lutas contra a discriminação racial e a herança colonial-escravista nos EUA: 1) o liberalismo e sua tradição de coexistência pacífica apresentava-se no máximo como denúncia moral da escravidão, defendendo a integração do negro na sociedade americana em condições “iguais”, ou seja, com os mesmos direitos jurídicos; 2) o anarquismo, o sindicalismo revolucionário e as tradições populares rebeldes do campo defendendo unidade ampla, conjugando luta contra a exploração, defesa do território e afirmação da igualdade social e nacional.

No final do século XIX e início do século XX, surgiram novas interpretações: a antiga discriminação contra o negro fundada culturalmente no cristianismo fundamentalista agregou-se ao racismo científico. O racismo reconhecia a diversidade humana e a vinculava à hierarquia social, considerando-as como absolutas e imutáveis. Logo, o racismo é defensor da “diversidade”. O reconhecimento da diversidade não leva necessariamente a uma defesa da pluralidade e da igualdade.

O liberalismo sentiu-se pressionado pelo movimento de massas anarquista, pelo sindicalismo revolucionário e pela luta de negros e indígenas. Assimilou “reivindicações sociais” e cristãos romperam com o puritanismo, criando um novo tipo de liberalismo antidiscriminatório defensor da melhora da condição de vida do negro, contu-

do, não aceitando a radicalização revolucionária. Esse liberalismo foi também apropriado pela população afrodescendente. Combinado com a repressão aos anarquistas e revolucionários nas cidades, permitiu a essa doutrina expandir-se rapidamente. Martin Luther King e o movimento dos direitos civis talvez expressem essa evolução.

O liberalismo americano de base religiosa teve uma diversificação: 1) o liberalismo clássico coexistia com o escravismo e aceitava a discriminação racial; 2) o liberalismo cristão anti-segregacionista, moderado combatia à discriminação. Ambos não aceitavam a radicalização revolucionária. Entre 1920 e 1950, o movimento de direitos civis se expandiu e no início dos anos 1960 levou as tensões sociais a uma situação pré-insurrecional. Esse momento foi decisivo para o surgimento e a derrota da luta antirracista e antimachista de massas e revolucionária e explica como essas bandeiras foram assimiladas pela estrutura de poder numa versão colonial-racista.

Podemos dizer que esta contradição manifestou-se entre o setor reformista que buscava se “integrar” ao sistema capitalista, representado pelo liberalismo de Martin Luther King, e o setor revolucionário, representado pelo antirracismo e anticapitalismo de Malcom X e, posteriormente, pelo Partido dos Panteras Negras. De um lado, o liberalismo moderado integrador do negro na sociedade de classes pela via do mercado e do Estado, buscando ampliar cargos nas empresas, na mídia, na burocracia estatal com cotas e etc. Do outro lado, uma via combativa pela destruição do racismo e do capitalismo e sua estrutura de poder e exploração.

O Partido dos Panteras Negras, apesar de suas contradições e limites, legou uma grande experiência de luta antidiscriminatória que conjugava três dimensões: 1) a autodefesa contra a violência estatal e paramilitar, pois pela primeira vez se questionou o monopólio da força e seu caráter racista; 2) o processo de organização de massas que conjugava educação, cultura e economia em programas como os de combate à fome, desnutrição e por melhorias salariais; 3) a unificação das lutas antidiscriminatórias de afrodescendentes,

indígenas e mulheres não contra os “brancos”, mas contra o sistema capitalista supremacista. Essa estrutura autônoma foi combatida por uma ofensiva militar geral, coordenada pelo FBI e pela CIA e executada pelas polícias, mas com o apoio de diversos líderes do movimento negro reformista e das igrejas cristã e islâmica. Ao longo dos anos 1970 foi destruída.

Por que é importante falar sobre isso? Porque em grande parte, os fundamentos da teoria pós-moderna e do que hoje é chamado de “feminismo radical” formularam-se neste contexto. Um exemplo é o “*Manifesto Scum*”, referência para o chamado feminismo radical no Brasil e no mundo. Na realidade o termo “feminismo radical” é equivocado, pois confunde fundamentalismo com radicalismo. O chamado “feminismo radical” merece o nome de feminismo fundamentalista-neorracista, pois conciliou elementos da ideologia puritana compartilhada por quase todos os setores da sociedade branca nos EUA (liberais e conservadores) com elementos do racismo científico (conciliação que a Klu Klux Klan já havia realizado, daí sua aproximação ao nazismo).

Quais são os fundamentos do *Manifesto Scum*? O inatismo⁵ (teoria da predestinação) e o determinismo biológico. Escrito em 1967 por Valerie Solanas, o *Manifesto Scum* prega que todo homem é um deficiente genético – o gene Y seria uma série incompleta de cromossomos do gene X. Seu neorracismo transporta o determinismo biológico das raças para as relações homem-mulher fisiologicamente falando: o homem é machista de forma inata, biologicamente. Para acabar com o machismo é preciso acabar com o “homem”; do puritanismo, retém a cultura repressiva e de criminalização dos homens em geral⁶.

5 Um debate sobre os problemas teórico e as danosas consequências práticas da visão do inatismo no ser humano foi apresentado nas Resoluções da Segunda Assembleia Nacional da UNIPA, fevereiro de 2012. Constitui uma visão de sociedade e de natureza importante para a transformação revolucionária da vida e ajuda a compreender a abordagem do presente artigo sobre feminismo imperial. Acesso em <<https://uniaoanarquista.wordpress.com/documentos/assembleia-nacional/>>

6 Importante salientar que uma grande parte dos grupos e teóricos do “feminismo

Podemos resumir a teoria e a prática do “feminismo radical” a alguns elementos:

1) crença no determinismo biológico e predestinação⁷: o homem é a encarnação do mal, o “agressor inato” em razão da sua condição biológica de “macho”;

2) idealização da mulher como atualização do “bom selvagem”: a mulher é uma “vítima” indefesa ou uma figura de bondade (em razão da sua biologia que marca sua predestinação), por isso, ela precisa da proteção do Estado, cabendo as mulheres apenas o papel de “delatar” crimes. Nesta perspectiva, a mulher é incapaz de se defender, precisando da intervenção de uma autoridade externa para protegê-la ou promover seus “direitos”;

3) radicalização do individualismo na sua dimensão de mercado: enquanto a ideologia puritana exaltava o “trabalho” e o “assetismo”⁸, o feminismo radical os substituiu pela exaltação do “não-trabalho” (indicando o preconceito elitista-nobiliárquico da nova burguesia californiana, que teria sua distinção através da “arte”) e hedonismo, elevação pelo prazer individual, especialmente o prazer sexual, conforme também a transformação da Califórnia numa “Meca” da liberdade sexual e da indústria do sexo;

4) as práticas de “linchamentos rituais”: os famosos “escrachos” reproduzem o modelo de linchamento público típico das práticas repressivas puritanas e racistas das “execuções sumárias” (sem

radical” assumiu características abertamente transfóbicas, estimulado por esse puritanismo policiaresco e fundamentalismo biológico. Esta abordagem unitarista e discriminatória é justificada com um materialismo vulgar que reduz a pluralidade humana, dos povos, culturas, etc. à guerra inerente entre “machos” e “fêmeas”.

7 Um aspecto importante é o conceito de sororidade, em inglês também *sisterhood*. Tendo uma conotação biológica, enfatizando a dimensão do laço de sangue ou biológico, evoca um símbolo essencialmente religioso. *Sisterhood* é “comunidade de irmãs, especialmente de base religiosa”, ver *Merriam Webster Dictionary*; Sororidade, no português, de Sororal, *Soror* (feminino de “frei”), ou seja, é uma simbologia essencialmente religiosa, de convento. Essa convergência entre o fundamentalismo religioso e racismo é ainda mais profunda.

8 O mito do americano desbravador, que alcança a prosperidade por meio da disciplina e trabalho individual.

investigação e sem direito de defesa), como justificativa para combater o "machismo";

5) centralidade da denúncia/delação: usa-se da denúncia como instrumento principal, no caso, a denúncia contra o "machismo" que cumpre o papel do "pecado moral", tentando produzir a marca no "pecador" que deveria viver com ela para sempre, uma vez que, de acordo com a prática puritana, o declínio moral é resultante da predestinação e irreversível, logo os pecadores deveriam ser submetidos à "morte social", a segregação e vergonha pública. Além disso, esse mesmo pressuposto conduz ao moralismo, controle do uso das palavras, estilos de vida, e toda a prática considerada necessária à normatização do indivíduo.

Dessa forma, as principais práticas do "feminismo radical" se reduzem ao controle-policimento moral baseada em processo de denúncias, seguindo o modelo absolutista de negação de direito de defesa. Basta o direito absoluto do ser legítimo, nesse caso a "mulher-deusa", que por sua mera pa-

lavra se legitima, não precisando de nenhum controle externo como o Rei-Homem-Deus não precisava prestar contas da sua vontade a ninguém, usando do seu poder para reprimir aqueles considerados desviantes em relação à "moral" e ao poder absoluto. Para constatar isso, basta analisar como a base do feminismo radical se posicionava no contexto insurrecional dos EUA dos anos 1960.

Nos EUA, temos um precedente para a prática associada ao feminismo fundamentalista-neoracista: os "brancos" defensores da "supremacia branca", munidos da crença de que os negros eram biologicamente inferiores e propensos a crimes, inatamente maus, tinham como uma de suas principais táticas as execuções sumárias por linchamentos baseadas em "denúncias". Dimensão estratégica dessa prática eram as acusações de estupro contra os negros. A biologização do comportamento e preconceito racial, combinada com a crença na vulnerabilidade e pureza absoluta da mulher, imputou aos negros o preconceito do crime sexual.

As acusações contra pessoas linchadas, de acordo com os registros do Instituto Tuskegee para os anos de 1882-1951 nos EUA, foram as seguintes: a) 41% dos lin-

chamentos eram motivados por "agressão criminosa"; b) 19,2% por acusação de estupro; c) 6,1% por tentativa de estupro; d) 4,9% por denúncia de roubo e furto; e) 1,8% por insulto às pessoas brancas, e de 22,7% para os delitos diversos ou sem ofensa⁹.

Estas acusações tinham como característica o fato de que não precisavam ter fundamento, provas, bastava a palavra da mulher branca ou homem branco; não precisavam ser investigadas, nem se garantia direito de defesa: os negros eram culpados por sua condição biológica. Podemos ver que o crime de agressão e violência sexual (e não crimes de roubo, contra a propriedade) eram os principais argumentos de legitimação do linchamento. Assim as práticas repressivas baseadas no racismo levavam a práticas de execução sumária e criminalização. A Klu Klux Klan e outros grupos racistas se valiam disso, e o sistema prisional americano também, e é isso que muitos seguidores dessa concepção de feminismo radical praticam.

Aqui então chegamos ao ponto fundamental de nosso argumento: as práticas do feminismo radical, ou melhor, do feminismo neoracista e fundamentalista, todas elas, sem exceção, *tomam*

⁹ Na última categoria são todos os tipos de crimes triviais, como discutir com branco, ou tentar se registrar para votar.



como modelo as práticas puritanas e racistas dos EUA, das práticas repressivas e de controle individual típica dos Estados policiais e de nenhuma prática de luta dos movimentos de massa revolucionários. Mesmo surgindo nos anos 1960, contexto de insurgência mundial, essa "teoria" ignora tais lutas e movimentos revolucionários. E a denúncia de violência sexual, sem a regulação de mecanismos de defesa e comprovação, se enquadram perfeitamente aos interesses de um Estado policial e racista.

É fundamental entendermos a situação do Brasil: a difusão das práticas de denúncia, delação e escracho depois de junho de 2013 são direcionadas à "extrema-esquerda", vista como o grande problema do machismo, como se o machismo fosse gerado por desvios morais "individuais" dentro da esquerda. Exemplo do caráter oportunista dessa teoria é que a violência contra a mulher é reduzida a uma dimensão subjetiva, indeterminável, facilmente manipulada por interesses oportunistas e de diferentes sistemas de controle e poder injustos, ou reduzida a relações interpessoais. A violência contra mulher é assunto sério e não pode ser desmoralizada pelo oportunismo.

Neste sentido, para definir o que é a violência contra a mulher, temos de definir o que ela não é. A violência contra a mulher não é uma mera violação da vontade tácita individual da mulher (tendência que o individualismo burguês e o fundamentalismo compartilham), *é o uso da força e do poder coercitivo contra ela para obrigar a agir de uma determinada forma que não agiria sem o uso dessa força.* Essa violência pode ser simbólica (discriminação, atribuição de inferioridade) ou física-sexual (como agressão e estupro).

Essas formas distintas de violência devem ser combatidas de diferentes maneiras: a violência simbólica se combate não pela acusação de todos os homens como "agressores", mas sim pelo debate ideológico e prática política coletiva de luta contra opressão; a violência física-sexual se combate pela auto-defesa feminina, contra o assédio-exploração no local de trabalho e na família, pois as agressões não são apenas domésticas e não é o Estado machista-racista que "defenderá" as mulheres.

A tendência a reduzir a diversidade cultural e moral a uma análise maniqueísta é também típica do puritanismo que marca a cultura hegemônica nos EUA: quem não se enquadra na moral puritana é pecador, ou seja, culpado dos maiores "crimes" contra a religião; na versão do feminismo fundamentalista neorracista qualquer divergência de opinião é reduzida à misoginia (heresia), pois atacar as ideias puritanas do feminismo radical é considerado como atacar todas as mulheres.

Aí existe mais um elemento de identidade entre o feminismo radical e o fundamentalismo: a condição biológica da mulher, somada a revelação da doutrina fundamentalista, permite que tais grupos considerem que "a mulher sou eu", assim como o rei absoluto considerava "o Estado sou eu", e buscam firmar o monopólio da representação e da voz de todas as mulheres do planeta. Daí que pequenos grupos de feministas radicais acham que encarnam esse poder absoluto, e combatem o direito do "homem falar em nome das mulheres"¹⁰.

O fundamentalismo direciona-se apenas para o controle de práticas individuais (daí que as denúncias se dão nas relações interpessoais), esquecendo do sistema. Por isso não é possível banalizar as acusações de violência física-sexual, pois elas são muito atraentes para um Estado penal e racista como é o Estado neoliberal. A mu-

10 Aqui o reducionismo é tão grande que ao não conceber a lógica do debate democrático, e sim da representação de acordo com os termos hobbesianos do Estado absoluto, qualquer emissão de opinião ou reflexão científica é entendida como "exercício ilegítimo da representação". Mas em primeiro lugar refletir e opinar não é representar; qualquer um pode opinar e formular reflexões sobre qualquer coisa. Somente o obscurantismo religioso tem a pretensão de suprimir o livre pensamento. Além disso, o próprio feminismo radical cai na sua armadilha teórica: ele acha que a mulher pelo fato de "ser" mulher tem autoridade para "representar as mulheres". Aqui vemos o seu caráter burocrático e fraudulento; elas não receberam mandato das mais de 4 bilhões de mulheres que compõe a humanidade, nunca foram eleitas, não prestam contas a essas mulheres mas querem ser um "Estado" universal que representa as mulheres. Esse é o ridículo de tal fundamentalismo.

lher é convidada assim a exercer o papel de polícia, júri e carrasco consumado nos "escrachos".

O feminismo fundamentalista neorracista não combate o capitalismo nem a exploração, e se beneficia das estruturas repressivas do Estado penal, muitas vezes para resolver conflitos interpessoais¹¹. Também não combate na esfera doméstica, pois não educa para uma ideologia libertadora, apenas reforça a lógica discriminatória e puritana, o determinismo biológico, pela prática do medo e das perseguições com delações, grande maioria delas sem provas, investigação ou direito de defesa.

De modo algum isso significa que não existem homens que cometam agressões contra mulheres, nem que esse não seja um problema central da luta das mulheres do povo. Desvendar e combater o feminismo imperial aqui não implica em negar a existência tão arraigada quanto cruel das violências machistas-patriarcais. A questão é que não se pode combater o machismo-racismo estrutural do capitalismo, nem as contradições socioculturais internas da classe, com uma teoria racista e biologizante. Mas isso não é tudo.

A promessa da emancipação da mulher pela guerra biológica dos sexos não somente não contribui para as lutas coletivas das mulheres, como também tende a degenerar em práticas policiais-repressivas de denúncias que auxiliam na produção de conflitos internos de grupos dominados; a guerra dos sexos cria o mito de que a mulher explorada tem mais identidade com a mulher branca burguesa e ocidental (o princípio da sororidade), e com o Império do que com outros dominados. Esse feminismo fundamentalista se ligou organicamente a outra manifestação ainda mais nefasta: o feminismo burguês-imperial, parte integrante da ideologia do neoimperialismo.

11 Foucault analisa bem como na França existia em determinados momentos a prática de denúncias de "vizinhos" que apelavam ao poder de Estado com denúncias de heresia, subversão, para poder se vingar de desavenças pessoais. Na obra de literatura "1984" (Orwell) temos também o exemplo de como os regimes autoritários usavam da política de incentivar as delações infundadas para manter o controle sobre o conjunto da sociedade.

3 Feminismo como modernização capitalista: legitimando a subordinação do Oriente ao Ocidente e do campo à cidade

Se é possível determinar essa relação das práticas e teorias do “feminismo radical” com o racismo e o puritanismo, também é possível relacionar a doutrina da liberação da mulher pelo mercado com outra variação do liberalismo norte-americano, a da doutrina do capitalismo como força modernizadora do “progresso”. Neste sentido, é preciso entender como o feminismo, reelaborado nos EUA, foi exportado para todo o mundo como parte da política neoimperialista através da doutrina da “modernização” nos anos 1970.

Devemos entender o lugar da Califórnia, e da nova burguesia que lá surgiu em luta ao mesmo tempo contra o partido republicano e contra o movimento de massas antirracista de caráter revolucionário. Esta burguesia promoveria uma ruptura e uma conciliação com a doutrina liberal anterior. O liberalismo americano do período 1930-1960 se cindiu entre um campo cristão-puritano-conservador e outro e cristão-democrático e antirracista.

O que fez a nova burguesia surgida especialmente na Califórnia? Em primeiro lugar fez uma crítica da religião, recusando a dimensão do “trabalho” e da “disciplina” como meio de progresso individual. Assim ela supostamente seria “progressista”, ao tentar “modernizar a sociedade americana”, combatendo à religião; ao mesmo tempo, ela radicalizou a ideia do *american way of life* (estilo de vida norte-americano), do capitalismo e do mercado, e dessa forma a dimensão social foi relegada a segundo plano e substituída pelo culto ao hedonismo, a maximização do lucro na sociedade foi traduzida como maximização do prazer nas relações interpessoais.

Esse projeto maximizador dos lucros/prazeres também se traduziu na ideia de que para resolver o problema do racismo não era necessário destruir o sistema, mas integrar o negro, as mulheres e “minorias” no mercado. Nascia ali o projeto depois exportado para o mundo de que bastava Obamas, Dilmás, Morales exercerem o poder, pois eles incarnavam na sua genética a “representação” desses grupos (negros, mulheres, indíge-

nas etc.). Ou seja, até mesmo a representação política foi reduzida ao determinismo biológico.

Essa burguesia associou a crítica do puritanismo a duas táticas:

1) a negação do trabalho como valor no sentido puritano, que levou a uma ultravalorização do trabalho “artístico-intelectual”, anunciando as teorias pós-modernas que proclamariam o “fim do trabalho”. Essa desvalorização do “trabalho”, por um suposto combate à ideologia religiosa, retomou os preconceitos de classe e nobiliárquicos contra o trabalho manual, proclamando a superioridade do trabalho intelectual e artístico;

2) a apologia da “diversidade” sem romper com as bases do determinismo biológico, do inatismo e da predestinação típicas da religião, tendeu a recriar o conceito de raça, só que disfarçado sobre o conceito de identidade cultural: a identidade de gênero, étnica, nacional e todas as demais tinham de negar a diferença de classes (“superada” por esse novo capitalismo, democrático, progressista, centrado na arte e no conhecimento, e não na indústria e no trabalho manual), e eram identidades essenciais (ou seja, assim como o antigo conceito de raça, eram rígidas, exclusivas e impediam qualquer tipo de unidade político-social).

Essas duas teses estavam perfeitamente ajustada a duas demandas: 1) o combate ao movimento de massas antirracista, pluriétnico e classista, que tinha como objetivo destruir a estrutura de poder capitalista-racista nos EUA; 2) se ajustava a uma demanda de legitimação da política imperialista na Ásia e Oriente, apresentando além da luta contra o totalitarismo (ou anticomunismo), a luta contra o tradicionalismo dos povos-nações e camponeses que seriam a causa do seu atraso e subdesenvolvimento (e não o colonialismo e a agressão imperialista, como estava acontecendo no Vietnã). Elas preparam então o caminho para o neocolonialismo, ou seja, a política de dominação imperialista depois das independências, que se consolidou como política de “desenvolvimento” e “modernização”.

Esse discurso se apropriou das lutas antidiscriminatórias, mas deformando-as. A luta antirracista, antimachista e ambientalista

deixaram de ser instrumentos dos dominados para combater o sistema capitalista tornando-se formas de renovação de sua legitimidade. Assim, essa política foi globalizada pela ONU e pelo Banco Mundial, como forma de executar programas de colonização e mudança econômica dirigida sob uma roupagem “democrática” e “emancipadora”.

Para que a classe trabalhadora e os revolucionários não caiam em armadilhas discursivas é importante compreender esta apropriação-deformação das lutas antidiscriminatórias pelo neocolonialismo no contexto do bolsonarismo no Brasil e de governo Trump nos EUA que se desprenderam de certos mitos e ilusões da burguesia liberal tradicional.

Abdicar deste “universalismo” neoimperialista é o que explica a aparente contradição no discurso bolsonarista que denuncia um “globalismo de esquerda”, encaixando aí entidades como a ONU e empresas transnacionais. Estas entidades liberais/capitalistas em dado momento de fato absorveram subvertendo reivindicações sociais dos pobres, mulheres, negros, ambientais, democráticas, etc., para melhor governar: tratando a miséria absoluta com políticas focalizadas de renda e não de classe, as demandas de raça e gênero sendo integradas na lógica do consumo e da ocupação de espaços de poder empresarial e de governo, a pauta ambiental sendo encampada pela crítica seletiva da emissão do carbono e estimulando fontes alternativas de energia sem questionar o modelo de produção e acumulação, a ausência de políticas sociais sendo “resolvidas” pelo financiamento privado e direto de grupos populares através de fundações e ONGs em um cínico “antiestatismo empresarial” supostamente desinteressado, etc.; a questão é que o discurso bolsonarista é ultraliberal e conservador e não admite tais absorções, taxando de “esquerdistas” estas formas de domínio através da cooptação e subversão de demandas sociais aplicadas há décadas por tradicionais organismos internacionais e empresas capitalistas. (UNIPA, 2020¹²)

12 Fora o poder, tudo é ilusão: O combate à política genocida e reacionária exige um contrapoder autônomo das massas populares. Comunicado nº 70 da UNIPA, 17 de JUNHO de 2020. Acesso em <<https://>

Não compreender esta apropriação-deformação de pautas antidiscriminatórias pelo imperialismo tem levado ao reforço e adesão às políticas de tipo feminismo imperial (ou defesas abstratas da democracia, meio ambiente etc.) por parte dos opositores ao bolsonarismo no Brasil de forma simplista. Nessa oposição mecânica, há uma tendência de defender aquilo que Bolsonaro diz se opor, por exemplo crendo ser de “esquerda” aquilo que o campo bolsonarista classifica como tal, e por aí vai. Sem se dar conta, ou de caso pensado, há quem negue o ultraliberalismo conservador caindo no liberalismo democrático “progressista”.

O feminismo imperial foi então uma arma da expansão do mercado e da exploração capitalista sobre os povos-nações do Oriente e sobre o campesinato em todo mundo. A mulher seria libertada pela sua incorporação ao mercado capitalista como “força de trabalho”, e para isso deveria se emancipar da “escravidão doméstica”. Aqui o trabalho manual urbano foi apresentado às mulheres do terceiro mundo como emancipador, mas no caso do primeiro mundo, só a arte teria esse caráter, mostrando como esse feminismo imperial se adequava à divisão internacional do trabalho, reforçando o preconceito contra o trabalhador manual e contra o trabalho do camponês na economia doméstica.

Contraditoriamente, a radicalização antirracista nos anos 1960 se desenvolveu de forma avançada especialmente na Califórnia, talvez o principal centro de acumulação de capital nos EUA. Essa contradição fez com que o caráter democrá-

tico do capitalismo nos EUA fosse profundamente questionado. Então a burguesia tentou renovar o *american/californian dream*, através da associação do capitalismo ao “pluralismo cultural” realizando concessões de ordem compensatória e tentando se apropriar da bandeira antidiscriminatória, mas sem permitir a ruptura com o sistema.

As bases do que depois seria a ideologia pós-moderna estavam lançadas no início dos anos 1970 nos EUA: 1) dominação do paradigma das ciências naturais, agora da física, com o relativismo absoluto substituindo a antiga ordem absoluta; 2) na política, uma tensão interna no liberalismo americano, que vê nascer um liberalismo que recusa os valores do ascetismo e assume o hedonismo, entendendo a maximização do prazer na esfera individual como um equivalente da maximização do lucro; 3) como desdobramento dos dois pressupostos anteriores, uma valorização da “diversidade” e da “identidade”, que era concebida nos mesmos termos absolutos do conceito de raça e predestinação na qual essa ideia foi formada; 4) por fim, uma política anticomunista, antirrevolu-

cionária e contra a luta de classes com a defesa do capitalismo como único sistema desejável e possível.

Mas como esta ideologia se globalizou? Foi exatamente no momento da expansão do capitalismo, no interior da América Latina, na África e na Ásia que se lançaram tais bases. Assim, a revolução verde na agricultura no final dos anos 1960 foi combinada com as práticas de “modernização” dos países supostamente atrasados (atrasados em razão da sua “cultura”). Assim, como o sociólogo colombiano Arturo Escobar¹³ conclui em suas pesquisas.

Durante quase cinquenta anos, um evangelho peculiar tem sido pregado com intenso fervor na América Latina, Ásia e África: o “desenvolvimento”. Inicialmente formulado nos Estados Unidos e na Europa durante os anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial e avidamente aceito e melhorado pelas elites e governantes do Terceiro Mundo, o modelo de desenvolvimento desde o seu início continha uma proposta historicamente inusitada desde um ponto

de vista antropológico: a transformação total das culturas e formações sociais de três continentes

13 ESCOBAR, Arturo. La invención del Tercer Mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo. Editorial Nor-

uniaoanarquista.wordpress.com>



de acordo com os ditames do chamado Primeiro Mundo. Esperava-se que, quase por fiat tecnológico e económico e graças a algo chamado planificação, da noite para o dia culturas milenares e complexas se transformassem em clones dos ocidentais racionais dos países considerados economicamente avançados. (ESCOBAR, 1998).

Um aspecto central dessa política desenvolvimentista foi a "questão da mulher". O desenvolvimento almejava impor o modelo de sociedade europeia aos povos do mundo, "aculturá-los". Devemos lembrar que as sociedades camponesas eram assentadas no "trabalho doméstico" e na participação da mulher na produção. Mas de acordo com esse novo ideário imperialista, isso era uma forma de "opressão". A mulher deveria ser "libertada" da economia doméstica pelo mercado, adotando os padrões ocidentais-capitalistas. Assim os camponeses deveriam ser alvo da política desenvolvimentista, e a promoção do "direito das mulheres" (entendido como separação dela da família e da economia doméstica e integração no mercado) seria a principal forma. Ou seja, a opressão era a cultura tradicional, a libertação o mercado capitalista.

Juntamente a ideia de "libertar" a mulher do trabalho doméstico e camponês, surgiu como exigência dessa inserção no mercado a ideia de "planejamento familiar" e redução da taxa de natalidade nos países da periferia global. Essa política de controle do capital e Estado sobre os corpos femininos ocorreu de forma explícita através de políticas de esterilização dos pobres ou com a indução da "centralidade" da luta pró-aborto. Ambas atenderão, em muitos casos, não aos interesses das massas de mulheres do povo mas do feminismo imperial-burguês e suas prioridades definidas desde o centro para a periferia. As mulheres passaram a ser estimuladas a controlar/negar a maternidade (sob o disfarce de "planejar") para liberar seu tempo e energia ao trabalho assalariado.

Entre o fundamentalismo religioso-conservador e o feminista liberal, a mulher continua oprimida em seus direitos reprodutivos no aspecto central: a inexistência de condições materiais/sociais para uma escolha realmente livre, já que ambas reduzem a liberdade

ao idealismo, um teológico outro jurídico. Esse reducionismo é que leva a "contradições" como as fundamentalistas antiaborto (ou "pró-vida") serem a favor da pena de morte de negros e pobres, ou de feministas favoráveis aos direitos reprodutivos serem absolutamente desinteressadas ao direito à maternidade, negado nos países pobres desde a gestação, parto até o genocídio e encarceramento de crianças e jovens.

Escobar (1998) chama a atenção para um fato importante: a defesa dos pequenos produtores rurais, da mulher e do meio ambiente passou a ser assumida pelo Banco Mundial, FMI, ONU, exatamente por aquelas instituições que estavam envolvidas nas guerras, agressões, expropriação, evasão de dinheiro, trabalho escravo e etc. Dessa forma, o "feminismo" transformou-se num instrumento de dominação imperial e desenvolvimento capitalista: ele foi usado como justificativa e política para subordinar os povos da periferia, especialmente da Ásia e Oriente, ao capitalismo e a revolução verde; também foi uma forma de subordinar o campo à cidade, uma vez que acompanhava movimentos de expropriação dos camponeses, desqualificando suas culturas e modos de vida.

Assim, o feminismo radical surgido nos EUA, de caráter neoracista-fundamentalista, e o feminismo burguês-imperial, expandido a partir da política de modernização do Terceiro Mundo, tenderam a se fundir sob o discurso do pós-modernismo.

No nosso entendimento todo esse discurso, hipócrita, se dilui quando olhamos os dados: toda a ideologia da libertação da mulher pelo mercado, da defesa da "entrada da mulher no mercado de trabalho" oculta dois fatos fundamentais: 1) a superexploração das mulheres e feminização da pobreza; 2) a liberdade do corpo e etc. esconde a expansão da exploração sexual e trabalho escravo sexual em escala global (dados da OIT mostram que mais de 10 milhões de mulheres no mundo estão sendo escravizadas sexualmente, sendo o maior número na Ásia)¹⁴.

14 A literatura de sociologia do trabalho contemporânea e os dados da OIT confirmam isso. O mercado de trabalho e o capitalismo flexível usam o critério de

A promessa de libertação pelo mercado e pela ação individual oculta a opressão coletiva do capitalismo global. Tal contradição fica explícita e daí a necessidade de centrar todo o seu discurso na prática de controle moral e das relações interpessoais, para ocultar a realidade.

Esses dois tipos de feminismo se ajustam bem a uma sociedade hierárquica, segregadora, com preconceitos de classe e contra os trabalhadores manuais, por isso sendo a ideologia perfeita para mulheres que querem disputar o Estado, enriquecer com as empresas e para estudantes que reduzem o mundo a sua atividade intelectual: daí seu afastamento cômodo de qualquer luta das mulheres como sujeito coletivo.

Por outro lado, restringindo sempre a problemas muito micro (o homem machista) ou muito macro (as "culturas" tradicionais), não enxerga o papel do Estado e das classes sociais. Não negam a existência da luta de classes sem razão; precisam negar para poder fortalecer o poder do Império, consciente ou inconscientemente. Podemos dizer que estas teorias e práticas, geradas pela experiência da luta de classes e dominação imperialista, foram sistematizadas pelo pós-modernismo que induziu ao fracionismo, ou seja, produz as condições para uma divisão permanente dos dominados e auxilia os dominadores.

Não é por coincidência que os "partidos de esquerda" no Brasil assimilaram a teoria e a prática do feminismo fundamentalista e imperial. Ao optarem por se integrar no Estado burguês e disputar a hegemonia dentro dele, eles precisam disputar o discurso e as práticas dessas instituições. Como o Estado brasileiro ocupa uma posição subalterna, especialmente em relação aos EUA, essa esquerda assimila acriticamente a ideologia e ciência lá produzida, tentando se adequar à tal ideologia. O "feminismo radical" é essa capitulação ao discurso do império. É por isso que as teses elaboradas na periferia, que criticam tal teoria da "libertação" da mulher, são ignoradas ou desqualificadas pelos adeptos do feminismo hegemônico.

gênero para demarcar a linha da superexploração.

4 Mutualidade feminina: afirmação do coletivismo e solidariedade popular em oposição a ideologia burguesa de sororidade

Contra o princípio da sororidade (conceito fundamental do feminismo fundamentalista neorracista), o anarquismo e o sindicalismo revolucionário devem opor o princípio da mutualidade feminina. O mutualismo é um pacto de apoio mútuo, de reciprocidade. Ele parte justamente da constatação das desigualdades sociais e econômicas. Essa mutualidade feminina tem duas dimensões: 1) as mulheres devem prestar apoio mútuo entre si, deve existir solidariedade entre as mulheres na defesa dos seus direitos; 2) as mulheres, entendendo que sua emancipação só se realiza integralmente com extinção de todas as formas de opressão-exploração, devem ter um pacto de ação-solidariedade com todas as lutas contra a opressão-exploração. Desse modo, homens e mulheres produzem uma base comum de reciprocidade das lutas.

Entendemos que existe uma resistência subterrânea com base em mulheres do povo que foram se aprimorando e se desenvolvendo com os séculos e em vários territórios e relações sociais distintas, e que podemos chamar aqui de mutualidade feminina. Essas práticas de mutualidade feminina não estão separadas de outras formas de resistência das classes trabalhadoras e povos. Elas estão inscritas nos saberes populares e femininos de resistência, de culturas orais, muitas vezes invisíveis, mas que muitas vezes estiveram presentes no cotidiano da classe trabalhadora. Assim, é um desserviço teórico e político separar em blocos de opressões (idealizadas) que se somam umas às outras ou estabelecem hierarquias e divisões infinitas entre os oprimidos (tendendo à desintegração e a divisão).

A mutualidade feminina que se verifica no seio da classe trabalhadora se expressa como redes sociopolíticas e organizacionais intimamente vinculadas às ações de resistência contra os efeitos e ataques do sistema em sua totalidade. Desse modo, a ideia de mutualidade feminina ataca a opressão específica da mulher sem renunciar a sua participação na luta global contra o sistema capitalista e o Estado.

Ela também combate a política de dividir para governar, induzida pelo feminismo imperial e reproduzido pelo feminismo pós-moderno. Além disso, é importante ressaltar como o princípio da mutualidade feminina se difere radicalmente das abordagens biologizantes e “místicas”.

As mulheres do povo desenvolveram no seio das comunidades trabalhadoras e camponesas práticas ancestrais de apoio mútuo e resistência frente ao sistema patriarcal-capitalista. O potencial transformador dessas práticas de mutualidade feminina não se explicam em sua profundidade pelas abordagens biologizantes, liberais ou economicistas, mas somente pelos conflitos sociais e de classe que envolvem a estrutura capitalista-imperialista como um todo.

As práticas de mutualidade feminina compõem uma memória coletiva e uma cultura de luta pelas condições de existência, não apenas das mulheres pensadas individualmente ou separadas artificialmente pelo gênero ou sexualidade, mas das condições de vida do povo trabalhador e explorado em (micro e macro) esferas e relações sociais de mutualidade-reciprocidade que implicam a defesa da vida em geral, e particularmente a vida das mulheres do povo, seus filhos, amigos e vizinhos.

Essa mutualidade feminina possui historicamente um valor de sustentação e resistência para toda a comunidade trabalhadora e popular. Esse valor é destruído com as concepções biologizantes de “guerra de sexos” e de modernização capitalista. Mas esse grande valor pode e deve ser aprofundado por uma política revolucionária e anticolonial da luta de classes.

A partir dessa compreensão podemos entender, por exemplo, a centralidade das avós e mães das favelas, comunidades camponesas, etc. tecendo redes de apoio mútuo, de práticas de resistência, que envolvem o enfrentamento à violência de forma ampla (doméstica, policial, gangster), carestia de vida, educação, encarceramento, saúde, etc.

Como anarquistas e revolucionárias, como filhas do povo, temos muito o que aprender com as anciãs e avós das nossas comunidades trabalhadoras, sem obviamente construir autoridades oficiais que reforcem autoritarismos

ou conservadorismos, mas que revalorizem os saberes populares e as práticas de resistência e mutualidade guardadas e transmitidas diariamente por toda a comunidade trabalhadora, para homens, mulheres, jovens, velhos, negros, brancos, etc.

Essa base cotidiana da resistência e mutualidade feminina, no entanto, deve ser elevada a outro patamar. Ela possui um grande potencial que é desperdiçado pela matriz centralista, eurocentrica e liberal dos partidos de “esquerda” do Brasil. Ao contrário, o anarquismo pode e deve integrar essas práticas e saberes de resistência em uma estratégia e ação revolucionárias mais amplas, expandindo e impulsionando o seu potencial antissistêmico.

5 Emancipação da mulher, emancipação humana: a luta antidiscriminatória só pode existir como parte da luta anticapitalista

Chegamos as conclusões necessárias: o feminismo burguês-imperial opera na escala macro e o feminismo fundamentalista-neorracista na escala micro como instrumentos de dominação e subordinação das mulheres e tem produzido diferentes resultados concretos. Eles mantêm uma relação de complementariedade. Assim essas duas formas coexistem porque ambas não atacam o sistema capitalista, nem apresentam formas e estratégias de libertação coletiva da mulher, sendo funcionais ao sistema.

A primeira legitima o mercado e faz desaparecer a contradição de classes; a segunda induz à miopia, difundindo práticas repressivas e uma cultura do medo, do tipo puritana. Formam uma cultura autoritária e repressiva, típica do neoliberalismo, que dificulta a relação coletiva e relações humanas igualitárias-horizontais, auxiliando o Estado policial em impedir a organização e resistência dos povos.

Não por coincidência que muitas das defensoras do escracho e que se preocupam com a luta contra militantes de esquerda, são militantes do PT e sua órbita e secundarizam a violência de larga escala contra a mulher camponesa, favelada e trabalhadora que está sendo atacada de diversas formas, não somente pela violência sexual,

mas pela violência de classe, estatal, orientada pela discriminação de gênero, superexploração, práticas de assédio no local de trabalho e violência simbólica.

Historicamente, a emancipação da mulher foi elemento estratégico da libertação dos oprimidos em geral e da teoria revolucionária. Surge na prática revolucionária socialista e nas lutas dos trabalhadores e dos povos. Logo, não é possível falar da emancipação humana sem falar da emancipação da mulher.

Mas a primeira emancipação da mulher é negativa, é *negar e se emancipar da hegemonia do feminismo fundamentalista-imperial*, que faz parte da estrutura de dominação capitalista-racista-patriarcal. Como desdobramento, surgem as tarefas propriamente positivas, de estabelecer formas de organização e ação. Nesse sentido, temos de construir um movimento classista e revolucionário de mulheres, transversal às organizações e lutas populares e não um clube ou contracultura que tenta monopolizar o discurso de representação das mulheres do globo. Devemos enfrentar os problemas concretos das brasileiras na sua diversidade. Isso implica em reconhecer:

1) a ação coletiva das mulheres contra o machismo não é a guerra dos sexos, assim como a luta contra o racismo não é uma luta de raças (entre brancos e negros, ou orientais e ocidentais e etc.), mas sim um aspecto estratégico da luta de classes global dos dominados contra os dominadores, inclusive contra suas ideologias discriminatórias;

2) no nível micro, devemos fazer a luta ideológica dentro da família, comunidade, escola, trabalho e etc. para criar a unidade de homens e mulheres explorados na luta contra as formas de violência simbólica e física contra a mulher, o capitalismo e suas formas de exploração de gênero ressaltando o papel central da mulher na sociedade e história (e não as campanhas de delação-linchamento ou "eliminação do homem");

3) no nível macro, combater a ideologia da libertação pelo mercado, já que a liberdade da mulher burguesa está assentada na opressão geral de homens e mulheres da classe trabalhadora e do povo,

combatendo a superexploração e escravidão que acompanha a mercantilização das mulheres, exaltada como forma de "liberdade".

4) o caráter popular: a violência e discriminação de gênero está presente em toda a sociedade, por isso o tema da luta não pode ficar restrito à contracultura ou subgrupos intelectuais, mas tem de ganhar um caráter popular, ou seja, ter uma política de organização ampla das mulheres trabalhadoras, dos bairros de periferia e das mulheres do campo. Qualquer movimento de mulheres que não tenha o esforço por assumir este caráter, não cumpre efetivamente seu papel.

Esses acordos políticos implicam em práticas concretas:

1. Autodefesa coletiva contra a violência de gênero: a violência de gênero atinge principalmente as mulheres, mas não somente. Atinge as famílias, filhos e filhas, elemento central da experiência da maioria das mulheres e desaparecem do discurso do feminismo fundamentalista. Esse caráter de agressão coletiva deve ser mobilizado, e todas as comunidades devem ser chamadas a combater a violência contra a mulher e os fenômenos associados, tal como o abuso de drogas, sobretudo o álcool;

2. Mutualidade feminina (solidariedade econômica e política): os impedimentos para o exercício da autonomia da mulher não são absolutamente distintos de mecanismos tutelares impostos a diferentes grupos sociais. Nesse sentido, em vez de cair na armadilha do controle moral dos métodos de reuniões (ficar em discussões metafísicas sobre o caráter opressivo de uma assembleia, etc.), devemos lutar para criar condições materiais e ideias para a participação da mulher nos espaços de trabalho, educacionais e políticos. Isso implica em desenvolver política de amparo às vítimas e sua recuperação; programas econômicos que auxiliem a mulher a criar condições materiais para exercer seu protagonismo (creches, assistência médica e etc.), ação contra o assédio moral e sexual, usado como poder coercitivo; garantia de licença maternidade e paternidade, pensão e outros direitos sociais que visam reconhecer o lugar da mulher na divisão do trabalho e a especificidade da sua posição.

3. Criada as condições econômicas e materiais, deve-se respeitar o ritmo de participação das mulheres, diferenciadas culturalmente. É um hábito do feminismo burguês querer impor uma participação artificial das mulheres em reuniões por cota de mesas, ou transformar todas as mulheres em vítimas, tática usada para defender as burocratas de sindicatos e partidos políticos, acusando os críticos delas de "machismo". Esses partidos encarnam em cada assembleia a visão tutelar que eles têm das mulheres em geral: o partido, agindo como mini-Estado, precisa impor por regulamentações formais a "participação da mulher". Na realidade o que temos de impedir é a existência de medidas discriminatórias contra mulheres e outros grupos, e não impor uma cota ou representação artificial. As mulheres são capazes de decidir por elas quando, como e em que forma falar e participar, pois elas participam de diversas formas.

4. Em vez de execuções sumárias rituais, devemos promover tribunais populares, compostos por mulheres e representantes de organizações em luta contra o machismo. Esses tribunais não devem ter juízes, mas um júri coletivo que discuti publicamente os casos de machismo: a) julgamento de pessoas, homens e mulheres, que deve ter como método principal medidas socioeducativas e reparadoras, e não punições (estas só devem ser aplicadas em casos graves e reincidentes), para colocar a necessidade da autocrítica e da reeducação cultural; b) julgamento de instituições de mercado e Estado, e aqui sim, como trata-se de estruturas de poder, as sentenças devem ser um chamado a luta por punição dos responsáveis pela opressão estrutural.

5. Todas essas medidas implicam a construção de organizações de massa sindicalistas revolucionárias, organizadas de baixo para cima, pluriétnicas e bem estruturadas, sem as quais as medidas anteriores não passarão de ensaios ou até mesmo de caricaturas grosseiras. Uma política socialista e antiestatista de libertação da mulher deve ser impulsionada de forma articulada e retroalimentada por esse movimento de massas e pela organização revolucionária anarquista.

Por fim, é necessário avançar também para um método de



construção no movimento de massas. “Limpar o terreno” em relação àquilo que consideramos métodos e táticas incorretas para desenvolver a luta das mulheres, tais como de demarcação de posições principistas/idealistas, típicas de debates acadêmicos ou, no pior dos casos, métodos para “chocar” a moral dos setores oprimidos. Para impulsionar a luta anticapitalista e antipatriarcal das mulheres é necessário se guiar pelo método materialista de mobilização do proletariado.

Isso significa, por exemplo, que o debate em torno do termo “feminismo” ou os “tipos de feminismos” não é o elemento central para o recrutamento e direção das lutas. Tanto a negação do feminismo em si, quanto a afirmação dessa ou daquela corrente, tem caído em becos sem saída dos debates academicistas, sectários, terminológicos e sem base social real, ou seja, idealistas.

O “feminismo”, como termo genérico para a luta das mulheres, ainda é um fator de aproximação com ideias de libertação entre muitas mulheres do povo, principalmente jovens. Mas é também visto com desconfiança ou até repulsa por uma parcela grande de mulheres e homens. Por isso a questão central será a organização e luta real e coletiva, a experiência prática como critério. É no processo de luta que as contradições e preconceitos no seio do povo são modificados.

Um movimento de massas revolucionário se ocupa fundamentalmente com a luta pela existência das mulheres. Em termos propositivos, devemos assumir e fortale-

cer a luta dos grupos de mães e familiares de favelas e comunidades por justiça aos presos ou assassinados pelo Estado; as lutas contra a carestia de vida; as campanhas contra a violência às mulheres; a luta pelos direitos reprodutivos, que inclui a defesa do direito de maternidade negado sistematicamente às mulheres pobres brasileiras, o combate ao obscurantismo e ao poder clerical, mas também o combate ao feminismo imperial.

A abordagem classista e revolucionária aos direitos reprodutivos evidencia a diferença com o feminismo imperial ou fundamentalista. Para os revolucionários, é fundamental respeitar a religiosidade e culturas das massas populares. Para a maioria das mulheres brasileiras o aborto pode ser uma forma extrema de sobrevivência, uma forma dolorosa de fugir da ruína, mas dificilmente será romantizada como uma “liberdade de escolha”, uma forma de “prolongar a juventude” e o gozo absoluto e irresponsável expresso pela ideologia individualista-proprietária (“meu corpo, minhas regras”) do feminismo burguês-imperial.

Por isso, desenvolver a luta pelos direitos e pela libertação das mulheres no Brasil, desde baixo e não pautada pela agenda imperial, significa reivindicar o direito das mulheres do nosso povo a terem uma família e uma comunidade unida e em paz; sem operações de guerra da polícia e do narcotráfico/milícias; sem instabilidade financeira, pobreza e desemprego que ameacem seu lar; sem a ameaça de demissão por ficar grávida; sem

a ameaça da violência machista física e simbólica; ao legítimo exercício da autodefesa e violência libertadora; pelo casamento livre; pelo direito a um pré-natal, gestação, parto e criação digna (alimentação, ensino e saúde públicas etc.);

Conforme formulado em 2019 sobre a “dupla escravidão feminina”¹⁵, é necessário também lutar por creches, restaurantes e lavanderias públicas e comunitárias para a coletivização do trabalho doméstico; pela equiparação salarial das mulheres frente aos homens e medidas de geração de renda própria para mulheres; punição exemplar contra assédio no ambiente de trabalho; casas de apoio mútuo às mulheres desamparadas, vítimas de violências e desemprego; medidas para inibir abusos e assédio nas ruas, como iluminação pública e transportes mais adequados; organização de comitês para a autodefesa pessoal e coletiva; enfim, plenas condições de vida em um ambiente saudável e digno.

Isso é lutar pelos direitos das mulheres brasileiras de acordo com o método materialista. Significa assumir a profundidade, integralidade e a natureza revolucionária e anticapitalista da luta pela libertação das mulheres e de toda classe trabalhadora. Se não há capitalismo sem machismo: não há luta antimachista sem luta anticapitalista!

15 Um grito de liberdade: as mulheres e o combate diário contra o patriarcado e o capitalismo. Comunicado nº 62 da UNI-PA, 8 de março de 2019. Acesso em <<https://uniaoanarquista.wordpress.com/documentos/comunicados/>>

A LUTA DO POVO NEGRO E A EMANCIPAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA¹

"Devido à maneira como esta nação se desenvolveu através da exploração do trabalho Africano e com a manutenção de uma colônia interna, Negros e outros povos não brancos são oprimidos duplamente: tanto como membros da classe trabalhadora quanto como uma nacionalidade racial. Como Africanos na América, eles são um povo distinto, perseguido e segregado na sociedade norte-americana. Ao lutar por seus direitos humanos e civis, acabaram por entrar em confronto

com todo o sistema Capitalista, não apenas contra indivíduos racistas nas várias regiões do país. A verdade logo se tornou evidente: os Negros não podem obter a sua liberdade sob este sistema, porque, com base na concorrência historicamente desigual, a exploração Capitalista é inerentemente racista." (LORENZO KOM'BOA ERVIN, *Anarquismo e Revolução Negra*, 2015, p. 18)

A luta contra o racismo e a luta pela emancipação da classe trabalhadora são indissociáveis, uma vez que o sistema capitalista foi erguido sobre a colonização, escravidão e genocídio dos povos das Américas, África, Ásia e Oceania. Nas Américas, o processo de colonização foi marcado pela escravidão e genocídio dos povos indígenas e pela escravidão e holocausto dos

africanos. O colonizador europeu articulou a captura dos povos negros, a colonização e desenvolvimento da indústria para a construção do sistema capitalista.

O racismo, ou seja, a dominação racial imposta pela burguesia e nobreza europeia, encontra-se na gênese e na estrutura do sistema capitalista. Do mesmo modo, a classe trabalhadora foi formada sob a escravidão e o genocídio. Portanto, racismo, escravidão e genocídio não são elementos arcaicos ou pré-capitalista, são, na verdade, pilares que estruturam o capitalismo e a dominação burguesa contemporâneos.

Assim, a presente contribuição tem como objetivo debater a atualidade da luta do povo negro no processo de emancipação da classe trabalhadora no Brasil, 1) recuperando a importância histórica das lutas negras, 2) criticando as concepções eurocêntricas que negligenciam o povo negro na luta de classes, 3) combatendo as posições "pós-modernas" e "culturalistas" que eliminam da questão racial o antagonismo entre as classes, e 4) estabelecendo a articulação necessária entre o Sindicalismo Revolucionário e a luta do povo negro.

1 Esse texto foi apresentado pela primeira vez por militantes bakuninistas como tese ao segundo encontro nacional do sindicalismo revolucionário brasileiro em 2017. Resgatamos aqui essa importante contribuição do anarquismo revolucionário para uma linha anticolonial no movimento sindical-popular.



1. A luta do povo negro e a formação da classe trabalhadora no Brasil

As leituras eurocêntricas estabelecem, como marco da formação da classe trabalhadora e da própria luta de classes no Brasil, as políticas de estímulo a migração de trabalhadores europeus no final do século XIX e início do século XX. Esse estímulo às migrações fazia parte das políticas de eugenia promovidas pelo Estado brasileiro e eram legitimadas pelas teorias do "racismo científico", como o objetivo de melhorar a raça do povo brasileiro, ou seja, de branquear o povo brasileiro.

Entretanto, as lutas e as formas de organização da classe trabalhadora começaram muito antes. Considerando o aspecto estruturante da escravidão dos africanos, encontramos na resistência negra, assim como na resistência indígena, as origens das lutas da classe trabalhadora no Brasil. Certamente, os quilombos assumem um lugar central na resistência negra contra a escravidão e a dominação colonial. Destaque para o Quilombo de Palmaras, cuja resistência se estendeu por cerca de cem anos (mais ou menos entre 1600 e 1710). Zumbi dos Palmares, seu último líder, é hoje o principal símbolo das lutas contra a escravidão no Brasil.

A autodefesa negra com o desenvolvimento da capoeira também foi marcante nas lutas contra os senhores de escravo. Símbolo da cultura negra, a capoeira foi desenvolvida pelo povo negro como parte da luta contra a escravidão. Praticada nos quilombos e nas senzalas, a capoeira pode ser considerada uma das primeiras expressões da autodefesa do povo.

Os movimentos insurgentes no Brasil do século XIX foram protagonizados pelo povo negro: a Cabanagem (1835-1840), rebelião armada dos cabanos (população pobre que morava em casas cobertas de palha) contra as autoridades locais e contra o poder imperial e escravocrata, que reuniu escravos, índios, lavradores e trabalhadores "livres", ocorreu onde hoje é o atual estado do Pará; a Balaiada (1838-1841), revolta armada de trabalhadores escravos e livres dos atuais estados do Maranhão e Piauí, resultante do antagonismo entre os

senhores de terras e escravos, de um lado, e, do outro lado, os balaios, ou seja, os negros, índios, escravos, vaqueiros, artesãos e lavradores; a Revolta dos Malês (1835), plano de sublevação dos escravos, arquitetada por negros de origem islâmica na Bahia; a Revolta Escrava do Vale do Paraíba (1838), a qual Manuel Congo liderou a rebelião escrava na cidade de Vassouras no Rio de Janeiro.

Ao contrário das afirmações eurocêntricas, primeiras greves no Brasil não foram organizadas pelos trabalhadores assalariados "livres", pois as primeiras foram as greves negras e ocorreram ainda no período escravocrata. No final da década de 1820, trabalhadores negros, escravos e "livres" paralisaram a Fábrica de Pólvora Ipanema, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1854, os trabalhadores escravos da Fábrica de Velas e Sabão da Gamboa, também no Rio de Janeiro se revoltaram contra industrial e senhor de escravos Joaquim da Rocha Paiva, paralisando suas atividades. Em 1857 foram deflagradas as greves negras em Salvador, os trabalhadores negros de "ganho", cativos e libertos, paralisaram por duas semanas o porto e os sistemas de abastecimento e transporte da cidade. Em 1881, na cidade de Fortaleza, o jangadeiro negro, Francisco José do Nascimento, conhecido com o Dragão do Mar, organizou uma greve de jangadeiros que se recusaram a transportar trabalhadores negros que seriam vendidos para o Rio de Janeiro.

Nas organizações de trabalhadores do século XIX, associações operárias e de socorro mútuo, eram formadas por trabalhadores escravos e "livres". A greve organizada pela Associação dos Tipógrafos do Rio de Janeiro, de 1858, teve a participação de cativos e "livres". Assim, quando a economia industrial sofreu um avanço no início do século XX, os trabalhadores já se encontravam organizados em associações cuja experiência de luta e de organização era da reunião de escravos e "livres". Assim, no início do século XX, destacavam-se lideranças negras do movimento operário, a exemplo de Domingos Passos, que no Rio de Janeiro atuou na União dos Operários em Construção Civil (UOCC) e na refundação da União Geral da Construção Civil (UGCC) em abril de 1917, e

de Armando Gomes, que liderava a Liga Humanitária Homens de Cor, organização negra da cidade de Campinas, e que fora assassinado durante a Greve Geral de 1917.

Percebe-se que as lutas negras marcaram a história da resistência contra o sistema escravocrata, contra a colonização e contra o regime imperial. Da mesma forma, o povo negro foi protagonista tanto na deflagração das primeiras greves como na fundação das primeiras associações operárias. Portanto, pode-se concluir que a história da luta de classes no Brasil sofreu um processo de "branqueamento", isto é, a adoção de concepções eurocêntricas produziu os seguintes efeitos: 1) as lutas dos trabalhadores escravos, mesmo depois da Revolução Industrial eram consideradas lutas pré-capitalistas; 2) os trabalhadores cativos não foram considerados parte da classe trabalhadora; 3) o protagonismo negro nas greves e organizações operárias foi silenciado.

Sendo assim, é fundamental a retomada não só das histórias como memórias da luta, mas principalmente com experiências concretas que forjaram a classe trabalhadora no Brasil. O protagonismo negro não é apenas um elemento simbólico, mas fundamentalmente uma estratégia política de luta e organização.

2. As concepções economicistas e liberais da luta do povo negro no Brasil

Em termos das concepções sobre o lugar das lutas do povo negro no Brasil, predominam duas interpretações: uma economicista e outra liberal. A interpretação economicista predomina entre as organizações comunistas e as concepções liberais entre os socialdemocratas.

O economicismo foi desenvolvido principalmente pelo PCB histórico. As teses economicistas referem-se ao etapismo, isto é, o período escravocrata compreendia a etapa feudal ou pré-capitalista do Brasil, assim, a etapa da luta do povo negro teria sido superada com o desenvolvimento da economia capitalista urbano-industrial. Na etapa da economia capitalista o centro seria o antagonismo econômico entre as classes, assim, o racismo seria um elemento arcaico que a própria racionalidade competitiva do mer-

cado de trabalho superaria.

Esse etapismo economicista é eurocêntrico, uma vez que considera o desenvolvimento do capitalismo econômico europeu não só como central, mas como uma etapa histórica que todas as sociedades estariam condenadas a passar, como condição determinante para a revolução proletária. Na prática, os etapistas tentam projetar na história da luta de classes no Brasil os mesmos passos da história dos trabalhadores da Europa.

Uma atualização dessa concepção economicista foi responsável pelo abandono do projeto de construção de uma "central de classe" pelo setor majoritário da CONLUTAS. No período entre 2008-2010, os esforços de uma fusão pela cúpula entre a CONLUTAS e a Intersindical dominou a pauta daquele movimento. No esforço de atender aos interesses de setores da Intersindical, o setor majoritário da CONLUTAS assumiu o entendimento que os movimentos de luta contra as opressões (negros, mulheres e LGBTs), assim como o movimento estudantil, seriam policlassistas. Com esse entendimento, com a fundação da CSP-CONLUTAS, os movimentos sociais, assim como o estudantil, tiveram sua participação restrita ao percentual de 5%.

Resumidamente, a perspectiva economicista considera que as desigualdades raciais não são estruturadas pelo antagonismo entre as classes, portanto, o racismo seria um problema secundário, uma vez que as desigualdades econômicas estariam no centro das lutas.

As concepções liberais, atualizadas na forma do "pós-modernismo" e do "multiculturalismo", defendem a negação do caráter de classe das lutas do povo negro. Nesse aspecto se aproximam das concepções economicistas, a diferença é a inversão da sentença, isto é, a luta contra o racismo seria central, mas a luta contra o racismo não seria uma luta contra as desigualdades de classe.

O "pós-modernismo" e o "multiculturalismo", originários dos EUA, são predominantes hoje no Brasil. Essas concepções que se inserem no campo das políticas reformistas ou mesmo neoliberais de "compensação". Para dos defensores do "pós-modernismo" e do "multiculturalismo", o problema

da luta contra o racismo estaria separado da luta contra o capitalismo. Por isso, seus objetivos seriam garantir uma "melhor inserção" do negro no "Estado" e no "Mercado". Isso é o que prega a noção de "empoderamento", isto é, ocupar lugares de destaque/poder nas instâncias do Estado e nas empresas capitalistas.

A consequência prática da noção de "empoderamento" é a instrumentalização do discurso contra o racismo em políticas de conciliação com as classes dominantes, pois não questionam nem as estruturas de poder, nem a exploração capitalista. Assim, os "coletivos" ou "setores negros" dos partidos e correntes social-democratas, recorrem à "autoridade" do "lugar de fala" para elaboração de discursos radicais contra o racismo, contra o privilégio dos brancos, contra a branquitude, mas na prática conciliam com o Estado burguês e, conseqüentemente, com a exploração capitalista.

Também existe a perspectiva da interseccionalidade, quer dizer, o entendimento de que existem sobreposições ou somas de opressões: sociais, culturais, raciais, de gênero e de classe. Alguns setores da esquerda comunista e do anarquismo recorrem as concepções da interseccionalidade. Mas essa perspectiva é igualmente limitada, pois entende as desigualdades como somas de opressões e não como estruturas da dominação do sistema burguês.

Nos últimos anos, cresceu no interior do movimento negro autonomista, e também de influência libertária, concepções que se aproximam da perspectiva graveynista, isto é, são atraídos por um discurso "radical" que condena o socialismo como uma "ideologia branca". A consequência é a mesma: a negação do antagonismo de classe na luta do povo negro.

Pode-se concluir que os defensores das perspectivas economicista e liberal confluem para o mesmo problema de ordem político-filosófica: a negação das contradições de classe na luta do povo negro. Enquanto para os primeiros a questão racial é secundária, sendo subsumida pelas desigualdades econômicas, os últimos colocam a questão racial no centro das lutas, entretanto negam ou negligenciam o antagonismo entre as classes.

3. O racismo estrutural: racismo e antagonismo de classe

"Eu entrei em acaloradas discussões com irmãos e irmãs que falavam que a opressão do povo Preto seria apenas uma questão de raça. É por isso que você tem Pretos apoiando Nixon ou Reagan ou outros conservadores. Pessoas Pretas com dinheiro sempre tenderam a apoiar candidatos os quais eles acreditavam que iriam proteger seus interesses financeiros. Na minha opinião, não precisou de muita inteligência para perceberem que o povo Preto é oprimido por causa da classe, assim como da raça, porque somos pobres e Pretos. Sempre me incomodava quando alguém falava sobre uma pessoa Preta subindo a escada do sucesso. Sempre que você fala sobre uma escada, você está falando sobre o topo e o fundo, uma classe superior e uma classe inferior, uma classe rica e uma classe pobre." (ASSATA SHAKUR, "Assata Shakur sobre socialismo e comunismo")

O trecho acima, da revolucionária negra Assata Shakur, expressa bem a concepção sobre o lugar da luta do povo do sindicalismo revolucionário: a indissociabilidade entre o racismo e a exploração capitalista. Portanto, lutar contra o racismo é lutar pela emancipação da classe trabalhadora. O racismo é um dos pilares que sustentam e estruturam o sistema de exploração capitalista, ou seja, a luta revolucionária é contra o Estado Capitalista Supremacista.

É importante ressaltar que o sistema burguês no Brasil ergueu um Estado Capitalista Supremacista. Isso é um fenômeno global, mas podemos identificar aspectos específicos da fundação de um Estado Capitalista Supremacista no Brasil. No final do século XIX as elites intelectuais e políticas brasileiras defendiam o branqueamento da população e da sociedade brasileira e desenvolveram políticas estatais para atingir esse objetivo: 1) estímulo à migração europeia para aumentar a presença da população branca no país; 2) reformas urbanas que destruíram os cortiços do Centro do Rio de Janeiro para a construção de prédios que copiavam a arquitetura francesa; 3) na

Constituição de 1934 foi aprovado o artigo 138 que estimulava a "educação eugênica", isto é, aquele que visaria o melhoramento da raça, ou seja, o branqueamento da população.

Em termos da exploração da mão de obra, a acumulação capitalista impõe um duplo mercado de trabalho com o objetivo de submeter índios, negros e mulheres à superexploração, isto é, ocupando as funções consideradas mais subalternas, precarizadas, de maior vulnerabilidade e recebendo os menores salários. Essa imposição garante uma taxa extra de mais-valia para ampliar o processo de acumulação de capitais.

Considerando como marco o fim do regime escravista no Brasil, a população de negros "libertos" foi incorporada ao mercado de trabalho nas funções mais subalternas. Na verdade, ocorreu uma certa continuidade, uma vez que os trabalhos manuais que exigiam mais esforço físico e eram considerados desqualificados, eram atividades que sempre foram realizadas pelos negros submetidos à escravidão. Assim, a população negra continuou ocupando esses postos de trabalho no capitalismo industrial e urbano, recebendo os piores salários e massacrados pelas piores condições de trabalho, formando majoritariamente o que chamamos hoje de proletariado marginal.

Segundo o IBGE (Síntese de Indicadores Sociais), a povo negro representava 53,6% da população em 2014, todavia, entre os 10% mais pobres, o povo negro representava 76%, percentual que aumentou nos últimos 10 anos, uma vez que em 2004 73,2% dos mais pobres eram negros. O povo negro também é maioria entre os trabalhadores informais, 48,3%, e entre os desempregados, 76%. A renda calculada pela Pnad-2016 reforça a desigualdade racial: a renda média real recebida pelos trabalhadores foi estimada em R\$ 2.043,00 no quarto trimestre de 2016, sendo que rendimento dos brancos era de R\$ 2.660,00, enquanto o dos pardos ficou em apenas R\$ 1.480,00 e o dos trabalhadores pretos esteve em R\$ 1.461,00.

A comparação dos indicadores sociais de um período de uma década, que corresponde à Era PT (2003-2016), mostra que as políticas compensatórias, aceitas pelo

neoliberalismo, como cotas raciais nas universidades e em concursos públicos, e as políticas de estímulo ao consumo das famílias mais pobres não alteraram as desigualdades raciais no Brasil. Isso porque o racismo é estrutural e não algo residual das relações sociais.

O genocídio do povo negro também avançou significativamente no mesmo período. O Mapa da Violência-2016 mostra que em 2003 foram 20.291 negros assassinados e, em 2014, foram 29.813 negros assassinados. O Atlas da Violência-2017 aponta que de cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras e que, entre 2005 e 2015 a taxa de assassinatos do povo negro cresceu 18,2%. Considerando a realidade da cidade do Rio de Janeiro como representativa da realidade brasileira, o genocídio do povo negro é resultado do terrorismo de Estado. A polícia cometeu, em 2015, 644 assassinatos, registrado como autos de resistências, sendo que 497 (77,2%) das vítimas eram negras.

Entre as vítimas das forças de repressão do Estado em 2015 estavam cinco jovens executados com 111 tiros da PMERJ, na Favela de Costa Barros: Wesley, Cleiton, Carlos Eduardo e Roberto. Os cinco jovens eram amigos de infância e estavam comemorando o primeiro emprego do jovem Roberto, que começaria a trabalhar como auxiliar de supermercado. Eles estavam dentro de um carro quando quatro PMs realizaram a chacina.

O caráter proletário do povo negro submetido ao genocídio e ao terrorismo de Estado é evidente. Recuperando as histórias daqueles e daquelas que tiveram suas vidas retiradas pelo grupo de extermínio formada pelas forças de repressão durante a Chacina do Parque Proletário de Vigário Geral, em 1993, encontramos as profissões proletárias: Hélio de Souza Santos, 38 anos, metalúrgico desempregado; Joacir Medeiros, 69 anos, aposentado; Guaracy Rodrigues, de 33 anos, enfermeiro; José dos Santos, 47 anos, serralheiro; Paulo Roberto Ferreira, 44 anos, motorista; Adalberto de Souza, 40 anos, ferroviário; Cláudio Feliciano, 28 anos, metalúrgico; Paulo César Soares, 35 anos; Cleber Alves, de 23 anos, gráfico; Fábio Pinheiro Lau, de 17 anos; Clodoaldo Pereira, de 21 anos; Amarildo Baiense, 31 anos;

Edmilson Costa, 23 anos; a família evangélica do vigia Gilberto Cardoso dos Santos, 61 anos, Jane, 58 anos, esposa de Gilberto, seus filhos Luciano e Lucinéia, ambos de 23 anos; Lucia, de 33; Luciene, de 15, Lucinete de 27, e sua nora, Rúbia, de 18 anos.

A lista das vítimas do genocídio continua, o pedreiro Amarildo, a enfermeira Cláudia, a estudante Maria Eduarda, filha do pedreiro Antônio Alfredo da Conceição e da dona de casa Rosilene Alves, o feirante Sebastião Sabino, o mototaxista André Luis, o bebê Arthur, atingido ainda no ventre de sua mãe, a operadora de caixa Claudineia dos Santos, casada com o auxiliar de frigorífico Klebson Cosme.

Da mesma forma, a criminalização e o encarceramento do povo negro avançam. Entre 2000 e 2014 a população carcerária do Brasil teve um crescimento de 267,32%, chegando a 622 mil em 2014, ou seja, a quarta maior população encarcerada do planeta. Desse total de encarcerados, 416,74 mil, ou 67%, eram negros.

Um caso emblemático de criminalização e encarceramento racista foi a prisão e a condenação do jovem negro e catador Rafael Braga Vieira. Rafael Braga foi preso por ocasião das manifestações do Levante Proletário de 20 de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro. A justiça burguesa e racista o acusou e condenou por porte de material explosivo, entretanto, o que os policiais encontraram com eram produtos de limpeza. Até o momento, Rafael Braga é o único preso e condenado sob acusação de participação no Levante Proletário de 2013.

A superexploração e o genocídio do povo negro são instrumentos de exploração do racismo estrutural do sistema capitalista. As taxas de superexploração são garantidas pela violência, em especial pela violência letal, o terrorismo de Estado, a execução sumária, a chacina, o genocídio, a segregação e o encarceramento. As condições necessárias para a imposição da precariedade, da vulnerabilidade e da miséria, são o genocídio e o encarceramento. Portanto, são esses instrumentos do poder burguês que encontramos, de maneira inequívoca, a materialização do racismo estrutural.

4. A luta do povo negro e emancipação da classe trabalhadora

*"O tipo de organização necessária deve ser uma organização de "massa", esforçando-se para unir os trabalhadores em uma luta de classes comum, mas deve ser capaz de reconhecer o dever de apoiar e adotar as exigências especiais dos Negros e outros povos não brancos como sendo de toda a classe trabalhadora. Deve desafiar a supremacia branca diariamente, deve refutar a propaganda e a filosofia racista, e deve conter a mobilização e os ataques racistas, com autodefesa armada e luta de rua, quando necessário. O objetivo de tal movimento de massa é ganhar a classe trabalhadora branca para uma posição de antissupremacia branca e de consciência de classe; para unir toda a classe trabalhadora; e confrontar diretamente e derubar o Estado Capitalista e seus governantes. A cooperação e a solidariedade de todos os trabalhadores são essenciais para uma revolução Social plena, e não apenas a de seu privilegiado setor branco." (LORENZO KOM'BOA ERVIN, *Anarquismo e Revolução Negra*, 2015, p. 21)*

As afirmações do militante anarquista negro, Lorenzo Kom'boa Ervin, defendem que as lutas pela emancipação da classe trabalhadora são indissociáveis da luta contra o racismo estrutural, ou supremacia branca, em outras palavras, a emancipação da classe trabalhadora só é possível com a destruição do Estado Capitalista Supremacista pela Revolução Social.

A Revolução Social Plena, tal qual idealizada pelo Lorenzo Kom'boa Ervin, só possível com a organização de um movimento de massas do Sindicalismo Revolucionário, porque, 1) ao contrário do Sindicalismo Social-democrata e do Sindicalismo de Estado, o Sindicalismo Revolucionário não aceita a incorporação das organizações da classe trabalhadora ao Estado Capitalista Supremacista, quer dizer, é contrária às formas de conciliação de classe; 2) diferentemente do Sindicalismo Social-democrata e do Sindicalismo de Estado, o Sindicalismo Revolucionário não trata as desigualdades raciais como algo

meramente comportamental e cultural, mas sim como estruturais; 3) enquanto o Sindicalismo Social-democrata e do Sindicalismo de Estado objetivam eleger um representante dos trabalhadores para o governo, o Sindicalismo Revolucionário objetiva a destruição do Estado Capitalista Supremacista e da propriedade privada.

O programa do Sindicalismo Revolucionário para a luta contra o Estado Capitalista Supremacista é:

1) A luta contra o racismo não é uma atividade "complementar", meramente de caráter culturalista e educacional, mas sim é a luta contra os mecanismos de superexploração. É claro que tais mecanismos de superexploração não atingem somente os negros. E por isso mesmo, a luta contra o racismo pode e deve se tornar uma luta da classe trabalhadora em seu conjunto.

2) Essa tarefa fundamental é: organizar a massa do proletariado precarizado e superexplorado, o que em grande parte é organizar o povo negro. Por isso é preciso abrir os sindicatos aos negros e suas demandas, assumir a especificidade da sua condição, a luta contra sua superexploração e protagonismo negro nas lutas.

3) A luta contra o racismo deve se expressar também no reconhecimento dos mecanismos difusos e complexos de sua operação. Não somente no mercado de trabalho, mas também na questão agrária e urbana – duas das principais questões que se colocam ao povo negro e ao proletariado brasileiro em seu conjunto. No campo, um dos principais problemas é a luta pelo reconhecimento étnico e pelo acesso à terra. Na cidade, a luta pelo acesso à moradia e contra a violência e repressão policial. A constituição de movimentos de base "étnico-racial" deve necessariamente ter um conteúdo classista. Ou seja, a afirmação da identidade étnica não pode perder de vista que a opressão étnico-racial é indissociável da dominação da classe burguesa.

4) A luta pelas reivindicações do povo negro (na cidade e no campo) por terra e moradia, e contra a opressão e violência policial, passam pela ação direta e autodefesa da classe, uma vez que essa opressão atinge também o conjunto do proletariado. A organização

dos negros dentro da organização da classe, e a vinculação dos seus movimentos de base étnica ao conjunto do movimento operário-camponês é a única via possível para a libertação do povo negro, que se realizará com a libertação do proletariado em seu conjunto.

5) O movimento negro autônomo e combativo já indicou o caminho: a) superar a ideologia da tutela estatal, fomentada pelo Estado e pela linha do Sindicalismo Socialdemocrata, como a campanha "Não Vote, Reaja"; b) fomentar a autodefesa por local de trabalho, moradia, estudo e lazer como forma de desenvolver seu associativismo de base; e c) criação de redes de solidariedade e autodefesa popular entre sindicatos, coletivos estudantis e movimentos sociais antidiscriminatórios.

6) A convocação de uma Greve Geral Contra o Genocídio do Povo Negro. A Greve Geral enquanto bandeira e estratégia revolucionária do Sindicalismo Revolucionário surge como uma resposta à guerra imperialista, assim, contemporaneamente, a estratégia da Greve Geral deve ser colocada como um instrumento de combata ao genocídio do povo negro.

Tarefas imediatas:

1) A organização de Comitês de Cultura e Luta como espaços organizativos do povo negro e do proletariado marginal. Os CCLs devem assumir o papel organizativo, de propaganda e agitação do povo negro e do proletariado marginal, com uma base territorial, recorrendo a cultura marginal, da periferia, das favelas e do povo negro com instrumentos de resistência.

2) A organização de comitês de mobilização e/ou círculos operários que reúnam trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas, ou seja, precarizados e, majoritariamente negros.

3) Organizar a campanha de propagação da Greve Geral Contra o Genocídio do Povo Negro.

4) Ampliar a participação na Campanha Pela Liberdade de Rafael Braga e das campanhas de apoio mútuo para sua família.

CONSTRUÇÃO DE COMITÊS DE APOIO E PROPAGANDA DA UNIPA

Como o objetivo de divulgar a teoria e a ideologia bakuninista e intervir na luta de classes, a União Popular Anarquista (UNIPA) está fomentando a construção de **Comitês de Apoio e Propaganda** por todo o país.

Os Comitês de Propaganda têm a função de distribuir os boletins e os documentos da UNIPA, organizar seminários e debates, bem como auxiliar com apoio material em geral. Além de contribuir com informes locais, podendo enviar textos e análises, que poderão ser publicados de acordo com nossa política editorial, e também propor pautas para os boletins.

O bakuninismo é um importante instrumento para a construção da revolução proletária, por isso, convidamos todos os companheiros e companheiras para difundir sua teoria e sua ideologia.

Ousar lutar, ousar vencer!

CONSTRUÇÃO DE PRÓ-NÚCLEOS DA UNIPA

O atual contexto da luta de classes no Brasil exige um posicionamento ideológico e teórico correto dos militantes dos movimentos sindical, estudantil e popular. O bakuninismo fornece a teoria, a estratégia e o programa revolucionário capaz de romper com o reformismo e avançar para a construção da ruptura socialista e revolucionária.

A União Popular Anarquista (UNIPA) convoca todos os companheiros e companheiras dos movimentos sindical, estudantil e popular, que tenham acordo político com o bakuninismo e desejem ingressar nos quadros da nossa organização, para a construção de **Pró-núcleos da UNIPA** por todo o país.

Além da propaganda, os Pró-núcleos da UNIPA atuam na luta de classes a partir da unidade teórica, estratégica e programática com a organização.

O bakuninismo é um importante instrumento para a construção da revolução proletária, por isso, convocamos todos os companheiros e companheiras para se organizarem em torno de sua teoria e sua ideologia.

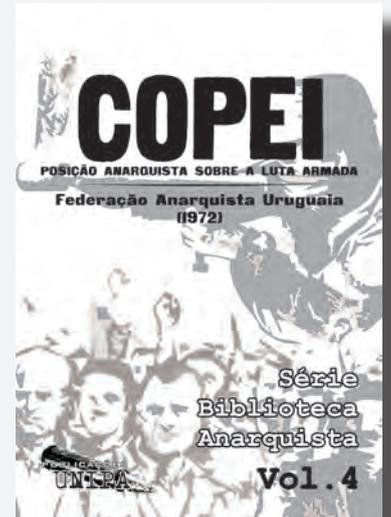
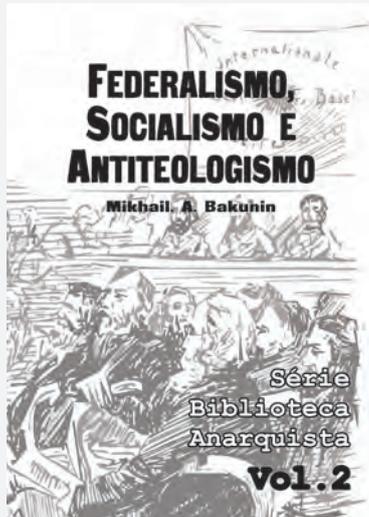
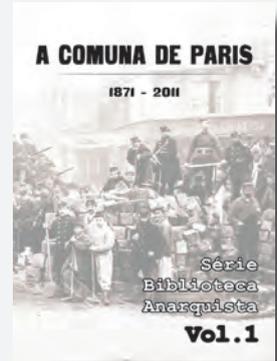
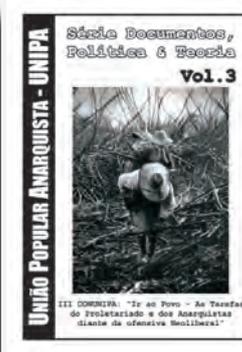
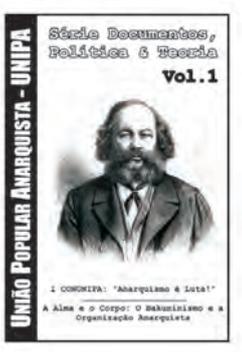
Entre em contato:

unipa@protonmail.com | www.uniaoanarquista.wordpress.com

Pela construção da Revolução Proletária Socialista!

Acesse estas Séries e outros Documentos produzidos pela UNIPA em

WWW.UNIAOANARQUISTA.WORDPRESS.COM



Apoie a imprensa anarquista!

leia, contribua e propague o jornal

Causa do Povo

Jornal da União Popular Anarquista - UNIPA

Desde 2003



**De modo complementar a temática desta 4ª Via Combativa,
leia as Resoluções do VII Congresso da UNIPA**



"As tarefas anti-imperialistas e anticoloniais da revolução brasileira só poderão ser plenamente cumpridas com o enraizamento territorial da insurgência que poderá propiciar a médio-longo prazo a insurreição geral do campo e da cidade. Para tal, é importante romper com a política centralista e colonial da social-democracia. É preciso unir a estratégia, teoria e tradição do sindicalismo revolucionário às práticas e teorias de resistência dos povos oprimidos do Brasil. Nessa junção histórica, o território é essencial, e dele decorre as possibilidades de autogoverno, autonomia. O tema dos territórios revolucionários (ou autogovernos populares) já aparece em Bakunin quando este coloca a formação de Governos Revolucionários Provinciais, Nacionais, Regionais como estratégia da Revolução Proletária Mundial.

Para os anarquistas revolucionários é fundamental aprender, sistematizar e incorporar ao movimento de massas revolucionário no Brasil as experiências de resistência, auto-organização e mutualistas dos povos originários e oprimidos, populações negras, indígenas, ribeirinhos, seringueiros, camponeses, etc. Essas lutas étnicas e nacionais no Brasil demandam um método de incorporação anti-centralista (organizativa e epistemologicamente) ao processo geral da revolução brasileira e mundial, absolutamente diferente das atuais abordagens social-democratas/comunistas, pós-modernas, neoimperialistas. A construção do Congresso do Povo e das assembleias populares e territoriais serão essenciais nesse processo."

*Pela Socialismo e a
Autogoverna das Povos*



VIVA COMBATIVA

